



**Instituto Universitário de Lisboa**

**Escola de Tecnologias e Arquitetura**

**Departamento de Arquitetura E Urbanismo**

**Mestrado Integrado em Arquitetura**

Pedro Belchior Silva Oliveira

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura

**Recuperação de edifícios com sistemas construtivos em alvenaria de pedra e pavimentos de  
madeira**

**O Palácio da Porcalhota**

Tutor:

Doutora Mónica Ribeiro Moreira Pacheco Navarro, Professora Auxiliar do Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Orientador:

Doutor Luís Miguel Martins Gomes, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa



A ti Marília,  
por embarcares nesta aventura comigo.



## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, Doutor Luís Miguel Martins Gomes, pela sua dedicação e disponibilidade para este trabalho.

À minha tutora Doutora Mónica Ribeiro Moreira Pacheco Navarro, pela orientação e acompanhamento em projeto.

A toda a minha família, pelo apoio e incentivo durante todo o meu percurso académico. Um especial agradecimento aos meus pais, por todo o esforço e dedicação.

Gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas de curso, juntos partilhamos alegrias, tristezas, ansiedades e preocupações. Em especial, ao Rodrigo Sousa, Fábio Godinho, Tiago Gonçalves, Francisco Bairrão, Sara Paiva, Rita Oliveira, Catarina Matias do Vale, Maria João Brasil, Carolina Costa, Raquel Viveiros e Mafalda Raposo, que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

A todos os que de alguma forma tive o privilégio de contactar e que tiveram a amabilidade de dispensar algum do seu tempo quando precisei, para algum esclarecimento ou complemento da informação que julguei necessária, nomeadamente à Eng. Mónica Rodrigues pelo esclarecimento de dúvidas e colaboração no desenvolvimento da estrutura do projeto. Um especial agradecimento ao Arquiteto Vítor Mestre pela sua disponibilidade para com o meu trabalho e transmissão de conhecimentos. À arquiteta Luísa Cortesão que se disponibilizou prontamente para me esclarecer dúvidas do caso de estudo Pousada em Santiago da Guarda e à Arq. Célia Gomes que me forneceu informação do caso de estudo Residência das Laranjeiras nos Açores.

E por último, quero agradecer de forma especial à minha esposa Marília Vieira, por toda a dedicação, paciência e compreensão nas piores fases que foram surgindo ao longo do curso, por ter sempre acreditado que seria capaz um dia e nunca me ter deixado desacreditar em mim próprio.



## **Resumo**

Os objetivos gerais da presente dissertação surgiram da problemática da falta de 10.000 camas em Lisboa para estudantes. Neste sentido, como resultado do trabalho de investigação, que partiu da cidade universitária, chegou-se à Cidade da Amadora, devido aos meios de transporte.

Através do contacto com a Câmara Municipal da Amadora e do estudo aprofundado da cidade confirmou-se a possibilidade de intervir, investindo na reabilitação e conciliando património com as necessidades da vida socioeconómica, cultural e educacional dos universitários.

A CMA tem apoiado projetos de reabilitação urbana através de programas nacionais, perspetivando regenerar a imagem da cidade, através de estratégias de colmatação, reabilitação, regeneração e reconversão urbana. O interesse pessoal pela vertente da reabilitação articulou-se, de modo simbiótico, com o empenho da autarquia em promover a reabilitação de imóveis antigos em estado de degradação.

De modo a intervir nos problemas relativos ao alojamento estudantil, no trabalho individual, optou-se por projetar uma residência universitária. O edifício escolhido para intervir foi o Palácio da Porcalhota, classificado como património de interesse municipal, atualmente em estado de degradação. Este projeto permitiu criar modelos de intervenção para estruturas em alvenaria de pedra, apresentando soluções construtivas que exemplificam a forma mais coerente de intervenção.

Para a intervenção no Palácio, recorreu-se a fontes como as Cartas e Convenções patrimoniais que serviram para entender os seus limites de intervenção. Foram, também, analisados alguns casos de estudo que serviram de guias para a questão estrutural do edifício e de apoio á compreensão do programa residencial.

**Palavras-chave:** Património histórico, Intervir, Reabilitar, Revitalizar, Recuperar.

## **Abstract**

The general objectives of this dissertation came from the problematic of the lack of 10,000 beds in Lisbon for students. In this sense, as a result of the research work that departed from the university city, we arrived at Cidade da Amadora, due to the means of transport. Through contact with the Amadora City Council and in-depth study of the city, was confirmed the need to intervene, investing in rehabilitation and reconciling heritage with the socio-economic and cultural life and education needs of college students.

The CMA has supported urban rehabilitation projects through national programs, with a view to regenerating the city's image through strategies of consolidation, bridging, rehabilitation, regeneration and urban redevelopment. Personal interest in the rehabilitation of buildings was symbiotically linked with the commitment of the municipality to promote the rehabilitation of old degraded buildings.

In order to intervene in the problems related to student housing, in individual work, it was decided to design a university residence. The building chosen to intervene was the Palace of Porcalhota, classified as a heritage of municipal interest, currently in degradation state. This project allowed the creation of intervention models for stone masonry structures, presenting constructive solutions that exemplify the most coherent form of intervention.

To the Palace intervention, it was resort to sources such as the Letters and Heritage Conventions that served to understand the intervention limits. Likewise, some case studies were conducted that served as guides for the structural issue of the building and support for the residential program understanding.



**Keywords:** Historical heritage, Intervene, Rehabilitate, Revitalize, Recover.

## Índice

<b>Índice de figuras</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	23
<b>Metodologia</b> .....	29
<b>PARTE I – Análise territorial desenvolvida em trabalho de grupo</b> .....	31
<b>1. Análise territorial da Área Metropolitana de Lisboa – Proposta de possíveis novos alojamentos universitários</b> .....	33
<b>PARTE II – Trabalho Teórico Individual</b> .....	53
<b>2. Justificação da escolha do edifício a intervir- Palácio da Porcalhota</b> .....	54
<b>2.1. Enquadramento Histórico/ Urbano do Palácio da Porcalhota</b> .....	55
<b>2.2. Levantamento/ caracterização construtiva</b> .....	60
<b>2.3. Consciencialização de Património</b> .....	65
<b>3. Recomendações Internacionais</b> .....	68
<b>3.1. Cartas do Património</b> .....	68
<b>3.1.1. Carta de Atenas (1931)</b> .....	69
<b>3.1.2. Carta de Veneza (1964)</b> .....	70
<b>3.1.3. Convenção para proteção do Património Mundial, Cultural e Natural</b> .....	72
<b>3.1.4. Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)</b> .....	73
<b>3.1.5. Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1985)</b> .....	75
<b>3.1.6. Carta de Cracóvia 2000 (2000)</b> .....	78
<b>3.1.7. Declaração Budapeste sobre Património Mundial (2002)</b> .....	79

3.1.8.	<b>Convenção de Faro (2005)</b> .....	80
3.1.9.	<b>Declaração de Viena (2009)</b> .....	82
3.2.	<b>Síntese das Cartas sobre Património:</b> .....	82
4.	<b>Casos de Estudo</b> .....	88
4.1.	<b>Paço Dos Vasconcelos em Santiago da Guarda</b> .....	89
4.2.	<b>Quinta Alegre</b> .....	107
4.3.	<b>Residência universitária das Laranjeiras (Açores)</b> .....	120
 <b>PARTE III – Vertente Prática</b> .....		137
5.	<b>Proposta de reabilitação do Palácio da Porcalhota</b> .....	139
5.1.	<b>Descrição do projeto</b> .....	140
5.2.	<b>Sistemas de construção</b> .....	165
6.	<b>Considerações Finais</b> .....	175

## Índice de figuras

Figura 1: Relação entre redes de transportes, residências e campus universitários.....	35
Fonte: Mapeamento realizado em Trabalho de grupo	
Figura 2: Coroa norte como potencial de intervenção .....	37
Fonte: Jornal de Negócios- Os preços das casas em todos os concelhos desde Pampilhosa a 130 euros a 2753 euros em Lisboa	
Figura 3: Relação entre as redes de transportes e o desenvolvimento urbano .....	39
Fonte: Site Camara Municipal da Amadora	
Figura 4: Definição da área de intervenção .....	41
Fonte: Site Camara Municipal da Amadora	
Figura 5: Definição da área de intervenção .....	43
Fonte: Site Camara Municipal da Amadora	
Figura 6: Análise e caracterização da zona de estudo.....	45
Fonte: Site Camara Municipal da Amadora	
Figura 7: Mapeamento de zonas verdes no CMA .....	46
Fonte: Google Earth	
Figura 8: Mapeamento de bairros de génese ilegal no CMA .....	47
Fonte: Google Earth	
Figura 9: Mapeamento de zonas Industriais no CMA .....	48
Fonte: Google Earth	
Figura 10: Crítica Socio cultural da Amadora .....	49
Fonte: Facebook- Amadora Antiga, Site Camara Municipal da Amadora e Google images	

Figura 11: Identificação de possíveis zonas de intervenção em relação com a linha férrea .....	51
Fonte: Google Earth, Facebook- Amadora Antiga	
Figura 12: Estratégia de grupo .....	52
Fonte: Google Earth e Site Camara Municipal da Amadora	
Figura 13: Planta de Implantação .....	57
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 14: Alçado principal do Palácio da Porcalhota .....	59
Fonte: Desenho técnico fornecido pela Camara da Amadora	
Figura 15: Entrada do Palácio com o frontão .....	59
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 16: Palácio da Porcalhota atualmente .....	60
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 17: Palácio da Porcalhota atualmente .....	60
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 18: Pavimentos em madeira num avançado estado de degradação .....	61
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 19: Elementos decorativos das salas do Palácio da Porcalhota .....	61
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 20: Alvenaria de pedra ordinária .....	64
Fonte: Foto tirada pelo autor	
Figura 21: Janela da torre do Paço dos Vasconcelos .....	90
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 22: Janela Manuelina da casa da torre Gouveia .....	90
Fonte: <a href="http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/">http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/</a>	

Figura 23: Levantamento topográfico do Paço dos Vasconcelos .....	92
Fonte: Desenho técnico da arq. Luísa Cortesão	
Figura 24: Relação da esquadria do complexo habitacional com a área da torre .....	93
Fonte: Diagrama da arq. Luísa Cortesão	
Figura 25: Transformação do Paço num curral de animais .....	94
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 26: Pequena mercearia e barbearia .....	94
Fonte: Foto da arq. Luísa cortesão	
Figura 27: Planeamento de escavações arqueológicas .....	95
Fonte: Diagrama da arq. Luísa Cortesão	
Figura 28: Escavações arqueológicas .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 29: Escavações arqueológicas .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 30: Descobertas arqueológicas .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 31: Descobertas arqueológicas (Pavimentos Romanos) .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 32: Descobertas arqueológicas (Muros Romanos) .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 33: Descobertas arqueológicas (Estruturas Romanas) .....	96
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 34: Castelo de Penacor .....	98
Fonte: <a href="https://www.flickr.com/photos/vitor107/9500318733">https://www.flickr.com/photos/vitor107/9500318733</a>	

Figura 35: Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda .....	98
Fonte: <a href="https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrito-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/">https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrito-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/</a>	
Figura 36: Estrutura de alvenaria de pedra reforçada por betão .....	100
Fonte: Desenho técnico da arq. Luísa Cortesão	
Figura 37: Organização programática .....	101
Fonte: Desenho técnico da arq. Luísa Cortesão	
Figura 38: Foto de 1960 em estado de ruína .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 39: Foto anterior a intervenção em estado de ocupação de génese ilegal .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 40: Torre em estado de abandono com escadaria quase inexistente .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 41: Foto da torre após ser recuperada .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 42: Interior da torre desde a sua originalidade.....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 43: Intervenção na torre com elementos metálicos .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 44: Intervenção na torre com elementos metálicos .....	102
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 45: Estrutura metálica em forma piramidal.....	103
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 46: Planta de cobertura do Paço dos Vasconcelos .....	105
Fonte: Desenhos técnicos da arq. Luísa Cortesão	

Figura 47: Entrada principal para o Paço dos Vasconcelos .....	106
Fonte: Foto da arq. Luísa Cortesão	
Figura 48: Reconstrução da escadaria de pedra .....	106
Fonte: <a href="https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrilo-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/">https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrilo-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/</a>	
Figura 49: Cobertura ogival da capela .....	106
Fonte: <a href="https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrilo-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/">https://miscastillos.blog/2018/01/10/torres-senoriales-distrilo-leiria-2-torre-dos-vasconcelos/</a>	
Figura 50: Divisão de zonas dentro do perímetro da quinta .....	108
Fonte: Desenhos técnicos do arq. Vítor Mestre	
Figura 51: Materiais policromados para restauro .....	111
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 52: Técnicas de restauro dos elementos originais .....	111
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 53: Elementos pictóricos dos tetos em ruínas .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 54: Elementos pictóricos dos forramentos das portas em ruínas .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 55: Elementos pictóricos dos tetos .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 56: Elementos pictóricos dos tetos .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 57: Elementos pictóricos das paredes .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	
Figura 58: Elementos pictóricos das paredes .....	112
Fonte: Foto do arq. Vítor Mestre	



Figura 59: Planta de cobertura do existente e do proposto .....	115
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 60: Estrutura habitacional intergeracional (piso térreo) .....	116
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 61: Estrutura habitacional intergeracional (1º piso) .....	117
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 62: Estrutura habitacional intergeracional (2º piso) .....	118
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 63: Modulo do apartamento T0 .....	119
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 64: Módulo do quarto duplo .....	119
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 65: Modulo do apartamento T0 (3º fase) .....	119
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 66: Modulo do apartamento T1 .....	119
Fonte: Desenho técnico do arq. Vítor Mestre	
Figura 67: Diagramas conceituais do projeto .....	122
Fonte: Diagrama da arq. Célia Gomes	
Figura 68: Diagrama do piso térreo .....	124
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 69: Diagrama do 1º piso .....	125
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 70: Axonometria dos 4 blocos de quartos .....	126
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 71: Modulo do quarto duplo separado da zona de trabalho .....	127
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	

Figura 72: Modulo do quarto duplo com zona de trabalho .....	127
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 73: Modulo do quarto duplo com varanda .....	127
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 74: Modulo de quarto duplo sem varanda .....	129
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 75: Alçado do edifício bruto .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 76: Ligação exterior entre os blocos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 77: Rampa de acesso aos quartos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 78: Alçado do edifício desportista .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 79: Distribuição dos quartos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 80: Rampa de acesso aos pisos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 81: Hall de entrada dos blocos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 82: Zona de trabalho nos quartos .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 83: Zona de copa .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 84: Despensa por quarto .....	130
Fonte: Foto do autor	

Figura 85: Guarda roupa .....	130
Fonte: Foto do autor	
Figura 86: Lavandaria .....	130
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 87: Cortes Transversais .....	131
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 88: Planta do refeitório .....	132
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 89: Planta do 2º piso .....	133
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 90: Planta do piso da cave .....	134
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 91: Planta do 1º piso .....	135
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 92: Planta de cobertura e do 2º piso .....	136
Fonte: Desenho técnico da arq. Célia gomes	
Figura 93: As adaptações ao externato Verney .....	142
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 94: Proposta para o piso térreo .....	143
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 95: Proposta para o 1º piso .....	143
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 96: Programa original do palácio .....	144
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 97: Implantação original e nova implantação .....	145
Fonte: Diagrama do autor	

Figura 98: Distribuição programática no piso térreo .....	149
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 99: Distribuição programática no 1º piso .....	150
Fonte: Diagrama do autor	
Figura 100: Planta do piso térreo .....	151
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 101: Planta do 1º piso (piso nobre) .....	153
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 102: Planta do 2º piso (piso do sótão) .....	155
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 103: Planta de cobertura .....	157
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 104: Modulo do quarto duplo .....	159
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 105: Modulo do quarto individual .....	159
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 106: Modulo do quarto de casal .....	159
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 107: Modulo do quarto de casal (Apartamento t1) .....	159
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 108: Corte A A´ .....	161
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 109: Corte B B´ .....	161
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 110: Corte C C´ .....	162
Fonte: Desenho técnico do autor	

Figura 111: Corte D D' .....	162
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 112: Corte E E' .....	163
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 113: Corte F F' .....	163
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 114: Corte G G' .....	164
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 115: Corte H H' .....	164
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 116: Corte construtivo da cobertura plana e persianas metálicas .....	167
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 117: Corte construtivo da escada metálica exterior .....	169
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 118: Corte construtivo da ligação do novo edifício ao palácio .....	171
Fonte: Desenho técnico do autor	
Figura 119: Corte construtivo da cobertura inclinada com mansarda .....	173
Fonte: Desenho técnico do autor	

### **Listagem de abreviaturas**

CML- Câmara Municipal de Lisboa

CMA- Câmara Municipal da Amadora

FNRE- Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado

IFFRU- Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

RJRU- Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

AML- Área Metropolitana de Lisboa

PT- Portugal

IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação

SASE- Serviços de Ação Social Escolar

FAD- Fomento das Artes e do Design

IPAR- Instituto Português do Apoio às Regiões



## Introdução

A presente dissertação, desenvolvido no âmbito teórico, surgiu a partir da problemática lançada, Vertente Prática da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura, relativamente à falta de alojamento estudantil, desafiando-nos a encontrar uma solução que pudesse amenizar ou arranjar uma alternativa para o problema.

O trabalho desenvolveu-se a partir da cidade de Lisboa. Sendo esta provida de várias universidades e considerada como a região portuguesa com maior número de estudantes, atualmente não apresenta condições para alojar tantos jovens que ingressam no ensino superior. Começou-se por desenvolver um trabalho em grupo, que procurou estudar a cidade de Lisboa a partir da cidade universitária, levando-nos até à cidade da Amadora. O estudo do território possibilitou-nos perceber que os meios de transporte convergiam para a cidade da Amadora e baseado no mapeamento realizado das atuais residências universitárias, percebemos que a cidade de Lisboa está sobrelotada de alojamentos, porém a maioria não se destina aos jovens estudantes, resultando num encarecimento dos alojamentos disponíveis na cidade de Lisboa.

Por estes motivos começamos a perspetivar, como alternativa, a realização de alojamentos estudantis nas periferias da cidade de Lisboa, conciliando a necessidade de intervir nestas zonas, ao nível da reabilitação, e a existência de várias infraestruturas públicas e privadas, de valor patrimonial, com potencial para construção de residências universitárias a preços mais acessíveis.

Em Portugal assistimos, atualmente, ao aumento do valor das rendas devido à escassez de camas/alojamento para estudantes, com uma taxa de cobertura das residências de apenas 12% em todo o país, equivalente a 13.971 camas para 113.971 estudantes deslocados<sup>1</sup> (Soldado, 2018).

---

<sup>1</sup> SOLDADO, Camilo – Público [em linha]. Lisboa, 2018. Plano de alojamento para o ensino superior não resolve problema. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/17/sociedade/noticia/plano-de-alojamento-para-o-ensino-superior-nao-resolve-problema-1830433>



Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa é das regiões com mais carência de oferta. Estudos apontam para a falta de 10.000 camas em Lisboa (LOPES, 2018)<sup>2</sup>. Este fenómeno tem impacto negativo nas famílias portuguesas e no futuro da educação em Portugal a medida em que se torna insustentável para as famílias e difícil para os jovens prosseguirem estudos no ensino superior, assistindo-se, não raras as vezes, ao abandono devido à ausência de oferta ou preços elevados nos alojamentos disponíveis. Há estudantes que não equacionam ingressar no ensino superior, mesmo sendo um desejo seu e das suas famílias, outros arriscam e vivem em condições indignas.

O plano do Governo para resolver a falta de camas prevê que universidades e politécnicos tenham acesso a mecanismos de reabilitação de edifícios, recorrendo ao Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) ou ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFFRU). Assim, através do FNRE, as universidades, politécnicos, municípios ou instituições particulares de solidariedade social podem entregar os seus imóveis devolutos ou disponíveis ao fundo, que irá reabilitá-los e arrendar a custos acessíveis. Já o IFFRU poderá ser mobilizado para a reabilitação de imóveis devolutos, como também para a reabilitação das residências já existentes. O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas considera como medida positiva a hipótese de reabilitar edifícios para transformar em residências universitárias. (SOLDADE, 2018 ; SILVA, 2018 ).

Neste sentido, procurou-se intervir na recuperação de edifícios com grande valor patrimonial e potencial arquitetónico. Paralelamente, pretendeu-se, a partir da intervenção, revitalizar uma estrutura pré-existente atribuindo-lhe outro carácter e função, mais especificamente desenvolver um modelo de intervenção em edifícios com capacidade para criar residências universitárias. Dos vários edifícios encontrados na cidade da Amadora com estas características, optou-se por fazer uma proposta de

---

<sup>2</sup> LOPES, Margarida Balseiro – Diário de Notícias [em linha]. Lisboa, 2018. Falta alojamento para estudantes e o governo não quer saber. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/09-set-2018/falta-alojamento-para-estudantes-e-o-governo-nao-quer-saber-9815807.html>

intervenção para o Palácio da Porcalhota, conhecido também por Casa do Infantado.

O Palácio da Porcalhota ou Casa do Infantado atualmente encontra-se num avançado estado de degradação, necessitando de uma intervenção urgente. Ao Palácio da Porcalhota, desde a sua criação, foram concedidas diversas funções. Outrora, este devido à sua excelente localização, conhecida anteriormente por Estrada Real, terá servido de guarida a importantes personalidades nas suas deslocações entre os diversos Palácios reais, como o de Queluz, Sintra e Mafra (CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA, 2008)<sup>3</sup>. A sua fachada foi classificada, em 18 de junho de 2008, como Património de Interesse Municipal, fazendo jus à relevância que teve na história da cidade (ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA, 2015)<sup>4</sup>. É do interesse da Câmara Municipal da Amadora que este edifício seja reabilitado em memória do longínquo passado rural e da riqueza patrimonial do território da Amadora antiga que representa um legado das muitas gerações de homens e mulheres que construíram a Amadora (ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA, 2015)<sup>5</sup>.

Durante muito tempo, em Portugal, assistiu-se a uma progressiva degradação dos edifícios, muitos deles considerados património, devido às limitações administrativas impostas ao valor das rendas, da pouca capacidade financeira dos proprietários para a realização das obras de conservação necessárias e da falta de apoios financeiros significativos à reabilitação ( Decreto-Lei nº 66/2019, de 21 de Maio)<sup>6</sup>. Recentemente, no contexto nacional e sobretudo a partir de 2009 foi criado o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU - concedida pelo Decreto-Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro), cujos dois principais objetivos são a articulação do dever de reabilitação dos edifícios que compete aos

---

<sup>3</sup> CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA – Boletim Municipal nº 5. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, Junho de 2008.

<sup>4</sup> ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA - Pela preservação da memória da Amadora, salvar o que resta da antiga Estrada Real. Recomendação. Amadora: Grupo Municipal do CDS-PP, 2015.

<sup>5</sup> ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA - Pela preservação da memória da Amadora, salvar o que resta da antiga Estrada Real. Recomendação. Amadora: Grupo Municipal do CDS-PP, 2015.

<sup>6</sup> Decreto-Lei nº 66/2019, de 21 de Maio. [s.d.]. Diário da República n.º 97/2019, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

privados, com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar as áreas urbanas a reabilitar; e garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores da reabilitação, concentrando recursos em operações que o próprio RJRU define como integradas. Neste sentido, e de forma articulada, foram criados instrumentos políticos e financeiros, alguns deles previstos no RJRU, como, por exemplo, os incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana que visam os particulares que a promovam e a exclusão da reabilitação urbana dos limites do endividamento municipal.

Atualmente, com a disponibilidade de um conjunto de instrumentos de financiamento para as obras de reabilitação, designadamente o IFRRU e o Reabilitar para Arrendar, estão reunidas as condições para que os proprietários cumprem o seu dever legal em matéria de conservação de edifícios e de garantia das condições mínimas de habitabilidade.

A Câmara Municipal da Amadora está fortemente empenhada em promover a reabilitação de imóveis antigos que estejam degradados (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. & Câmara Municipal da Amadora, 2017)<sup>7</sup>. Atualmente tem vários programas de incentivo à reabilitação de edifícios, encarando a habitação e a reabilitação urbana como questões prioritárias e delineando estratégias de reabilitação urbana. O seu Modelo Estratégico de Reabilitação Urbana é composto por seis grandes objetivos<sup>8</sup>: Revitalizar; Estruturar; Conservar; Reutilizar; Incluir; Valorizar; e por 3 grandes

---

<sup>7</sup> INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.; CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA - Protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e a Câmara Municipal da Amadora. Amadora, 2017. Disponível em [http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO\\_URBANA/PDF/REABILITAR\\_PR\\_ARRENDAR/protocolo\\_cm\\_a\\_ihru\\_8fev2017.pdf](http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO_URBANA/PDF/REABILITAR_PR_ARRENDAR/protocolo_cm_a_ihru_8fev2017.pdf)

<sup>8</sup> Revitalizar – “Promover a revitalização social e económica da Amadora, criando condições para atrair novos residentes e atividades”.

Estruturar – “Promover a dinamização dos espaços centrais, fortalecendo o seu protagonismo funcional e concretizando um modelo urbano policêntrico”.

Conservar – “Criar uma cultura de conservação regular do edificado privado, adequada aos desafios de um mercado habitacional de proprietários”.

Reutilizar – “Estimular o investimento no património edificado com vista à dinamização do mercado de arrendamento e à reutilização dos fogos vagos”.

eixos de atuação que são<sup>9</sup>:

1 - Intervir; 2 – Dinamizar; 3 - Gerir.

Desse modo, sentimos que, haveria a oportunidade/dever de abordar a problemática do alojamento estudantil articulando com a premente necessidade de reabilitar e revitalizar edifícios antigos e em estado de degradação, tendo como auxílio as ferramentas da Arquitetura. A escolha da Amadora como caso de estudo para o desenvolvimento da vertente prática deveu-se a vários fatores, nomeadamente pelo facto de os transportes convergirem a partir da Cidade Universitária para o concelho da Amadora; pelo interesse e empenho da Câmara Municipal da Amadora no que toca à reabilitação de edifícios degradados e sem qualquer atividade; pelos incentivos e sensibilidade dos órgãos governamentais do concelho relativamente à necessidade de uma oferta de arrendamento habitacional acessível; e pela necessidade de novos residentes e atividades promovendo, assim, uma nova imagem urbana da Amadora.

Por fim, pela própria natureza das intervenções de reabilitação urbana, que visam sobretudo a salvaguarda do património das áreas a reabilitar e que têm de cumprir as regras de proteção do património arquitetónico, este trabalho de intervenção baseou-se nas cartas do património e no atual regulamento do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

---

Incluir – *“Eliminar as situações de alojamento precário e aumentar as condições de habitabilidade e de conforto dos idosos”.*

Valorizar – *“Valorizar o património público, assegurando a sustentabilidade dos investimentos e promovendo um quadro de vida qualificado e inclusivo”.*

<sup>9</sup> Eixo 1 – *“Intervir seletivamente, considerando a sustentabilidade financeira das opções e privilegiando os espaços urbanos estruturadores e os espaços emblemáticos, incentivando privados e promovendo uma nova imagem da Amadora”.*

Eixo2 – *“Dinamizar a reabilitação e a conservação dos imóveis particulares, apoiando os proprietários, os inquilinos e as associações de condóminos, e promovendo o setor da construção, para criar uma cultura de manutenção regular do edificado”.*

Eixo 3 – *Gerir assegurando “uma regular e atempada manutenção e conservação do património edificado público através de procedimentos de gestão, monitorização e intervenção adequados e financeiramente sustentáveis”.*



## **Metodologia**

A presente dissertação, apresenta uma estrutura de trabalho que acabou por ser influenciada pela recolha de informação disponível sobre o objeto em estudo (Palácio da Porcalhota na Amadora).

Começou-se por desenvolver o trabalho pela vertente prática de projeto final, realizando diversos mapeamentos sobre as ortofotomapas da CML e da CMA, obtendo dados que foram recolhidos com base em reuniões no Museu de Arqueologia da Amadora, na Câmara Municipal da Amadora e informações disponíveis em sites oficiais.

Quanto à organização do trabalho da vertente teórica e individual, esta começou por ser fundamentada, maioritariamente, com base em recomendações internacionais, passando a um enquadramento histórico e urbano sobre o Palácio da Porcalhota. Foram efetuadas recolhas de informação junto dos arquitetos responsáveis pelas obras apresentadas nos casos de estudo, nomeadamente com o arq. Vítor Mestre, a arq. Luísa Cortesão e com a arq. Célia Gomes.

Desta forma, começou-se por realizar recolhas de informação sobre o mesmo, sendo que esta não é muito abundante o que obrigou que a parte do Palácio que não estava representada graficamente fosse feita uma leitura a partir de deduções, suportadas pela diversa informação entretanto recolhida e estudada.

Relativamente à questão gráfica representada ao longo do estudo, esta tem o intuito de criar uma distinção entre a informação sobre o Palácio e a informação relativa aos casos de estudo. Foram utilizadas duas paletes de cores na elaboração das peças gráficas apresentadas: os tons terra para a análise dos casos de estudo e o rosa para todos os diagramas desenvolvidos sobre a estrutura do Palácio. Optou-se pelo rosa para criar uma relação direta com a cor original do Palácio da Porcalhota.

Todo o trabalho foi redigido de acordo com o novo acordo ortográfico, sendo que foram utilizadas a Norma Portuguesa 405 para referenciar todo o trabalho apresentado.



**PARTE I – Análise territorial desenvolvida em trabalho de grupo**





## **1. Análise territorial da Área Metropolitana de Lisboa – Proposta de possíveis novos alojamentos universitários**

O enunciado da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura propõe que se construam estratégias para a resolução do problema de falta de camas existente em Portugal. Neste sentido, o projeto desenvolveu-se em duas fases distintas, em grupo e individual, e em quatro segmentos. Os alunos foram desafiados a conceptualizar o campus universitário do século XXI, tendo em conta o seu carácter heterotópico, numa proposta que incluía um argumento sobre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e uma estratégia urbana, articulando simultaneamente o alojamento universitário.

O primeiro segmento e o segundo segmento constam na abertura do ano letivo, introdução do exercício, realização de estudos à escala urbana e apresentação dos primeiros cenários conceptuais que serviram de base às fases subsequentes.

O terceiro e quarto segmento consistiu na realização de um próprio programa de intervenção que configure e aprofunde a estratégia arquitetónica e urbanística da fase anterior, em que o desenho da arquitetura reflita sobre temas de domesticidade numa perspetiva contemporânea.

O trabalho de grupo iniciou-se pela procura de um local que obtivesse soluções para a resolução do problema existente em Lisboa, a falta de 10 000 camas. O estudo conduziu a fatores fundamentais para a estratégia que pudesse solucionar o problema e que houvesse dinamização na área local.

O principal fator foi o protocolo de cooperação institucional, no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”, que a Câmara Municipal da Amadora e o

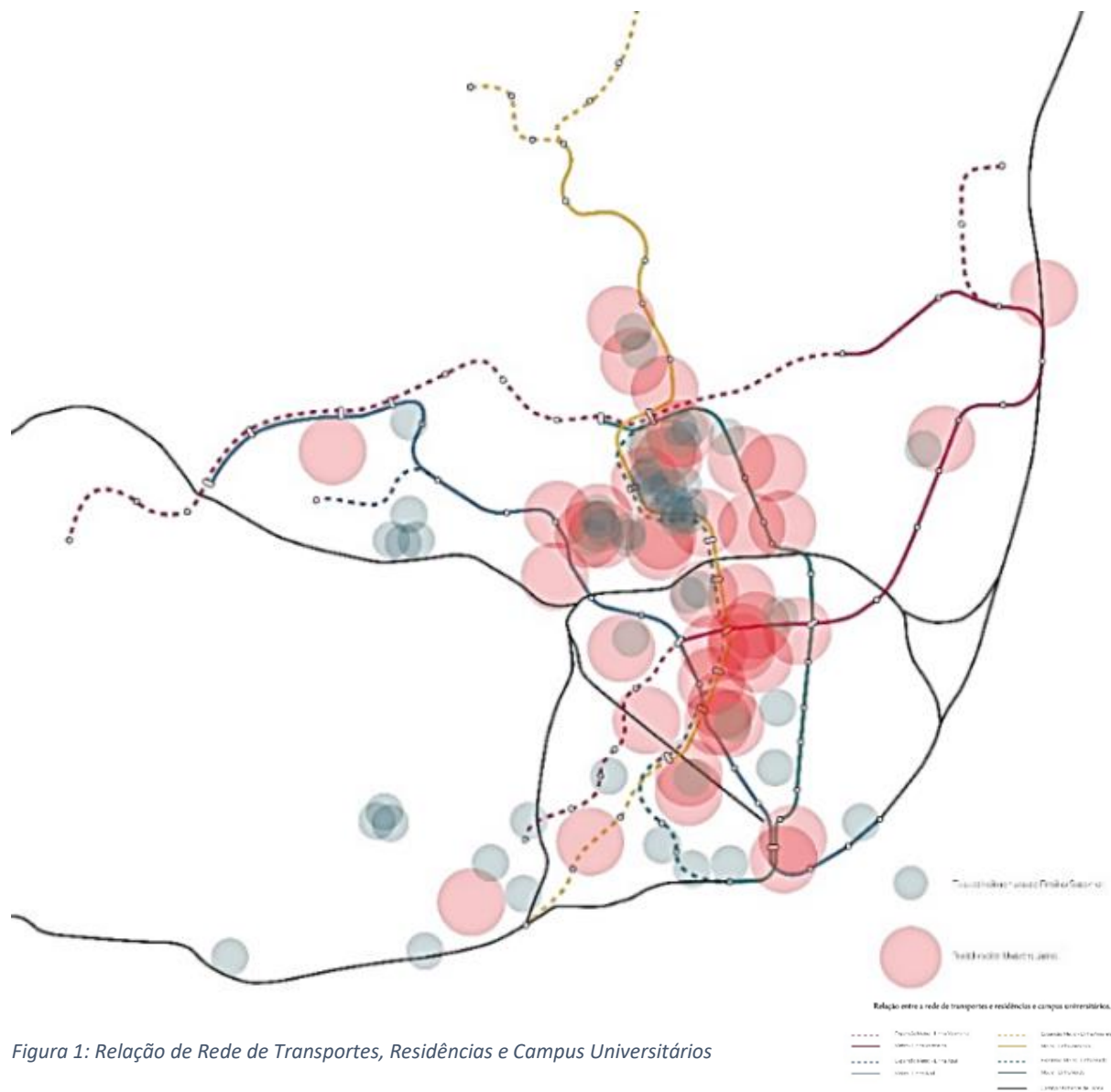


Figura 1: Relação de Rede de Transportes, Residências e Campus Universitários

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) celebraram a 8 de fevereiro de 2017.<sup>10</sup> Este programa tem como objetivo principal a reabilitação de áreas urbanas antigas, contribuir para a sua dinamização e valorização económica, facilitar o acesso das famílias à habitação, colaborando também para a criação de emprego e dinamização do mercado de arrendamento.

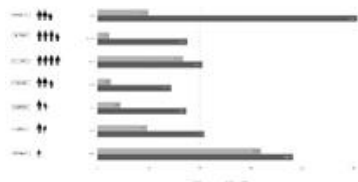
A expansão das linhas metropolitanas de Lisboa, teve grande influência para a escolha da zona a intervir, pois com a expansão da linha vermelha facilitará o acesso à Cidade Universitária, passando pelo eixo principal. Sucedendo o cruzamento de 3 linhas, vermelha, amarela e verde na estação de Campo Grande. Sendo as últimas duas as mais procuradas e utilizadas para a chegada à Cidade Universitária.

Num mapeamento entre a relação dos campus e residências universitárias, juntamente com o desenho das linhas metropolitanas e as suas expansões e as linhas de comboio, observou-se um maior fluxo ao decorrer da linha metropolitana amarela e na zona da Baixa-Chiado. Na zona da cidade universitária existe uma grande quantidade de locais de ensino, culturais, desporto e lazer, hospitais, vias servidas por autocarros, bem como a rede metropolitana, o que nos fez ver o quão bem servida por diversos serviços é esta zona.

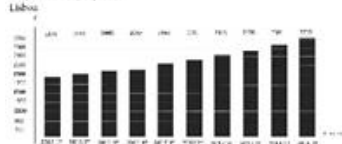
---

<sup>10</sup> INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA; CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA – Programa “Reabilitar para arrendar”. Amadora, 2017. Disponível em [http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO\\_URBANA/PDF/REABILITAR\\_PR\\_ARRENDAR/programa\\_rea\\_b\\_arrendar\\_8fev2017.pdf](http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO_URBANA/PDF/REABILITAR_PR_ARRENDAR/programa_rea_b_arrendar_8fev2017.pdf)

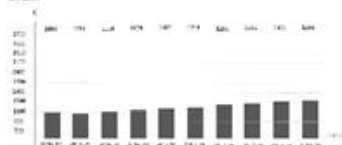
Densidade Populacional



Preço de habitação por m2



Loures

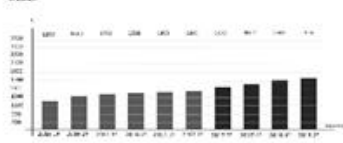


Sintra

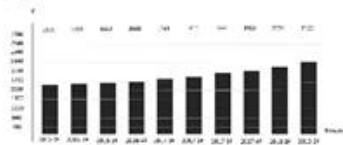


Fonte: Inquérito de Resúltos. Os preços das casas em todos os concelhos. De 1,90 euros em Pampilhosa a 2,751 euros em Lisboa.

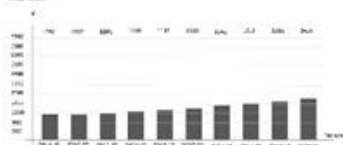
Oeiras



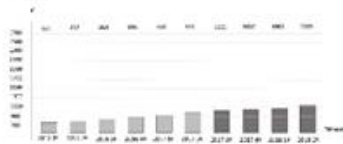
Cascais



Oeiras

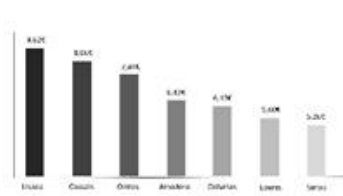


Amadora



Fonte: Inquérito de Resúltos. Os preços das casas em todos os concelhos. De 1,90 euros em Pampilhosa a 2,750 euros em Lisboa.

Preço de arrendamento por m2



Preço dos quartos por proximidade à estação de metro

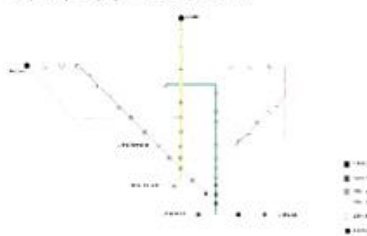


Figura 2: Coroa Norte como potencial Zona de intervenção

Este mapeamento verificou que a coroa de Lisboa está demasiado densificada, potencializando assim a coroa Norte como possível área de intervenção. Para tal, estudamos a densidade populacional, preço de habitações por m<sup>2</sup>, preço de arrendamento por m<sup>2</sup> e preços dos quartos por proximidade às estações de metro.

Constatamos, que Lisboa é a zona mais cara e que Sintra a menos. Quanto mais próxima da estação de metro, mais caro se encontram os preços dos quartos.

Para finalizar o estudo que teve por objetivo escolher uma zona para intervir, relacionamos o desenvolvimento das redes de transporte e o desenvolvimento urbano. Com o mapa do crescimento e expansão do metro e da malha urbana de Lisboa, percebe-se que o seu crescimento foi expandido para as periferias. Observamos também que a linha amarela metropolitana de Lisboa é a mais utilizada, com um maior fluxo e maior proximidade à cidade universitária, levando-nos para a cidade da Amadora, por estar mais próximo do fluxo de residências e campus universitários, ao contrário de Odivelas, reforçando ainda com a expansão da linha vermelha que dará acesso à mesma, permitindo a entrada e saída de diversas zonas. O tempo de deslocação entre a Amadora e Lisboa tem vindo a diminuir ao longo dos anos, fazendo com que haja um maior número de entradas e saídas da Amadora para outras cidades.

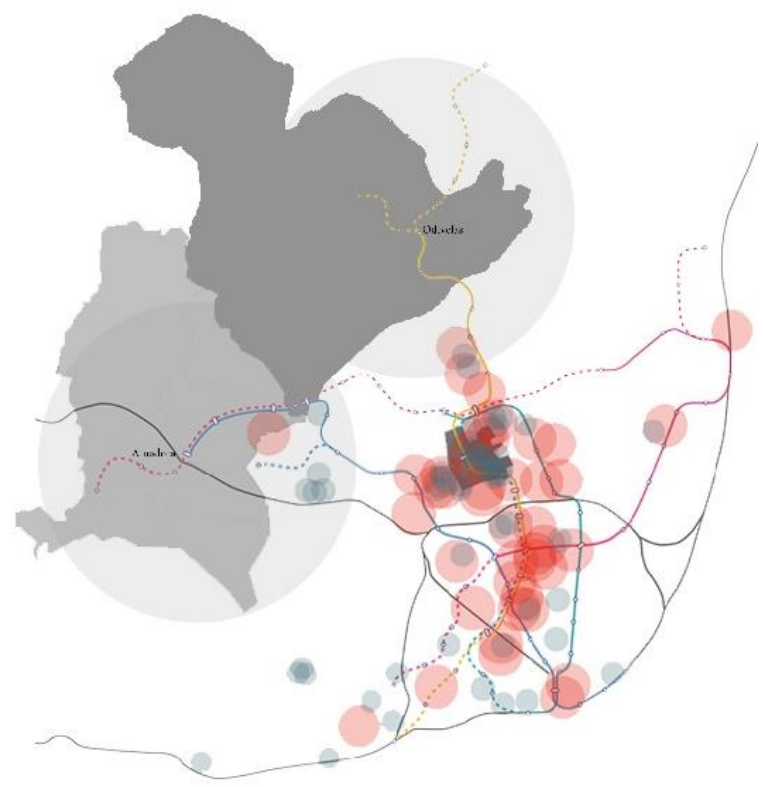
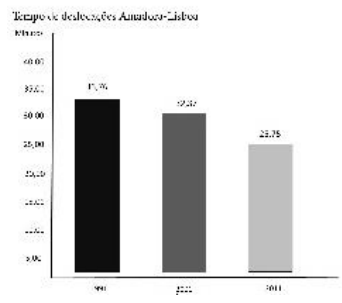
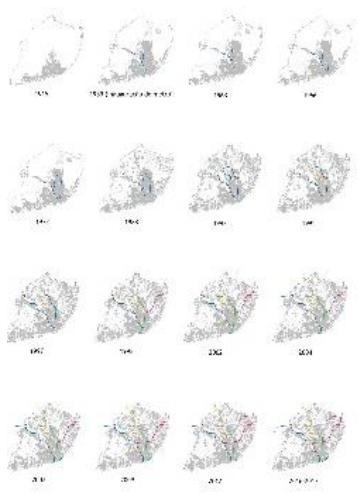


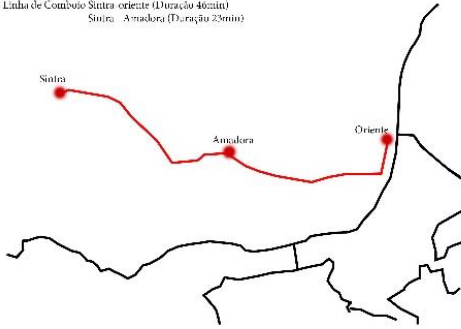
Figura 3: Relação entre rede de transportes e o Desenvolvimento urbano

A realização de um mapeamento de equipamentos e áreas verdes da cidade da Amadora mostra que ao longo o eixo principal existe uma quantia de serviços, comércio, equipamentos desportivos e áreas verdes.

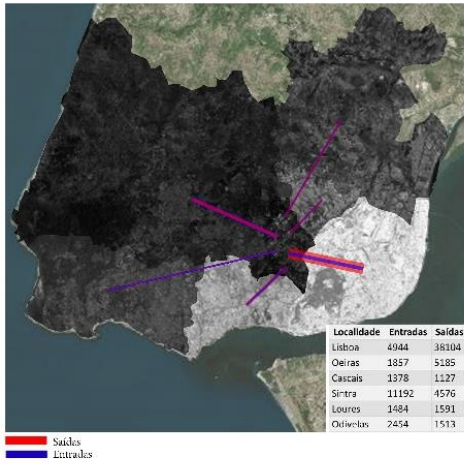
A Amadora é uma cidade portuguesa pertencente ao distrito e área metropolitana de Lisboa. É sede de um dos mais pequenos municípios de Portugal com 23,79 km<sup>2</sup> e que se divide em 6 freguesias. A região da Amadora serviu durante vários séculos de estância de veraneio para famílias abastadas de Lisboa. A salubridade do sítio, a proximidade da capital, as facilidades de comunicação e vasta área disponível para urbanização estão na base de um potencial desenvolvimento de construção e reabilitação da cidade em, que determinadas zonas, ainda têm habitações clandestinas. O município é servido por diferentes modos de transportes.



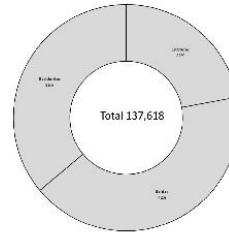
Linha de Comboio Sintra-oriental (Duração 46min)  
 Sintra - Amadora (Duração 23min)



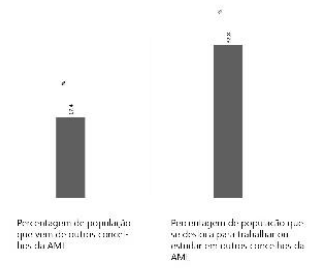
Centralidade da Amadora em relação à AMI



Porcentagem de entradas e saídas da AMI



Fonte: Site Câmara Municipal da Amadora



Planta de equipamentos e áreas verdes

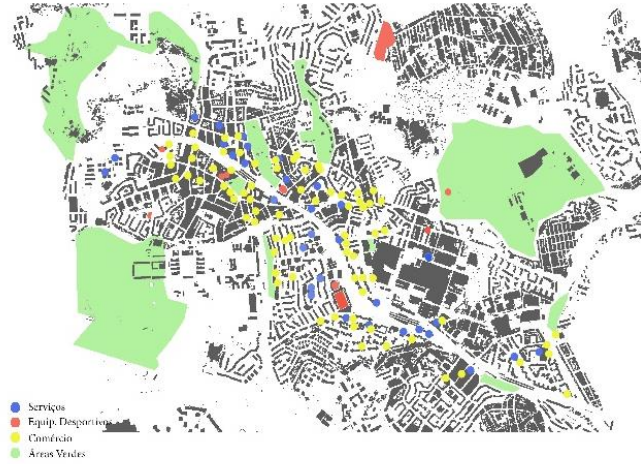


Figura 4: Definição da Área de Intervenção

Deste modo, é servido por diferentes tipologias de transportes ferroviário, contando com 3 interfaces da rede metropolitano de Lisboa e 3 interfaces da rede de comboios urbanos de Lisboa da CP. No que toca a transportes rodoviários, o seu território é servido por 3 operadores, que assegura as ligações a Sintra, Oeiras, Lisboa, Odivelas e Loures.

Em termos de infraestruturas, as principais artérias rodoviárias consistem na A9, A16, A36 e A37. As infraestruturas que atravessem o concelho consistem na Linha Azul do metropolitano de Lisboa e na Linha de Sintra de comboio. Apesar de ser uma cidade essencialmente residencial, a Amadora apresenta parques comerciais industriais, sedes e fábricas também importantes.

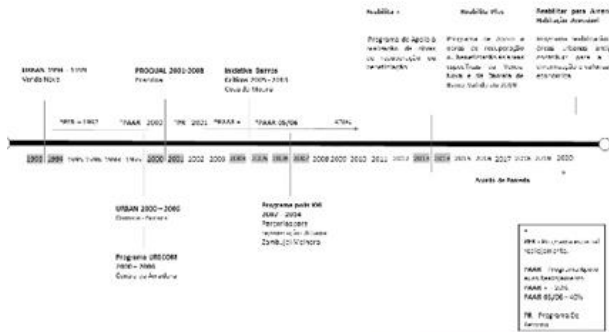
A amadora pretende afirmar-se como uma cidade aberta, competitiva e inclusiva. Tem vindo a ter um aumento populacional desde 2011, contudo foi notório o aumento de migração. Os censos de 2016 apontam para uma população envelhecida, sendo que a média é de 148 sénior para cada 100 jovens de 15 anos. Notou-se uma maior taxa de longevidade em 7%, assim em 2016, estima-se que em cada 100 indivíduos acima dos 65, cerca deles tinham mais de 75 anos.

A Câmara Municipal da Amadora tem interesse em participar na reabilitação/intervenção urbana, e como tal tem por base o documento Amadora 2025 (estratégia municipal de reabilitação – Intervir, dinamizar e gerir). A melhoria dos espaços públicos/verdes tem sido uma prioridade, de modo a promover a qualidade de vida, segurança e o bem-estar da população.

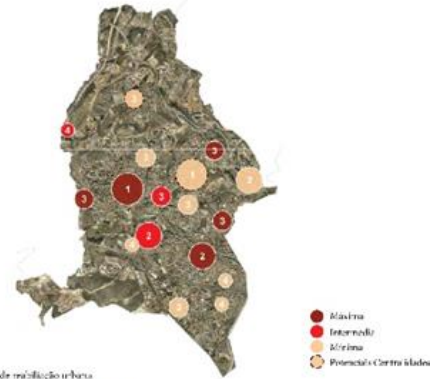
A cidade dispõe de 2.098 fogos, em que a maioria são de tipologia T2. A maioria dos ocupantes são provenientes de processos de realojamento dos bairros de construção e ocupação ilegal, reproduzindo os atuais bairros problemáticos.

Em 2016 existiam 1.023 casas abandonadas tendo sido demolidas 30% das mesmas.

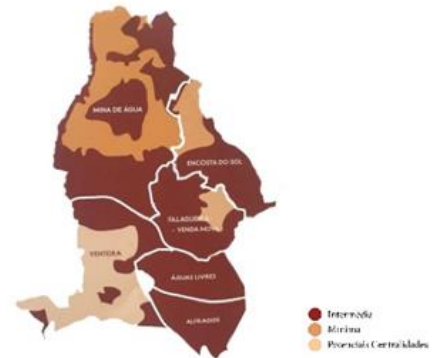
Cronograma e programas da Amadora



Diversidade de reabilitação urbana



Área de mobilidade urbana



**Câmara da Amadora diz que vai financiar programas de mobilidade sustentável**

**Amadora é líder transnacional em projeto na área da imigração e dos refugiados**

**Piano Municipal para a Integração de Migrantes promove diversidade cultural**

**Divisão de Intervenção Social | Novas instalações**

**noticias da AMADORA**

**Arrival Cities**

**NOTA SEMANAL**

Fonte: Site Câmara Municipal da Amadora

Figura 5: Definição da Área de Intervenção

Após um estudo sobre a cidade da Amadora foi realizado um ortofotomapa da cidade em que se mostram as zonas de prioridade de intervenção urbana e zonas com potência de intervenção.

Estudou-se o tempo de diversos percursos da cidade da Amadora à cidade universitária, tanto de automóvel, bicicleta, a pé, metro atual (Cidade Universitária – Marquês de Pombal / Marquês de Pombal – Amadora) e metro expansão (Campo grande – Amadora Centro), sendo que o indicado seria 1h de viagem por dia de Casa – Universidade / Universidade – Casa. Realizou-se um mapeamento de identificação de zonas verdes, bairros de génese ilegal e zonas industriais da Amadora norte e sul.

Percurso de amostragem



Percurso de combate



Percurso de evacuação



Percurso de acesso (atral)



Percurso de acesso (exoneros)



Datagrafo do percurso Américo-Galdino Cruzveitia

	Análisis de tipo	Análisis de clase	Análisis de la alta
Carro	11 minutos	13 minutos	15 minutos
Bicicleta	7 horas	10 minutos	1 hora
Moto	-	13 minutos	15 minutos
Camión	-	22 minutos	25 minutos

Figura 6: Análise e caracterização da zona de estudo

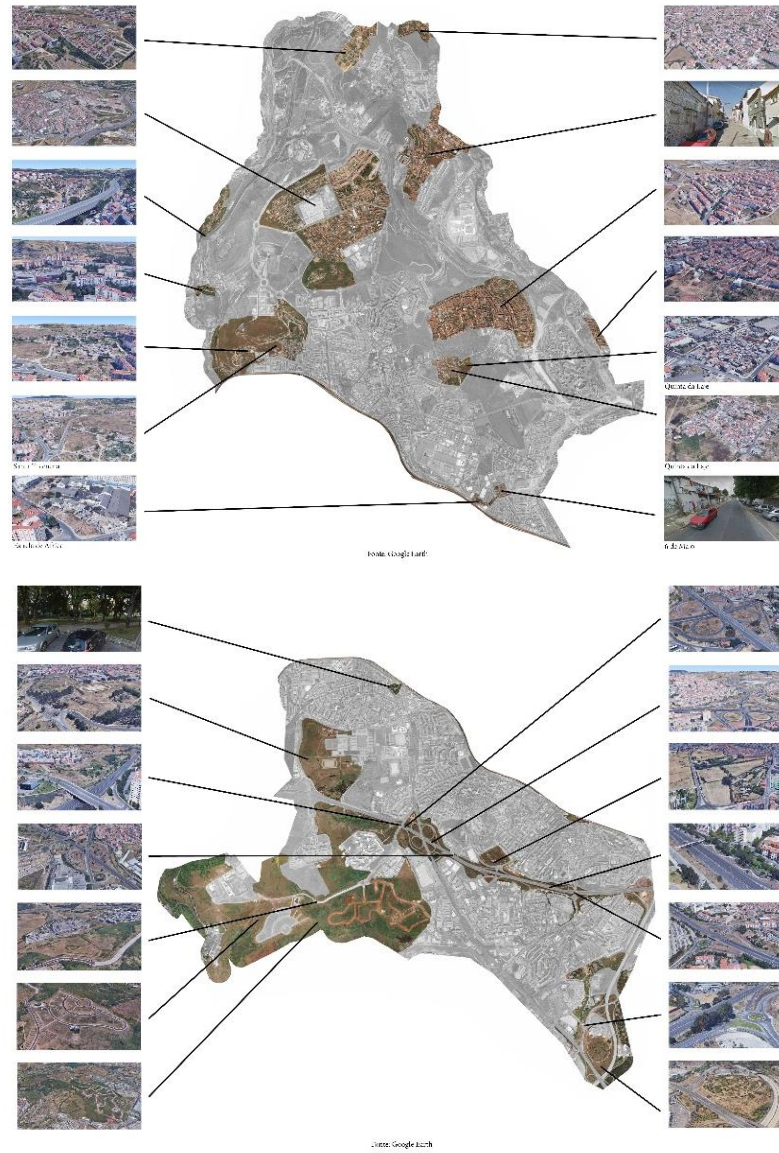


Figura 7: Mapeamento das zonas verdes no CMA

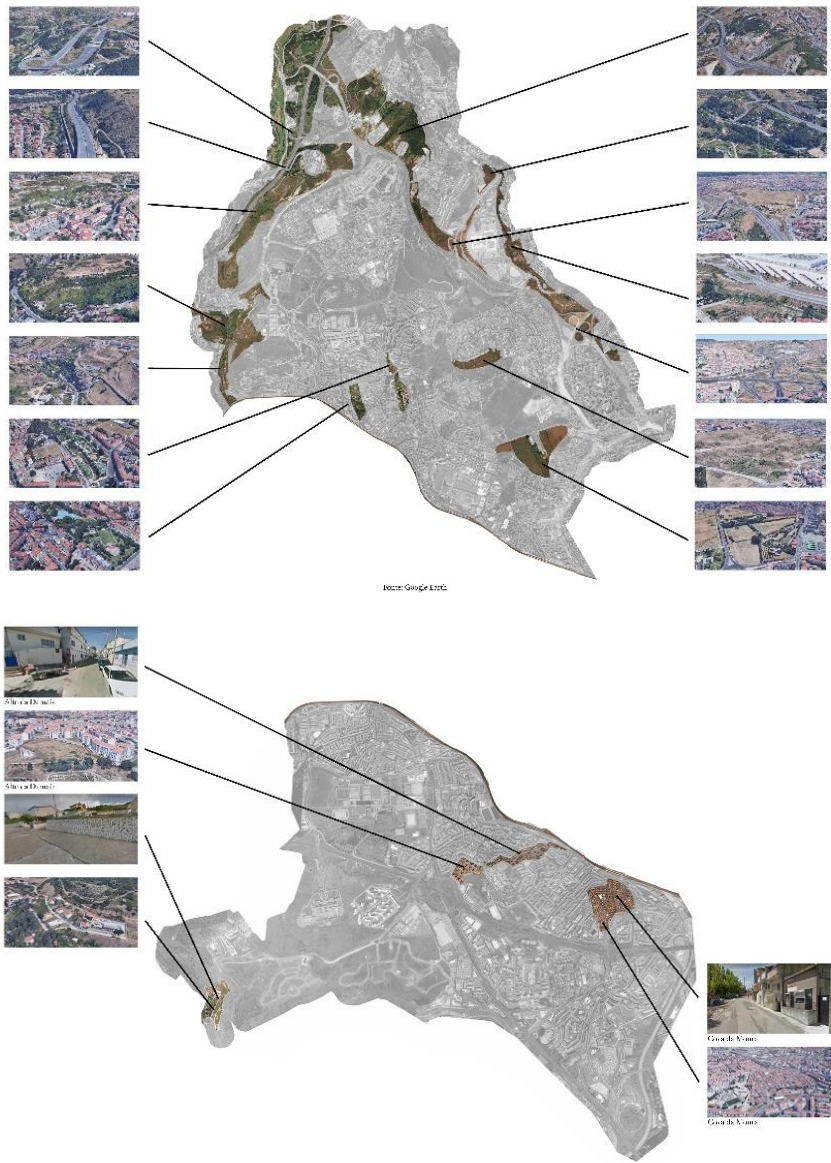


Figura 8: Mapeamento de bairros de gênese ilegal no CMA

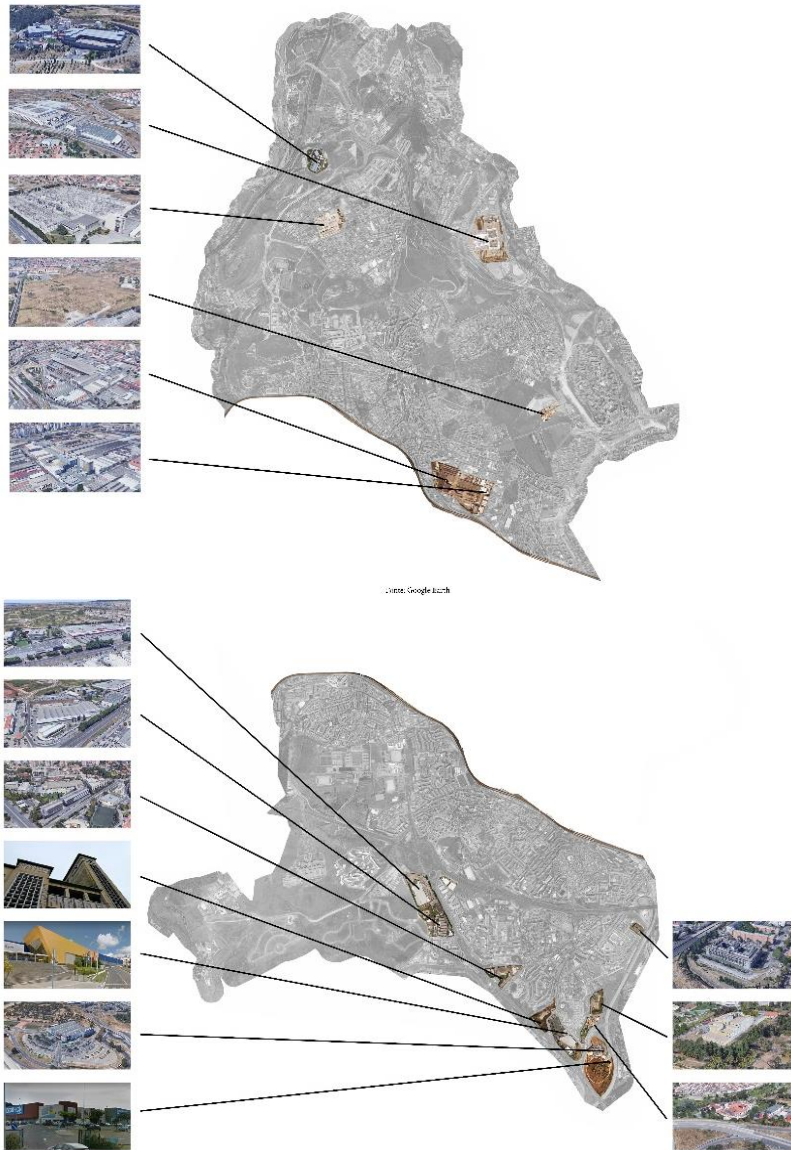


Figura 9: Mapeamento de zonas Industriais no CMA





Amadora, 1910. Não se vê no fundo



Amadora - Estação em 1906. Mais não



Amadora, 1950. Segue para Amadora



Amadora, 1965. Vê-se o S8



Amadora, 1980. Expresso Talagarda

Fonte: Facebook: A Amadora Antiga

#### Património Cultural



Igreja de Aveirola



Igreja de São João



Casa Parroquial



Academia Militar



Quinta dos Loucos de Louã



Aqueduto das Águas Livres



Quinta Assenteira



Molino de Azeite



Casa Roque Garcia



Quinta da Pólvora

Fonte: Site Câmara Municipal de Amadora



Linha de ferro com Sociedade Nacional

### Linha Férrea 1882

Fonte: Bazar do Amadora Antiga

#### Bairros de Casas Illegais



Bairro Quinta de Lige



Bairro do Meio



Bairro São Filomena



Bairro Casa do Moura



Bairro Casa do Meio

Fonte: Google Images

#### Bairros Formais



Bairro da Quinta de Lige



Bairro da Quinta de Lige



Bairro da Quinta de Lige



Bairro da Quinta de Lige



Bairro da Quinta de Lige

Fonte: Google Images

Figura 10: Crítica Sociocultural da Amadora

O valor histórico existente em alguns edifícios na Amadora e a proximidade com a estação de comboios, influenciou-nos a ter uma atenção especial sobre a escolha de edifícios para a sua intervenção.

A implementação da linha férrea em 1882 foi o principal fator que contribuiu para um desenvolvimento desproporcional da cidade, pela facilidade de deslocação entres as cidades, fazendo com que estabelecesse um grande número de emigrantes e deste modo levando à construção de bairros ilegais. O fato da cidade ser uma zona fabril contribuiu com que também houvesse a criação de bairros formais.



Amadora - antiga



Amadora na interface Lisboa de intervenção



Figura 11: Identificação de possíveis zonas de intervenção em relação com a proximidade com a linha férrea

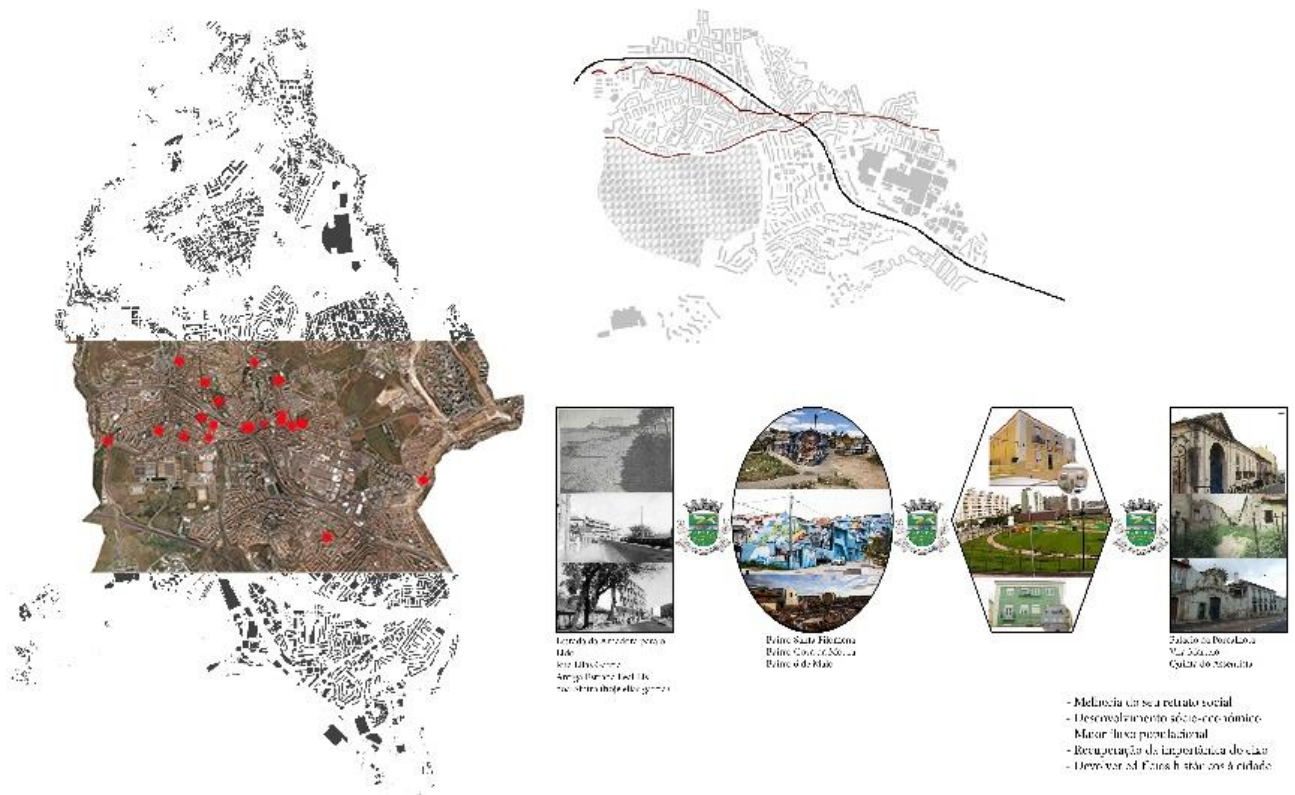


Figura 12: Estratégia de grupo



**PARTE II – Trabalho Teórico Individual**  
**A Casa do Infantado| O palácio da Porcalhota**

## **2. Justificação da escolha do edifício a intervir- Palácio da Porcalhota**

Com base em toda a análise anteriormente apresentada, e após perceber a importância que o eixo viário (Rua Elias Garcia) teve no desenvolvimento da cidade da Amadora, foi feita uma visita a esta zona da cidade, tendo nesse momento constatado da importância e impacto do Palácio da Porcalhota.

Após a realização de diversas pesquisas sobre a história do Palácio, constatou-se que este era um edifício classificado como Património de Interesse Municipal, suscitando ainda mais o interesse em intervir no mesmo. Porém, este, devido ao desuso e falta de manutenção, encontra-se atualmente em ruína, havendo mesmo uma parte do palácio interdita devido ao risco de ruir.

Outro fator que motivou a escolha do edifício foi a existência de protocolos que a CMA dispõe para a reabilitação e o interesse da CMA pelo trabalho de intervenção no Palácio, demonstrando abertura para aceitar a colaboração em estudos no âmbito da reabilitação de edifícios históricos.

O interesse pela reabilitação surgiu após a conceção de uma maior consciencialização das consequências da perda de edifícios históricos e de valor arquitetónico e patrimonial, representantes de outros tempos e da identidade de uma comunidade. Contudo, pretendeu-se, a partir da intervenção, revitalizar uma estrutura pré-existente, atribuindo-lhe outro carácter e função. O Palácio pareceu a escolha mais indicada pela sua área e pelo facto de ter sido, no passado, um edifício de cariz habitacional, recuperando, em parte, a sua originalidade, sem colocar em causa a estrutura.

## **2.1. Enquadramento Histórico/ Urbano do Palácio da Porcalhota**

O palácio da Porcalhota foi construído no séc. XVIII, arquitetonicamente de características civis/ palacete, localiza-se na cidade da Amadora, num dos mais antigos eixos viários da Amadora, na Rua Elias Garcia, originalmente conhecida por Estrada Real número de polícia de 268 a 278, nas proximidades da linha férrea. Implementado num quarteirão irregular, rodeado pelas vias Rua Elias Garcia, Avenida Miguel Bombarda e Avenida Comandante Luís António da Silva, mais precisamente na Freguesia da Mina de Água no CMA (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>11</sup>.

O seu nome deveu-se ao facto de este se localizar no lado extremo da porcalhota, representando uma grande importância ao longo da sua história. Inicialmente o palacete servia para albergar altos funcionários da Casa do Infantado e Casa Real durante as deslocações feitas entre a Capital e a cidade de Sintra, tendo sido a Rua Elias Garcia o principal eixo de ligação entre ambas as cidades. A partir do Palácio da Porcalhota eram feitas as ligações entre os Palácios de Queluz, Mafra e Sintra, sendo a partir deste abastecidos os viajantes que por ali passavam (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

<sup>12</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37





Figura 13: Planta de implantação

Estação ferroviária da Amadora

Parque Central da Amadora

Palácio da Porcalhota

Escola Básica da Mina

Em 1640, durante a Restauração, este passou a ser designado por Casa do Infantado, por ter sido confiscado a fidalgos, considerados traidores, e passando a pertencer aos bens da Casa do Infantado (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>13</sup>.

Em 1803 foi construída uma entrada nobre caracterizada pela sua imponente escadaria em pedra, que atualmente é dada como desaparecida devido às diversas obras de intervenção no palácio e até mesmo às intervenções na própria rua, que sofreu um aumento de cota, fator principal para o desaparecimento da escadaria de pedra na entrada principal do palácio. Em 1912, esta estrutura voltou a sofrer obras para receber o Quartel da Guarda Republicana e Escola oficial e em 1982 para acolher o Externato Verney. Os espaços verdes adjacentes ao palácio sofreram grandes alterações desde a sua origem como pode ser observado através da cartografia do séc. XVIII, sendo divididos e ocupados por construções modernas (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>14</sup>.

Ao longo dos tempos, o palacete sofreu várias intervenções, as quais transformaram grande parte do interior do edifício. Muitas destas intervenções não se encontram registadas nem documentadas fisicamente em nenhum repositório. As informações sobre este edifício foram recolhidas a partir de fontes verbais arqueológicas, de pessoas responsáveis pelo estudo do mesmo no Museu de Arqueologia da Amadora e na CMA.

Como já foi referido, inicialmente, este edifício desempenhava as funções de habitação, posteriormente serviu de Infantado e ainda recentemente este chegou a desempenhar funções de externato.

---

<sup>13</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

<sup>14</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

O palacete é caracterizado pela sua fachada principal linear e sóbria, ritmada pela verticalidade dos vãos das portas, alternando no piso inferior, pelos vãos das portas e das janelas. Para além da sua fachada principal, a Oeste, destaca-se um grande portal, rematado por um frontão de forma triangular, que outrora servia de entrada para os animais e carruagens no interior do palácio (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>15</sup>.

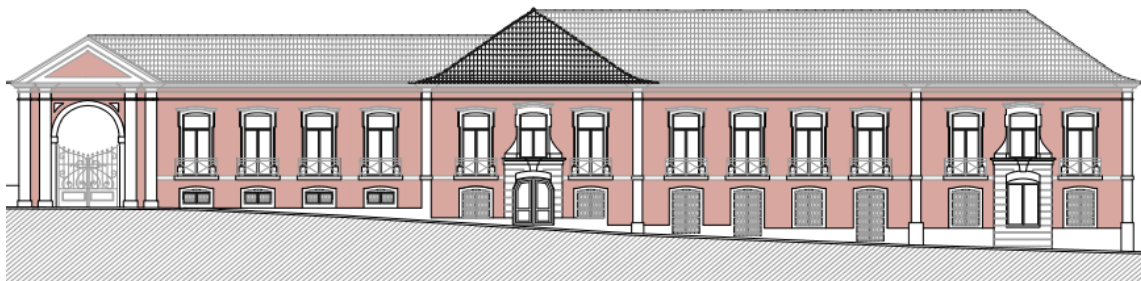


Figura 14: Alçado principal do palácio da porcalhota



Figura 15: Entrada do palácio com o frontão

---

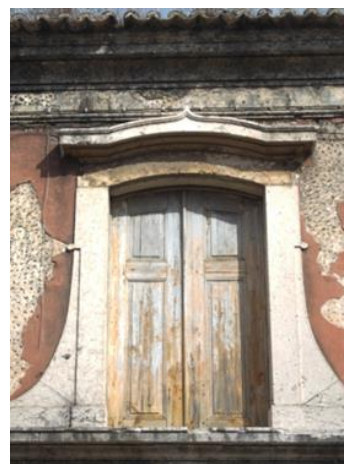
<sup>15</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

Este é um Prédio Urbano, isolado num quarteirão irregular com vários edifícios de residência multifamiliar. Apresenta-se sobre uma planta irregular, composta por um corpo principal retangular e um corpo perpendicular orientado a Norte.

É uma propriedade privada, mas, no entanto, a Câmara Municipal da Amadora apresenta algum interesse neste, uma vez que esta edificação teve uma grande importância na afirmação da Amadora como cidade que é hoje.



*Figura 16: Palácio da porcalhota atualmente*



*Figura 17: Palácio da Porcalhota atualmente*

Atualmente, encontra-se num avançado estado de degradação. Este abandono, no que respeita ao presente projeto torna-se uma mais-valia para a implementação da proposta apresentada na vertente prática que se encontra apoiada nos protocolos e programas apresentados pela CMA, que visam responder às obrigações impostas por diversas cartas e convenções, sendo estas *A carta de Atenas (1931)* que estabelece responsabilidades entre o estado e os proprietários privados, *Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)*, que responsabiliza diretamente os municípios pela

manutenção e conservação do património histórico, a *Convenção para salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1985)*, que novamente garante responsabilidades dos órgãos administrativos.

Os programas visam apoiar proprietários de infraestruturas que necessitam de intervenção arquitetónica, mas que por motivos financeiros não consigam devido aos elevados custos que uma obra desta envergadura necessita. O apoio da CMA prende-se, também, com o objetivo de regenerar a sua imagem do concelho, procurando promover uma melhor qualidade de vida para a comunidade e aumentar o fluxo de população jovem (que atualmente procura com muita dificuldade estadia para se estabelecer enquanto se formam academicamente) na cidade da Amadora.

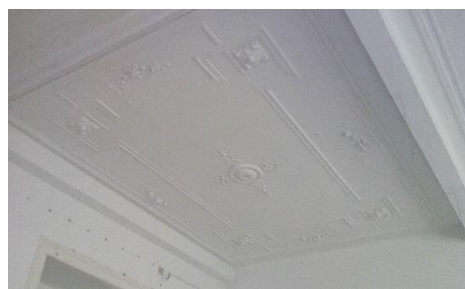
## **2.2. Levantamento/ caracterização construtiva**

O palácio da Porcalhota ou Casa do Infantado como também é designado, mandado construir no século XVIII, pelos senhores D. Caetano de Noronha, 1º conde de Peniche e chanceler da casa do Infantado e por D. Maria José d'Almeida, sua esposa.

Arquitetonicamente, este edifício é um palacete de arquitetura civil, que surgiu em Portugal no reinado de D. Dinis de Portugal, altura em que foi mandado construir e remodelar inúmeros castelos e fortificações que posteriormente deram origem a residências senhoriais ou reais.



*Figura 18: Pavimentos em madeira num avançado estado de degradação*



*Figura 19: Elementos decorativos das salas do palácio*

A nível construtivo, este é um edifício com paredes em alvenaria de pedra, a divisão entre pisos é feita em soalho de madeira, com acabamentos de gesso nos tetos e elementos florais a decorar as diversas salas do palácio.

Este edifício é composto por dois pisos. O piso nobre encontra-se na cota mais elevada da rua e parte do primeiro piso localiza-se abaixo da cota da soleira devido às obras realizadas na via pública no século XIX que implicaram a elevação de cota.

O estilo arquitetónico de destaque do palácio é o estilo Joanino, que surgiu no reinado de D. João V (1707- 1750), chamado o Barroco português (MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA, 2009)<sup>16</sup>.

É típico deste período um vocábulo decorativo onde estão em destaque conchas, feixes de plumas, palmas, volutas entrelaçadas, grinaldas e festões de flores diversidade de baldaquinos e sanefas, cortinas e panos, fragmentos de arcos e outros motivos arquitetónicos (WIKIPÉDIA, 2017).<sup>17</sup>

**Fundações:** As fundações do palácio são na sua totalidade feitas em alvenaria de pedra, tendo estas na sua maioria grandes espessuras em relação às paredes estruturais do edifício atingindo 1.10m de espessura. Isto surge devido à resistência mecânica do terreno, exigindo muitas das vezes espessuras maiores em relação às paredes para garantir a estabilidade do edifício.

Relativamente ao acabamento aplicado nas fundações, estas são feitas com uma alvenaria mais pobre, isto porque as fundações só garantem o arranque das paredes, ou seja, estas só garantem uma resistência mecânica intermédia (APPLETON, 2011)<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - Património classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

<sup>17</sup> WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre - Retábulo Joanino [em linha]. [s.l.], 2017. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo\\_joanino](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo_joanino) [consulta 6 julho 2019]

<sup>18</sup> APPLETON, João - Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção (2ª ed.). Amadora: Edições Orion, 2011.

**Pavimentos:** Dentro do conceito de pavimentos, este também se poderia ainda dividir em duas subcategorias, nomeadamente pavimento do piso térreo, que normalmente era feitos em terra batida, ou em edifícios com maior nobreza, enrocamento de pedra sobrepondo uma camada de revestimento que poderia ser em lajedo de pedra, ladrilhos, tijoleira cerâmica ou sobrados de madeira e o pavimento entre pisos, que por norma eram construídos em soalho de madeira. Neste caso e no Palácio da Porcalhota como não é exceção à realidade da altura barroca, encontra-se os dois tipos de pavimentos. Porém, tanto o pavimento entre pisos como o pavimento do piso térreo eram feitos em soalho de madeira. Deduz-se que a madeira utilizada nos pavimentos do palácio sejam madeiras exóticas provenientes do Brasil, Índia ou colónias africanas, sendo estas as madeiras mais nobres utilizadas em edifícios de maior importância (APPLETON, 2011)<sup>19</sup>.

Por vezes, um pavimento, principalmente os de soalho de madeira, podem apresentar anomalias devido à ação da humidade e desajustamentos face a determinadas exigências (AGUIAR, CABRITA, & APPLETON, 2002)<sup>20</sup>

**Piso elevado:** Relativamente ao piso elevado, este é composto por um soalho de madeira, apoiado sobre um sistema de vigas paralelas, colocadas com uma distância de aproximadamente 20 a 40cm, apoiadas nas paredes principalmente estruturais, sob estas era colocado o soalho perpendicular ao vigaamento estrutural (Appleton, 2011)<sup>21</sup>.

**Piso térreo:** O piso térreo do palácio era todo em soalho de madeira. Para que este mantivesse-se conservado foi construída uma caixa de ar, com aproximadamente 1m de profundidade, garantindo o afastamento entre a madeira e o solo e uma boa durabilidade do material (Appleton, 2011). Porém, os

---

<sup>19</sup> APPLETON, João - Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção (2ª ed.). Amadora: Edições Orion, 2011.

<sup>20</sup> AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; APPLETON, João - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. Volume II. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002.

<sup>21</sup> APPLETON, João - Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção (2ª ed.). Amadora: Edições Orion, 2011. ISBN 9789728620035

ditos pavimentos em cave, mesmo com caixas de ar profundas, nem sempre ficam totalmente salvaguardados da humidade proveniente do solo, pois podem sempre ser afetados pela humidade proveniente das paredes e que impor-se-á, no mínimo, na zona onde passam os rodapés (AGUIAR, CABRITA, & APPLETON, 2002)<sup>22</sup>.

**Paredes:** Relativamente às paredes, esta categoria também se subdivide em subcategorias sendo estas, parede de alvenaria, paredes de cantaria e paredes de tabique, e podem constituir-se em pedra emparelhada, pedra talhada ou mistura irregular de pedra irregular ligada por uma argamassa de cal aérea (ANDRADE, 2011)<sup>23</sup>.



*Figura 20: Alvenaria de pedra ordinária*

---

<sup>22</sup> AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; APPLETON, João - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. Volume II. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002.

<sup>23</sup> ANDRADE, Hugo Miguel Castro - Caracterização de edifícios antigos. Edifícios "Gaioleiros". Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Dissertação de Mestrado.



A pedra é um material muito antigo na arquitetura, esta era aplicada em cantaria, de forma estratégica, desempenhando um papel a nível estrutural, arquitetónico ou estético/ decorativo (AGUIAR, CABRITA, & APPLETON, 2002)<sup>24</sup>

Relativamente às paredes do Palácio, estas são paredes em alvenaria de pedra ordinária, tipo de construção que se pode assumir tanto no interior como no exterior do edifício. É uma parede constituída por pedras irregulares, de transporte manual, assentes com argamassa de cal hidráulica e areia. Sendo este, um método rápido de execução por ser um método de construir menos cuidado, pois o vão das paredes são preenchidas com entulho e com um acabamento em reboco (FLORES-COLEN, ET AL., s.d.)<sup>25</sup>.

Atmosfericamente, um edifício em alvenaria de pedra, com paredes de grandes espessuras, consegue ter um bom controlo atmosférico garantindo um bom conforto no seu interior (ANDRADE, 2011)<sup>26</sup>.

Apesar da pedra ser um material rijo e com uma grande longevidade, esta poderá influenciar no surgimento de anomalias nas paredes devido a vários fatores: pelo desgaste da pedra que vai ocorrendo ao longo do tempo, devido às intempéries, sujidade originada pela poluição, fendilhação e fracturação provocada por ações mecânicas, oxidação dos chumbadouros de ferro, temperaturas excessivas originadas por incêndios, choques acidentais ou até mesmo vandalismo e por último eflorescências provocadas pela acumulação de pós e areias (AGUIAR, CABRITA, & APPLETON, 2002)<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; APPLETON, João - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. Volume II. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002.

<sup>25</sup> FLORES-COLEN, Inês. [et al.] - Paredes. Lisboa: Instituto Superior Técnico, [s.d.].

<sup>26</sup> ANDRADE, Hugo Miguel Castro - Caracterização de edifícios antigos. Edifícios "Gaioleiros". Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Dissertação de Mestrado.

<sup>27</sup> AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; APPLETON, João - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. Volume II. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002.

Devido á inutilização do palácio, este acabou por cair no abandono, resultando na ocupação ilegal por sem abrigos, contribuindo para um maior desgaste do mesmo.

**Coberturas:** É possível identificar diversos tipos de coberturas, estas podem ser inclinadas (coberturas inclinadas), curvas (abobadas e cúpulas), ou planas (terraços). As coberturas inclinadas têm uma maior aderência desde os primórdios da arquitetura, tendo estas, inclinações que variam consoante a zona de construção, a sua utilização, dimensão do edifício e o aproveitamento do sótão sob águas-furtadas ou mansardas (APPLETON, 2011)<sup>28</sup>. Porém, apesar das coberturas inclinadas serem as mais correntes no mundo da construção, estas também poderão posteriormente apresentar anomalias devido à ação da humidade e desajustamentos face a determinadas exigências (AGUIAR, CABRITA, & APPLETON, 2002<sup>29</sup>; DOMINGOS, 2010<sup>30</sup>).

No caso do palácio da Porcalhota, a cobertura utilizada é a cobertura inclinada, onde o material que predomina é a madeira com revestimento a telha cerâmica designada de marseilha, assentes sob uma estrutura composta por barrotes de madeira, que se sobreponham ao pau de fileira na madre ou no frechal e de um ripado de madeira.

### **2.3. Consciencialização de Património**

Quando se trata de uma intervenção em património há que ter sempre em conta toda a carga histórica presente no mesmo, a função que já desempenhou e a que poderá vir a desempenhar para que deste modo e com base nas Cartas e Convenções Internacionais sobre Património, possa ser

---

<sup>28</sup> APPLETON, João - Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção (2ª ed.). Amadora: Edições Orion, 2011.

<sup>29</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005.

<sup>30</sup> DOMINGOS, Carlos Manuel Neves - Caracterização de edifícios antigos. Edifícios pré-pombalinos. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010. Dissertação de Mestrado.

fundamentada a proposta de intervenção e simultaneamente proteger a história de um movimento arquitetónico.

A consciência sobre reabilitação/ preservação contém uma longa história e um forte impacto sobre aspetos socioeconómicos, culturais e ambientais. A primeira lei nacional sobre o património histórico e cultural data a 20 de agosto de 1921, onde D. João V define obrigações sobre a proteção dos monumentos, responsabilizando as ``Câmaras e Villas deste Reyno`` e atribuindo sanções a quem não se responsabilizasse ou mantivesse a preservação da história herdada pelos antepassados (APPLETON, AGUIAR, & CABRITA, 2005)<sup>31</sup>. É um documento que merece realce pelo pioneirismo e conceitos que reflete o património como valor nacional (CORREIA, 2001)<sup>32</sup>

O património Português, sofre uma grande desvalorização e preocupação por parte dos seus proprietários, a partir dos anos 40, que aquando do congelamento das rendas, estes automaticamente desvincularam-se dos seus deveres como proprietários na manutenção dos edifícios, surgindo uma gravosa e progressão ruína dos mesmos. Após esta consciencialização de abandono dos edifícios maioritariamente habitacionais, atualmente deparamo-nos com o património habitacional num estado de ruína irrecuperável (APPLETON, AGUIAR, & CABRITA, 2005)<sup>33</sup>.

Já em 1880, foi publicado pela Associação de Arquitetos Cívicos e Arqueológicos Portugueses uma lista de todos os edifícios considerados como sendo ``Monumentos Nacionais``. Dois anos após esta

---

<sup>31</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

<sup>32</sup> CORREIA, Miguel Brito - 280 anos da primeira lei do Património Cultural. Pedra & Cal. Lisboa. Nº 11 (Jul/Set. 2001), p. 37.

<sup>33</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

publicação surge o primeiro serviço oficial dos monumentos Nacionais, que atualmente refere-se à Direção Geral dos Edifícios Monumentos Nacionais (APPLETON, AGUIAR, & CABRITA, 2005)<sup>34</sup>.

Em 1912, é publicada uma Lei (de 26 de Julho) que desapropria os proprietários que demonstram desinteresse ou incapacidade de manutenção dos monumentos históricos (APPLETON, AGUIAR, & CABRITA, 2005)<sup>35</sup>.

Contudo, a Constituição Portuguesa, defende que é um direito que toda a sociedade tem, em desfrutar da cultura bem como o dever de preservar o património garantido deste modo o valor do património cultural (APPLETON, AGUIAR, & CABRITA, 2005)<sup>36</sup>.

No caso específico do Palácio da Porcalhota, a sua fachada está classificada como Interesse Municipal desde 1998, indo ao encontro do tão falado “Fachadismo”, que consiste numa operação em que se opta pela manutenção e preservação da fachada, revitalizando o edifício para que este cumpra uma função, seja ela a mesma ou diferente da que tinha, porém, este tipo de intervenção mantém apenas a fachada, alterando o estilo arquitetónico do restante edifício.

Foi classificada apenas a fachada do Palácio da Porcalhota, devido à ausência de um salão nobre no interior do edifício.

---

<sup>34</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

<sup>35</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

<sup>36</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

### **3. Recomendações Internacionais**

#### **3.1. Cartas do Património**

As cartas patrimoniais são regulamentos baseados em conceitos e medidas de proteção de património, que protegem ou orientam uma intervenção/ reabilitação de património tanto histórico, artístico ou cultural. Estas são elaboradas por especialistas e organismos relacionados diretamente com património (Ramos, n.d). Neste contexto, será realizada uma breve síntese de algumas das principais Cartas Patrimoniais existentes:

- Carta de Atenas (1931)
- Carta de Veneza (1984)
- Convenção para proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)
- Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)
- Granade
- Carta de Cracóvia (2000)
- Declaração Budapeste sobre património Mundial 2002
- Convenção de Faro (2005)
- Declaração de Viena (2009)

### **3.1.1. Carta de Atenas (1931)<sup>37</sup>**

A Carta de Atenas resume as principais conclusões da conferência Internacional de Atenas sobre o restauro dos monumentos, que aconteceu entre 21 e 30 de outubro de 1931. Consolida-se como um documento sobre a teoria e metodologia de planeamento urbanístico e teve por base princípios gerais e doutrinas relativas à preservação do património histórico das cidades, isto é, monumentos de interesse histórico, artístico ou científico.

Estabelece responsabilidades entre o Estado e os proprietários privados no que respeita à preservação dos monumentos ou edifícios. Refere, também, que em caso de urgência quem deve tomar medidas de conservação é o Estado.

Defende que devesse manter a ocupação dos edifícios/monumentos de forma a garantir a conservação dos mesmos, sem desrespeitar o seu carácter histórico ou artístico.

Relativamente à valorização dos monumentos, respeitar a envolvente aquando de novas construções, respeitando assim os monumentos antigos, assim como algumas perspectivas pitorescas que devem ser preservadas. As plantas e ornamentações vegetais que rodeiam esses monumentos devem ser adequadas para que o seu carácter antigo seja preservado. Não deve estar presente publicidade e/ou a existência abusiva de postes ou fios telefónicos da indústria ruidosa, englobando as chaminés altas da envolvente.

Quanto à degradação dos monumentos, resultado muitas vezes dos agentes atmosféricos, deve-se tomar precauções na conservação dos mesmos através do emprego sensato de técnicas modernas, como por exemplo do uso do betão armado. Sempre que necessária uma intervenção deve-se ter o

---

<sup>37</sup> SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS - Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

cuidado de manter o aspeto e o carácter do edifício a restaurar e evitar os riscos de desmontagem e remontagem dos elementos a conservar.

Em caso de ruínas a conservação deve ser minuciosa. Deve-se manter os elementos originais e quando utilizados materiais novos estes deverão ser sempre identificáveis.

Em cada país, deve haver uma colaboração entre vários profissionais, como por exemplo arquitetos, que possam garantir métodos de conservação aplicáveis aos diferentes casos.

A carta de Atenas contribuiu para a criação do Centro de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. De modo a reexaminar os princípios da presente Carta, aprofundá-los e dotá-los foi realizado um novo documento, a chamada Carta de Veneza que emergiu do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos.

### **3.1.2. Carta de Veneza (1964)<sup>38</sup>**

A carta de Veneza consiste numa carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Neste sentido, focou-se na necessidade de um plano internacional de conservação e restauração como uma atividade interdisciplinar (ciências e técnicas). Os monumentos históricos representam a testemunha viva das tradições de várias gerações passadas. Assim, com este documento pretendeu-se responsabilizar cada país em relação à manutenção ou preservação dos monumentos, com base nas suas culturas e tradições.

Com a Carta de Veneza passou-se a alargar a definição de monumento histórico ao conjunto da envolvente do edifício classificado e ao lugar onde este se encontra implementado, abarcando não só as criações arquitetónicas isoladas, mas também sítios urbanos ou rurais. A conservação e o restauro

---

<sup>38</sup> UNESCO - Carta de Veneza, 1984. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

de monumentos devem contar com todas as ciências e técnicas que possam contribuir para um melhor entendimento sobre o local e momento em que se vai intervir. Como sua finalidade, pretende-se reconhecer a importância das várias épocas sedimentadas nos edifícios, não sendo estas removidas, adulteradas/destruídas, pois são marcas da história.

Defende que o objetivo principal da conservação e do restauro é “(...) a preservação dos valores estáticos e históricos do monumento (...) sendo que o restauro deve parar quando se começa a conjeturar”. Fundamenta que a conservação dos monumentos exige manutenção permanente; não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios; implica a preservação de um esquema tradicional em sua escala; apenas, quando a salvaguarda do monumento o exigir é que se pode deslocar o monumento ou parte dele, assim como os elementos de escultura, pintura ou decoração.

O Restauro apenas deve ser realizado quando deparados com uma necessidade impreterível, intervindo o mínimo possível e respeitando o que já existe e a sua autenticidade. Aconselha as técnicas tradicionais, que já têm uma durabilidade e eficiência comprovada, evitando ao máximo as tecnologias modernas. A substituição de partes em falta deve integrar-se harmoniosamente ao conjunto, porém, distinguindo-se das partes originais. Devem respeitar todas as partes do edifício, o seu esquema tradicional, o equilíbrio da sua composição e a envolvente.

Refere também que os monumentos devem ter uma função útil na sociedade, desde que as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes não os alterem substancialmente os prédios. Por fim, devem ser documentados e registados todos os trabalhos de investigação, análise e de conservação desenvolvidos e devem ser arquivados num local de fácil acesso a toda a sociedade.



### 3.1.3. Convenção para proteção do Património Mundial, Cultural e Natural<sup>39</sup>

Em 1972, na sequência da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, em Paris, desenvolveu-se a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural que salienta que cada um dos Estados deve identificar, proteger, reabilitar e transmitir às gerações futuras, o património cultural e natural existente, atuando com base nos recursos que dispõem (UNESCO, 1972).

O património cultural é definido, no artigo 1.º, a partir de três conceitos:

*Os **monumentos**, que abrangem “Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”*

*Os **conjuntos**, que consistem em “Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”*

*Os **locais de interesse**, que consistem em “Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”*

Foram atribuídas responsabilidades a todos os Estados, que consistem em: Adotar uma política que confira ao património uma função na vida coletiva e integrar a sua proteção nos programas de

---

<sup>39</sup> UNESCO - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/média/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

planificação geral; desenvolver estudos e investigação científica e técnica de forma a aperfeiçoar os métodos de intervenção e a enfrentar os perigos que ameaçam o património; adotar as medidas jurídicas, científicas, técnicas e administrativas para identificar, proteger, conservar e reabilitar; facilitar a criação de centros, nacionais ou regionais, de formação em matéria de proteção, conservação e revalorização do património cultural e natural; submeter um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e suscetíveis de serem inscritos na lista dos bens do património cultural; estabelecer também uma «lista do património mundial em perigo», dos quais sejam necessários grande intervenção e para a qual tenha sido pedida assistência internacional.

Para além de todas as medidas, foi constituído um fundo para a proteção do património mundial, cultural e natural de valor universal excecional, denominado Fundo do Património Mundial.

#### 3.1.4. **Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)**<sup>40</sup>

A partilha de ideias interventivas fez surgir outras “Cartas” de arquitetura e urbanismo, como a Carta Europeia do Património Arquitetónico que surgiu da Declaração de Amesterdão, 1975. Todos os países membros envolveram-se neste encontro com o intuito de sensibilizar a opinião dos grandes valores culturais, sociais e económicos dos monumentos existentes no meio urbano e rural. Foi então constituída a Carta Europeia com o objetivo de integrar uma visão comum sobre a necessidade de salvaguardar o património cultural Europeu, impõe a responsabilidade dos Estados europeus para a conservação e restauro do que era antigo.

Desta, destaca-se o conceito de “conservação integrada”, ainda nos dias de hoje central para a reabilitação urbana, resultando de um processo de ampliação do conceito de património (abrangendo

---

<sup>40</sup> CONSELHO DA EUROPA - Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

os monumentos isolados, o património urbano e as construções vernaculares que “tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”); e do reconhecimento do gradual desaparecimento de algumas estruturas de grande valor patrimonial devido ao rápido crescimento das cidades modernas.

Neste sentido, destaca-se os seguintes pontos:

A conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial, incluindo toda a envolvente que caracteriza uma cidade antiga ou aldeia;

O património arquitetónico representa a riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história e de valor insubstituível;

As intervenções urbanas devem minimizar o impacto sobre a composição social dos habitantes;

“A conservação integrada é o resultado da ação conjugada de técnicas de restauro e da procura das funções apropriadas”;

A conservação integrada deve-se apoiar em medidas legislativas, administrativas, financeiras e educativas eficazes;

Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas de conservação integrada.

Os municípios são os principais responsáveis pela conservação.

Contudo, a valorização dos monumentos e dos espaços públicos passa a ser uma condicionante para a implementação e sustentabilidade das ações de conservação e reabilitação do espaço urbano.

### 3.1.5. Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1985)<sup>41</sup>

A 3 de outubro de 1985, na cidade de Granada foi assinada uma carta que visa novamente a criação de relações estritas entre todos os países membros, de modo a que haja uma cooperação interativa entre todos e que seja assegurada a proteção do património.

Os signatários da presente convenção, tendo em conta convenções anteriores, recordam “que é necessário transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, melhorar a qualidade de vida urbana e rural e incentivar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados e das regiões”;

Considerando que, o Conselho da Europa, deve concluir acordos sobre as orientações essenciais de uma política comum que garanta a salvaguarda e o desenvolvimento do património arquitetónico, começam por uniformizar a definição de património arquitetónico, no artigo 1.º, integrando os seguintes bens imóveis:

- 1) Os **monumentos** que compõem “todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções”;
- 2) Os **conjuntos arquitetónicos** que abrangem “agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica”;
- 3) Os **sítios** constituídos por “obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem

---

<sup>41</sup> CONSELHO DA EUROPA - Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada, 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

*objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico”.*

**É de ressaltar, após uma breve análise desta carta, os aspetos seguintes:**

As partes comprometem-se a identificar os bens a proteger através de um inventário; comprometem-se a implementar um regime legal de proteção e a assegurar essa proteção do património arquitetónico, de acordo com as modalidades de cada Estado ou região; comprometem-se a aplicar os processos de controlo e autorização adequados e a impedir que bens protegidos sejam desfigurados, degradados ou demolidos; sempre que seja necessária alguma intervenção em qualquer bem imóvel, as partes comprometem-se a submeter primeiro a uma autoridade competente de projetos.

A remoção de um monumento protegido deve acontecer apenas em casos em que a proteção física desse monumento o exigir de forma imperativa.

Outras medidas complementares foram aplicadas para salvaguardar o património arquitetónico, neste sentido, as partes comprometeram-se a: fornecer apoio financeiro às obras de manutenção e restauro do património cultural, situado no respetivo território; a recorrer a medidas fiscais que possam facilitar a conservação desse património; a apoiar as iniciativas privadas que se preocupam com a manutenção e restauro desse património. Na intervenção em áreas circundantes comprometem-se a adotar medidas que procuram melhorar a qualidade do ambiente. De modo a limitar os riscos de degradação física do património arquitetónico, as partes comprometem-se: a ter em consideração a formulação de políticas de luta contra a poluição, resultado de problemas específicos dos meios de conservação e a apoiar a investigação científica neste âmbito. O não cumprimento destas medidas pode levar a sanções, que podem obrigar à demolição de um edifício novo ou à reposição de um bem protegido no seu estado anterior.

Relativamente às Políticas de conservação, as partes comprometem-se a integrar a proteção do património arquitetónico nos objetivos essenciais do ordenamento do território e do urbanismo; a

adotar programas de restauro e manutenção; a fazer do património um elemento fulcral das políticas em matéria de cultura, ambiente e ordenamento do território, promovendo a conservação e a utilização dos edifícios antigos e a adaptação dos mesmos a novas utilizações, salvaguardando as características arquitetónicas e históricas desses bens e do respetivo meio ambiente; a promover a aplicação e o desenvolvimento de técnicas e materiais tradicionais; e a desenvolver a cooperação efetiva dos serviços responsáveis pela conservação, ação cultural, meio ambiente e ordenamento do território.

Comprometem-se a valorizar a conservação do património, como um elemento de identificação cultural, fonte de inspiração e de criatividade das gerações atuais e futuras, junto da opinião pública através de políticas de informação e sensibilização. Há um reconhecimento das partes na necessidade de promover a formação das diversas profissões e ofícios com intervenção na conservação do património.

Ainda sobre as políticas de conservação, comprometem-se a trocar informações sobre as respetivas políticas no que respeita: aos métodos de inventário, proteção e conservação de bens a adotar; aos meios de conciliação entre a salvaguarda do património e as necessidades atuais da vida económica, social e cultural; às novas tecnologias e o seu contributo no âmbito da identificação e registo, da prevenção contra a degradação de materiais, da investigação científica, das obras de restauro e das formas de gestão e promoção do património arquitetónico, para tal comprometem-se a acordos que permitem trocas europeias de especialistas em matéria de conservação do património arquitetónico.

### **3.1.6. Carta de Cracóvia 2000 (2000)<sup>42</sup>**

Em 2000, foi feita a Carta de Cracóvia, que teve como principal objetivo a conservação do património arquitetónico, urbano e paisagístico, bem como os elementos que o compõem. Na mesma linha de ideias da Carta de Veneza (1964) e considerando as recomendações internacionais, os responsáveis pela presente Carta, motivados pelo processo da unificação Europeia, tomam consciência das idiosincrasias que num contexto cada vez mais amplo se tornam mais distintas e singulares, resultado da diversidade cultural e pluralidade de valores associados ao património em geral. O que requer um olhar mais atento à salvaguarda do património cultural.

Há semelhança de outros documentos, esta Carta também apela à consciência das comunidades no que respeita à salvaguarda dos seus bens patrimoniais, responsabilizando-os pela identificação e gestão do seu património. Defende que toda a sociedade deve participar, de forma direta ou indireta, na gestão do património garantindo deste modo a preservação da sua história e identidade. E que a conservação do património deve estar vinculada aos processos de planeamento económico, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo e socioeconómico da sociedade.

A conservação pode ser feita através de diferentes tipos de intervenção, nomeadamente a partir do controlo do meio ambiente, da manutenção, da reparação, do restauro, da renovação e da reabilitação. Nesta Carta o interesse das técnicas de conservação é vinculado à investigação científica pluridisciplinar sobre os materiais e tecnologias usadas, assim como a compatibilidade entre os materiais utilizados numa ação de reabilitação. Assim sendo, qualquer intervenção deve guiar-se por um planeamento prévio e pormenorizado, respeitando a obra original e garantir a compatibilidade com

---

<sup>42</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes. A integração de novos elementos espaciais e funcionais a um edifício histórico deve exprimir a linguagem da arquitetura atual.

Neste documento são definidos diferentes tipos de património edificado (tais como o património arqueológico, os monumentos e edifícios com valor histórico, a decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, as cidades e as aldeias históricas, e por último, as paisagens) cuja preservação exige métodos de abordagem diversos.

No que respeita aos edifícios históricos e monumentos, inseridos em meio urbano ou rural, a conservação deve manter a integridade e autenticidade de acordo com o seu aspeto original e tendo em consideração a evolução urbanística envolvente.

De forma geral, este documento salienta a importância da formação/educação e da aplicação de medidas legais no que toca à proteção e conservação do património.

Outra contribuição interessante dessa convenção é o reconhecimento da necessidade interdisciplinar nas ações de conservação e restauração, para que estas possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do património.

### **3.1.7. Declaração Budapeste sobre Património Mundial (2002)<sup>43</sup>**

A presente declaração foi criada na sequência do trigésimo aniversário da Convenção para Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de proteção e conservação do património mundial, incentivando outros Estados a aderirem à convenção e convidando a fazerem o inventário dos bens do património cultural.

---

<sup>43</sup> UNESCO – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, 2002. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf>



O Comité do património Mundial defende que devesse zelar pela preservação do património mundial e unir esforços neste sentido; defendê-lo através da comunicação, educação, investigação formação e sensibilização; e assegurar a participação das comunidades na identificação, proteção e gestão dos bens do património. O mesmo compromete-se a cooperar e a procurar o apoio de todos os parceiros a favor do património mundial, convidando, também, todas as partes interessadas a promoverem alguns objetivos, tais como: reforçar a credibilidade da Lista do Património Mundial; assegurar a conservação do património; desenvolver competências que garantem a aplicabilidade e compreensão da Convenção do Património Mundial; sensibilizar o público para a proteção do património.

O Património Mundial sendo considerada como uma herança que deve ser transmitida às gerações futuras, o compromisso de atingir estes objetivos é da responsabilidade de todos.

### **3.1.8. Convenção de Faro (2005)<sup>44</sup>**

No ano 2005, na cidade de Faro, realizou-se a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade. Os Estados membros do Conselho Europeu envolveram-se neste encontro com o intuito de garantir uma união mais objetiva entre todos os estados membros, com o intuito de proteger/ promover os ideais e princípios baseados no respeito dos direitos do homem ao seu património cultural. Estes direitos passam por reconhecer que qualquer pessoa tem o direito de se envolver com o património cultural da sua escolha, de participar livremente na vida cultural e de contribuir para o seu enriquecimento. Do mesmo modo, cada indivíduo tem a responsabilidade de respeitar o próprio património cultural e dos outros.

---

<sup>44</sup> CONSELHO DA EUROPA - Convenção de Faro, 2005. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

No seu Artigo 2º, das Definições, afirma que:

*“O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade de bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo (Diário da República, 2008)”*

Outra contribuição interessante dessa convenção diz respeito ao comprometimento das partes em reconhecer e valorizar “o património cultural através da sua identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e apresentação”; criar medidas legislativas para o exercício do direito ao património cultural; promover a participação nas atividades relativas ao património cultural; promover a proteção do património cultural; reconhecer o valor cultural independentemente da sua origem.

Coloca também o imperativo de que a utilização do património cultural seja sustentável, primeiramente, através do respeito dos valores culturais inerentes ao património cultural; da definição e promoção de princípios de gestão sustentável e incentivo à manutenção e conservação; utilização de materiais, técnicas e aptidões tradicionais e exploração das suas potencialidades para aplicações contemporâneas; e da promoção da qualidade nas intervenções. Salienta também a responsabilidade de todos perante o património cultural, desde a conservação à proteção/segurança do mesmo.

### **3.1.9. Declaração de Viena (2009)<sup>45</sup>**

A declaração de Viena foi elaborada, em 2009, a partir do 4º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP). Neste encontro apelou-se às entidades governamentais o reconhecimento da importância do património no desenvolvimento e implementação de políticas de recuperação económica sustentável, à semelhança de alguns países da Europa que aplicaram medidas que salvaguardam o património.

O investimento em património leva a benefícios a curto e longo prazo em três áreas fundamentais, nomeadamente a nível económico, pois gera postos de trabalho, atrai o investimento do sector privado e promove o crescimento do turismo cultural; a nível ambiental, pois está comprovado que os materiais e técnicas de construção tradicionais são mais ecológicas; e a nível sociocultural, pelo seu sentido de identidade local, nacional e mundial que promove a coesão social e o sentido de comunidade e de integração.

O FERP relembra às entidades governamentais os compromissos assumidos em convenções internacionais de proteção do património cultural e apela à criação de um orçamento específico para a conservação e reabilitação de edifícios e sítios históricos.

### **3.2. Síntese das Cartas sobre Património:**

Neste trabalho foram analisados alguns instrumentos internacionais que norteiam de certa forma os países na orientação da proteção, conservação, restauro e reabilitação do património cultural.

---

<sup>45</sup> 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) - Declaração de Viena/09 - Um incentivo ao património em período de recessão económica, 2009. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf>

Denota-se uma preocupação a nível internacional com os mecanismos jurídicos que salvaguardam o património, logo na primeira metade do século XX.

A Carta de Atenas, de 1931<sup>46</sup>, constatou uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando riscos e optando por uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação do património cultural. Foi possível observar, nesta carta, a preocupação com a proteção dos monumentos de interesse histórico e científico através das legislações.

De modo a reexaminar os princípios da Carta de Atenas, aprofundá-los e dotá-los foi realizado um novo documento, a chamada Carta de Veneza que emergiu do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Neste sentido, a Carta de Veneza focou-se na necessidade de um plano internacional de conservação e restauração como uma atividade interdisciplinar (ciências e técnicas). Com a Carta de Veneza passou-se a alargar a definição de monumento histórico ao conjunto da envolvente do edifício classificado e ao lugar onde este se encontra implementado, abarcando não só as criações arquitetónicas isoladas, mas também sítios urbanos ou rurais. Ressaltando que devem ser documentados e registados todos os trabalhos de investigação, análise e de conservação desenvolvidos e arquivados num local de fácil acesso<sup>47</sup>.

Outra evidência da evolução destes instrumentos reside no modo como o próprio entendimento do património se foi ampliando, desde o enfoque no monumento histórico isolado (e.g., carta de Atenas, 1931)<sup>48</sup> à valorização de construções tradicionais e correntes, vistas em conjunto ou em contexto (e.g.,

---

<sup>46</sup> SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS - Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauo dos Monumentos, 1931. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

<sup>47</sup> UNESCO - Carta de Veneza, 1984. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

<sup>48</sup> SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS - Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauo dos Monumentos, 1931. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Convenção para proteção do património Mundial, cultural e Natural, 1972)<sup>49</sup>, e da salvaguarda de bens culturais imóveis à classificação de valores intangíveis (e.g., Carta Europeia do património Arquitetónico, 1975)<sup>50</sup>. Sendo o património sucessivamente requalificado por diversos adjetivos - histórico, cultural, natural, mundial, imaterial, arquitetónico, etc.-, o seu conceito de património tem sofrido grandes alterações. Salientam-se novas noções que levam para uma escala territorial, como as paisagens culturais, entendidas como “testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente”, cuja conservação deve considerar “aspetos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis” (Carta de Cracóvia, 2000)<sup>51</sup>.

Passaram a fazer-se inventários dos bens do património, evoluindo quanto aos seus métodos (e.g. Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975<sup>52</sup>; Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, 1985<sup>53</sup>; Declaração Budapeste sobre Património Mundial 2002, 2002)<sup>54</sup>. Para além de expandirem o campo de inventário, classificação e intervenção, a leitura cronológica das cartas e convenções internacionais denota também a reformulação de algumas orientações iniciais. A hipótese de adaptação de edifícios antigos a novos programas conduziu à elaboração de documentos mais cautelosos e restritivos no que toca à conservação, restauro e reabilitação do património

---

<sup>49</sup> UNESCO - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

<sup>50</sup> CONSELHO DA EUROPA - Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

<sup>51</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

<sup>52</sup> CONSELHO DA EUROPA - Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

<sup>53</sup> CONSELHO DA EUROPA - Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada, 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

<sup>54</sup> UNESCO – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, 2002. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf>

arquitetónico (e.g., Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, 1985)<sup>55</sup>. O interesse das técnicas de conservação passa a ser cada vez mais vinculado à investigação científica pluridisciplinar sobre os materiais e tecnologias usadas, assim como a compatibilidade entre os materiais utilizados numa ação de reabilitação (Carta de Cracóvia, 2000)<sup>56</sup>. Qualquer intervenção passa a ser guiada por um planeamento prévio e pormenorizado, respeitando a obra original e garantir a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes (Carta de Cracóvia, 2000)<sup>57</sup>.

A Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)<sup>58</sup> contribuiu com um novo conceito, central nos dias de hoje para a reabilitação urbana, a “conservação integrada”, o que pressupõe estratégias utilizadas para evitar ou minimizar possíveis fatores de degradação do património construído, atuando tanto à escala dos edifícios como sobre o seu contexto físico e social. Dando também grande ênfase ao conhecimento científico e à sensibilização e a mobilização do público para as causas do património.

A preocupação com a salvaguarda do património, também, levou ao estabelecimento de uma “lista do património mundial em perigo”, onde são registados os pedidos de intervenção

Urgente, e à criação de um fundo para a proteção do património mundial, cultural e natural de valor universal excecional, denominado “Fundo do Património Mundial” (Convenção para proteção do

---

<sup>55</sup> CONSELHO DA EUROPA - Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada, 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

<sup>56</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

<sup>57</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

<sup>58</sup> CONSELHO DA EUROPA - Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

património Mundial, cultural e Natural, 1972)<sup>59</sup> e, mais tarde, à criação de um orçamento específico para a conservação e reabilitação de edifícios e sítios históricos (Declaração de Viena, 2009)<sup>60</sup>.

A questão da sustentabilidade dos recursos também constitui um aspeto fundamental para orientar estratégias de conservação patrimonial. A declaração de Viena (2009)<sup>61</sup>, apelou às entidades governamentais o reconhecimento da importância do património no desenvolvimento e implementação de políticas de recuperação económica sustentável. Declarando que o investimento no património leva a benefícios a curto e longo prazo em três áreas fundamentais, nomeadamente a nível económico, a nível ambiental e a nível sociocultural.

A responsabilidade perante a salvaguarda do património cultural deixa de ser apenas do Estado e dos proprietários privados e passa a ser de todos (Convenção de Faro, 2005)<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> UNESCO - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

<sup>60</sup> 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) - Declaração de Viena/09 - Um incentivo ao património em período de recessão económica, 2009. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf>

<sup>61</sup> 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) - Declaração de Viena/09 - Um incentivo ao património em período de recessão económica, 2009. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf>

<sup>62</sup> APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005.





## **4. Casos de Estudo**

### **Introdução geral**

Para um melhor entendimento do objeto em análise, serão utilizados dois casos de estudo que de uma forma geral permitirão uma melhor compreensão de como deve ser reabilitado ou revitalizado um edifício classificado como Imóvel de Interesse Municipal. Os edifícios selecionados foram o Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda e o Palácio da Quinta Alegre que servirão de apoio ao projeto de reabilitação/ revitalização do palácio da Porcalhota, uma vez que estas duas infraestruturas se relacionam, de uma forma direta, pela semelhança que existe entre os sistemas construtivos utilizados na época das suas construções (alvenaria de pedra).

Para a realização do projeto da residência universitária no Palácio da Porcalhota foram utilizados dois exemplos, a Residência universitária das Laranjeiras, em São Miguel, nos Açores e mais uma vez a Quinta Alegre por ser um palácio revitalizado num centro dia, apesar de não ter a mesma função, o programa é muito semelhante.

#### 4.1. Paço Dos Vasconcelos em Santiago da Guarda

O Paço dos Vasconcelos da freguesia de Santiago da Guarda, concelho de Ancião, distrito de Leiria foi escolhido para compreender o seu sistema construtivo, pelas semelhanças com o Palácio da Porcalhota. Este foi construído na segunda metade do século XV e, apesar de mais empobrecido, é caracterizado pelo estilo manuelino devido á ornamentação das suas janelas, exemplo genuíno em toda a região da Guarda (CASTELA, 2010)<sup>63</sup>



*Figura 21: Janela da torre do paço dos Vasconcelos*



*Figura 22: Janela Manuelina da Casa da Torre Gouveia*

---

<sup>63</sup> CASTELA, Carlos - Portugal Notável [em linha]. [s.l.], 2010. Janela manuelina da Casa da Torre em Gouveia. Disponível em <http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/>

Segundo consta, o edifício foi construído sobre estruturas arqueológicas do período da ocupação romana da península, sendo por isso considerado um edifício de grande valor histórico e todo o projeto em torno do mesmo foi muito condicionado por este fator (CASTELA, 2010)<sup>64</sup>.

Este edifício é popularmente conhecido na região como ``Castelo``, sendo que este não é mais do que o Solar dos Condes de Castelo Melhor. O complexo, divide-se em três momentos específicos, construídos em épocas diferentes e que marcaram as diferentes e mais importantes intervenções a que este monumento foi sofrendo ao longo dos tempos (CASTELA, 2010)<sup>64</sup>.

Primeiro foi construída a torre, projeto acompanhado pelo arquiteto Pero Pinheiro de Sousa Ribeiro, no último quartel do século XV, que ainda numa fase muito inicial serviu de residência oficial até surgir o paço. Mais tarde, em 1544, foi anexado à torre um complexo habitacional com características palacianas, arquitetonicamente de estilo civil, nascendo deste modo o paço dos Vasconcelos. Com base em estudos arqueológicos, deduz-se que o arquiteto que desenvolveu o projeto do paço foi um arquiteto régio, pela estrutura do paço, modular. Torna-se interessante o desenho do paço pela geometria apresentada, tornando o paço numa estrutura muito regular. E por último, foi construída a capela (CASTELA, 2010)<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> CASTELA, Carlos - Portugal Notável [em linha]. [s.l.], 2010. Janela manuelina da Casa da Torre em Gouveia. Disponível em <http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/>



Figura 23: Levantamento topográfico do paço dos Vasconcelos



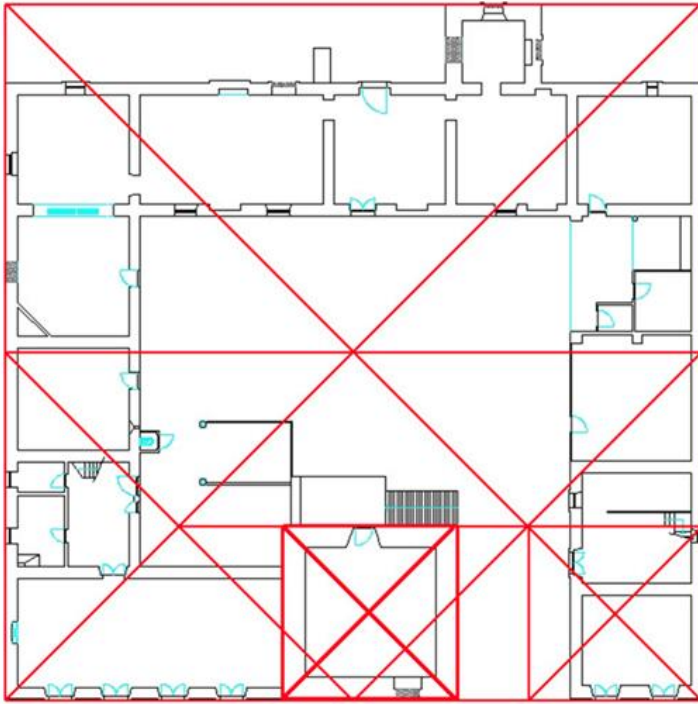


Figura 24: Relação da esquadria do complexo com a área da torre

O complexo deixou de ser habitado a partir do século XX, sendo este seccionado e ocupado por diversas famílias onde desempenhavam as mais diversas funções dentro da estrutura palaciana, desde a criação de animais em corrais até pequenos pontos de comércio, resultando em vandalismo e a apropriação ilegal do complexo. Foram surgindo, também, anexos ilegais o que acabaram por condicionar/ corromper a arquitetura original e até mesmo a própria estrutura do edifício (CASTELA, 2010)<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> CASTELA, Carlos - Portugal Notável [em linha]. [s.l.], 2010. Janela manuelina da Casa da Torre em Gouveia. Disponível em <http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/>



Figura 25: Transformação do Paço num curral de animais



Figura 26: Pequena mercearia e barbearia

Na década de 90, dá-se uma primeira intervenção de reabilitação na torre, dirigida pelo IPAR, isto porque as ameias já se encontravam muito desfeitas. Com essa intervenção faz-se as primeiras descobertas de mosaicos na torre que incentivou o desenvolvimento do projeto de reabilitação de todo o paço. Foi necessário integrar uma equipa de arqueólogos no acompanhamento à obra, pela necessidade de, ao longo do projeto, fazer alterações projetuais, de modo a integrar elementos arqueológicos que foram surgindo com as escavações. Por este motivo, foi criado um perímetro que delimitou as escavações arqueológicas e acredita-se que se continuassem as escavações, mais elementos romanos iam ser descobertos (CASTELA, 2010)<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> CASTELA, Carlos - Portugal Notável [em linha]. [s.l.], 2010. Janela manuelina da Casa da Torre em Gouveia. Disponível em <http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/>

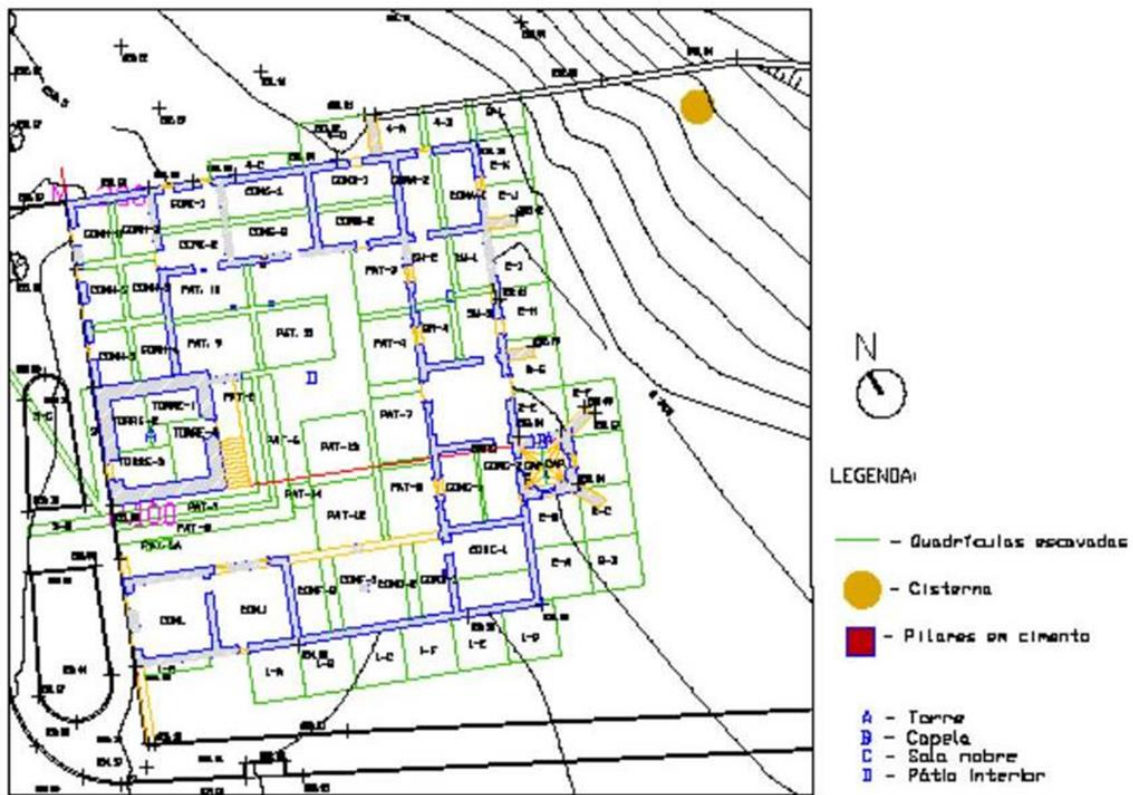


Figura 27: Planeamento de escavações arqueológicas



*Figura 28: Escavações arqueológicas*



*Figura 29: Escavações arqueológicas*



*Figura 30: Descobertas arqueológicas (Pavimentos)*



*Figura 31: Descobertas arqueológicas (Pavimentos Romanos)*



*Figura 32: Descobertas arqueológicas (Muros Romanos)*



*Figura 33: Descobertas arqueológicas (Estruturas Romanas)*



Esta última e grande intervenção de reabilitação realizada no paço, decorre no ano de 2001, tentando recuperar tudo o que se tinha perdido ao longo dos séculos, esta obra de reabilitação foi participada pela autarquia e acompanhada pela arquiteta Luiza Cortesão. O projeto foi marcado por dois momentos diferentes, nomeadamente, a preservação da volumetria original do conjunto do paço e a reabilitação da torre, devolvendo-lhe a sua unidade quebrada pelos volumes introduzidos ao longo do século XX. Para além destas construções posteriores, colocarem em causa a caracterização arquitetónica do Paço, também colocaram em causa a estabilidade estrutural do mesmo (CORTESÃO, 2006 )<sup>67</sup>.

O projeto de reabilitação para o Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda, contempla principalmente a abertura ao público da torre e das zonas nobre do antigo Paço, dando a conhecer toda a história que se encontra naquele local e que até muito recentemente era desconhecida (CORTESÃO, 2006 )<sup>68</sup>.

Como já referido, este é um edifício de destaque arquitetónico devido à sua geometria do desenho, o paço medieval é um bom exemplo de arquitetura civil portuguesa do século XVI.

Com as intervenções que sofreu, até bem recentemente foram encontrados mosaicos romanos de grande valor, tendo sido estes conservados para exposição ao público.

O Edifício organiza-se através de dois núcleos, representado a torre um exemplo de um sistema construtivo de casas fortes da idade média.

---

<sup>67</sup> CORTESÃO, Luísa – Um sedimento, uma ruína, um projecto : o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda : a reabilitação. Monumentos. Lisboa. ISSN 0872-8747. N.º 25 (Set. 2006) p. 222-225

<sup>68</sup> CORTESÃO, Luísa – Um sedimento, uma ruína, um projecto : o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda : a reabilitação. Monumentos. Lisboa. ISSN 0872-8747. N.º 25 (Set. 2006) p. 222-225



Figura 34: Castelo de Penacor



Figura 35: Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda

Em 1544, foi anexado à torre o conjunto habitacional de forma quadrangular que em conjunto com a torre define um pátio. Atualmente, já não se encontra presente parte desta estrutura. A organização do paço manteve-se, determinando um edifício de alçado térreo e de planta original, organização utilizada em zonas rurais (OLIVEIRA, n.d.)<sup>69</sup>.

O corpo construído posteriormente corresponde à parte nobre da casa, sendo a única que se liga através de vãos tanto para o pátio como para o jardim da casa e no seu interior foi construído o oratório privativo do paço (OLIVEIRA, n.d.)<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Catarina - Património Cultural [em linha]. Lisboa, 2006. Residência senhorial dos Castelo Melhor. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70641>

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Catarina - Património Cultural [em linha]. Lisboa, 2006. Residência senhorial dos Castelo Melhor. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70641>

No centro da fachada deste corpo foi aberta uma porta que dá acesso a uma câmara que é responsável pela distribuição dos acessos a todas as áreas interiores do paço, nomeadamente ao salão nobre (OLIVEIRA, n.d.)<sup>71</sup>.

O que mais se destaca em toda a estrutura são as janelas de estilo manuelino, que de forma sublime insere requinte e elegância ao paço (OLIVEIRA, n.d.)<sup>72</sup>.

Toda a definição de materiais e soluções construtivas a utilizar neste projeto de reabilitação baseou-se no princípio da reversibilidade, destacando-se os elementos estruturais metálicos no caso dos pavimentos, da cobertura e da regularização de vão.

Todas as medidas e decisões tomadas neste projeto foram baseadas nas cartas internacionais de Veneza e Cracóvia, de forma a salvaguardar o património. Na carta de Veneza porque esta surge como proteção do património histórico, salvaguardando-o e responsabilizando os proprietários e o estado a conservar os edifícios, pois manter a ocupação de um determinado edifício pode garantir a conservação do mesmo.

Para além destes princípios, a carta de Veneza consciencializa os países da sua responsabilidade na manutenção do património, garantindo deste modo a preservação do mesmo, uma vez que o património é o testemunho vivo de várias gerações do passado.

Para além da carta internacional de Veneza, o projeto também foi fundamentado através da carta de Cracóvia, que fundamentalmente baseia-se nos mesmos princípios da carta de Veneza, com um ponto que salvaguarda que todo e qualquer tipo de projeto de conservação deva ser desenvolvido

---

<sup>71</sup> OLIVEIRA, Catarina - Património Cultural [em linha]. Lisboa, 2006. Residência senhorial dos Castelo Melhor. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70641>

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Catarina - Património Cultural [em linha]. Lisboa, 2006. Residência senhorial dos Castelo Melhor. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70641>

por técnicos especializados nas respectivas áreas, de modo a salvaguardar a veracidade do projeto original.

Um dos materiais mais utilizados em todo o projeto foi as grelhas metálicas, que de uma forma direta criou uma relação entre o que já era pré-existente com o que estava sendo proposto, sendo uma solução aplicada, com o desenvolver da obra, devido as descobertas geológicas.

De modo a não comprometer toda a estrutura do edifício, foi utilizado betão para reforçar paredes em alvenaria de pedra.



*Figura 36: Estrutura em alvenaria de pedra reforçada por betão*

A torre existente no Paço dos Vasconcelos é um marco importante na paisagem devido a sua altura e isto dá-se principalmente pelo fato de este ser um elemento independente, inclusive com um acesso independente ao restante edifício.

A torre antes da sua intervenção era um elemento caracterizado pela sua altura, sem pisos intermédios ou cobertura tendo sido mantido estas características.

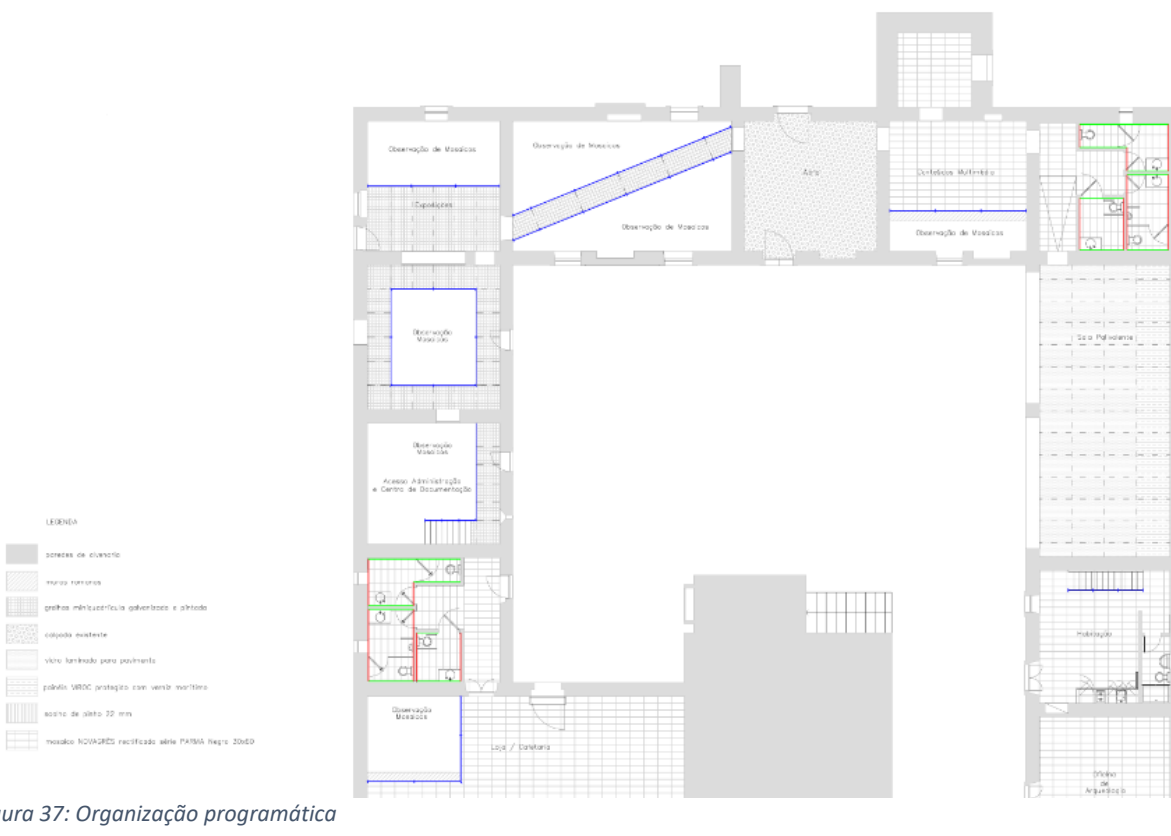


Figura 37: Organização programática



*Figura 38: Foto de 1980 em estado de ruína*



*Figura 39: Foto anterior a intervenção em estado de ocupação de génese ilegal*



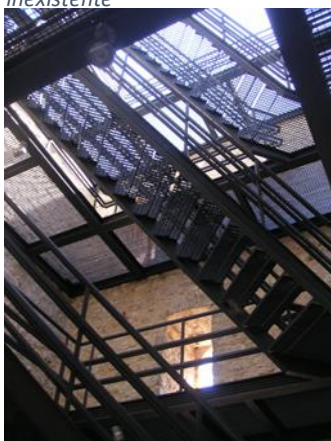
*Figura 40: Torre em estado de abandono com escadaria quase inexistente*



*Figura 41: Torre apos ser recuperada*



*Figura 42: Interior da torre desde a sua originalidade*



*Figura 43: intervenção na torre com elementos metálicos*



*Figura 44: intervenção na torre com elementos metálicos*

Quando se deram as escavações, em 2001, foram descobertas estruturas romanas no piso inferior da torre o que influenciou o surgimento de acessos e estruturas metálicas que possibilitassem a sua observação.

Relativamente aos acessos verticais, estes foram um condicionante no projeto principalmente devido á estabilidade da estrutura da torre e pela manutenção da sua tipologia arquitetónica. Para tal, foi adotada uma estrutura metálica aparafusada às paredes existentes que funciona como apoio aos pisos, escadas e claraboia de iluminação e ventilação do piso inferior.

Relativamente aos pisos superiores foram criadas grelhas metálicas que permitem a passagem de luz natural.



*Figura 45: Estrutura metálica em forma piramidal*

Quanto à claraboia piramidal, criada no piso de acesso, esta desempenha três funções: permitir a visualização, iluminação e ventilação dos pisos inferiores.

De forma a facilitar a manutenção das estruturas ou visitas restritas de peritos, foi criado um alçapão de acesso ao piso inferior. Foi também criada uma escada de acesso à plataforma da porta da torre em blocos maciços de pedra com as mesmas características das existentes, uma vez que já não

havia registos que assegurassem a originalidade da forma de como era resolvida esta diferença de cotas.

Todas as paredes sofreram intervenção tanto de reabilitação como de conservação. Neste sentido, as paredes foram limpas, desinfestadas e foram aplicados herbicidas e refechamento de juntas.

Relativamente ao Paço, a intervenção foi bem mais complexa. Um dos primeiros cuidados a ter foi perceber como seria possível reforçar as estruturas existentes sem que estas fossem descaracterizadas arquitetonicamente. Devido a irregularidade morfológica não foi possível fazer o reforço com elementos modelares, optando-se por inserir muros de betão armado. Este método foi aplicado nas alas norte e nascente do edifício.

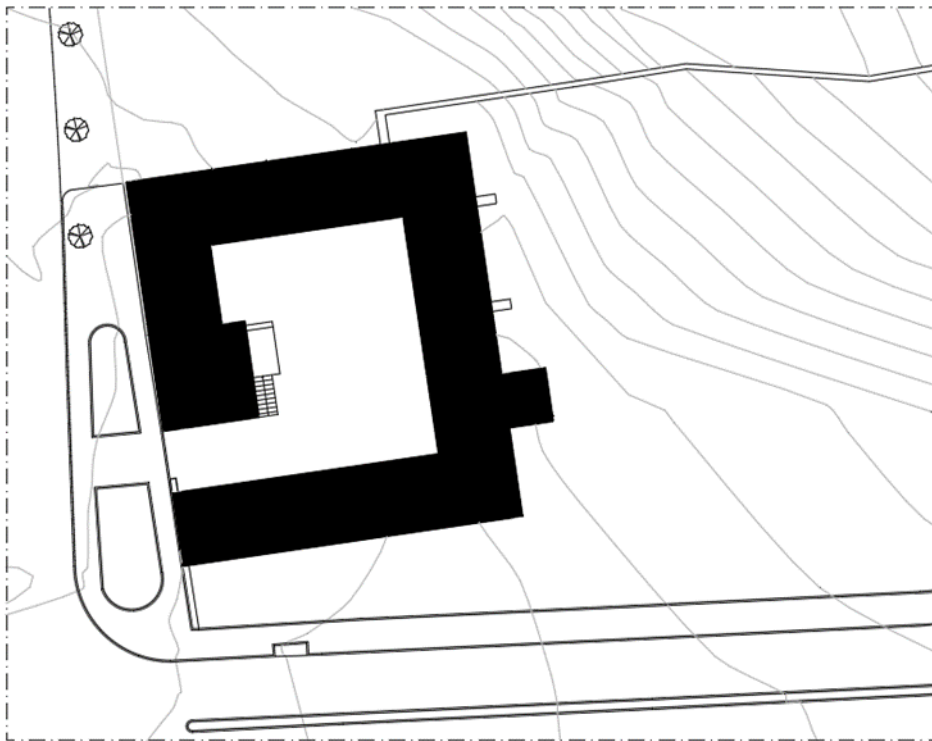
Outro grande condicionante, foram as coberturas do Paço, uma vez que estas originalmente disponham de diferentes inclinações e com diferenciados tipos de telhas. Optou-se, como alternativa, por utilizar chapas de cobre assumindo-se deste modo uma nova cobertura, marcando uma nova intervenção e unificando todo o edifício.

Todas as fachadas foram limpas e aplicou-se uma argamassa pré doseada à base de cal, no refechamento das juntas (CORTESÃO, 2006)<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> CORTESÃO, Luísa – Um sedimento, uma ruína, um projecto : o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda : a reabilitação. Monumentos. Lisboa. ISSN 0872-8747. N.º 25 (Set. 2006) p. 222-225





*Figura 46: Planta de cobertura do Paço dos Vasconcelos*



*Figura 47: Entrada principal para o Paço dos Vasconcelos*



*Figura 48: Reconstrução da escadaria de pedra*



*Figura 49: Cobertura ogival da capela*

Em suma, este é um projeto de grande interesse tanto a nível arquitetónico, como a nível cultural uma vez que este passou por várias fases, acompanhando desde sempre todas as suas transformações sendo que uma das que mais impacto sobre o mesmo teve foi a ocupação ilegal o que acabou por danificar em demasia toda a estrutura original.

Fazendo a relação da obra de intervenção com as cartas internacionais, verificamos que a intervenção vai ao encontro do que é defendido pelas cartas de Veneza e de Cracóvia, que objetivamente defendem os interesses deste tipo de imóveis e asseguram que a história de várias gerações deve ser salvaguardada pela arquitetura. Não sendo um bom edifício arquitetonicamente só aquele que se vive o espaço como um todo, mas também aquele que conta uma história e que, diretamente ou indiretamente, presenciou a evolução de várias gerações, representando um forte papel na forma como o edifício respondia à evolução da arquitetura.

Relativamente à forma como foi inserido novamente o edifício na paisagem, este deu-se de uma forma muito subtil e isto acontece principalmente pela escolha dos materiais feitos para o projeto, principalmente as chapas de zinco utilizadas na cobertura, que uniformizaram todo o conjunto arquitetónico, como também de uma forma subtil o voltou a inserir na paisagem.

E por último, relativamente ao sistema construtivo em alvenaria de pedra, principal fator que me levou a estudar este edifício, é um sistema construtivo que por si só se justifica a sua reutilização, principalmente pelo facto de este ser um sistema pouco utilizado atualmente e que em tempos já teve grande importância por ser o único que se conhecia e que melhor respondia às necessidades do homem.

## 4.2. Quinta Alegre

A quinta Alegre ou como também é conhecida por “Quinta do Alegrete, das Flores, da Marqueza ou do Fanqueiro” é atualmente propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é um imóvel de interesse público, desde 1962, onde se insere o Palácio Marquês do Alegrete,

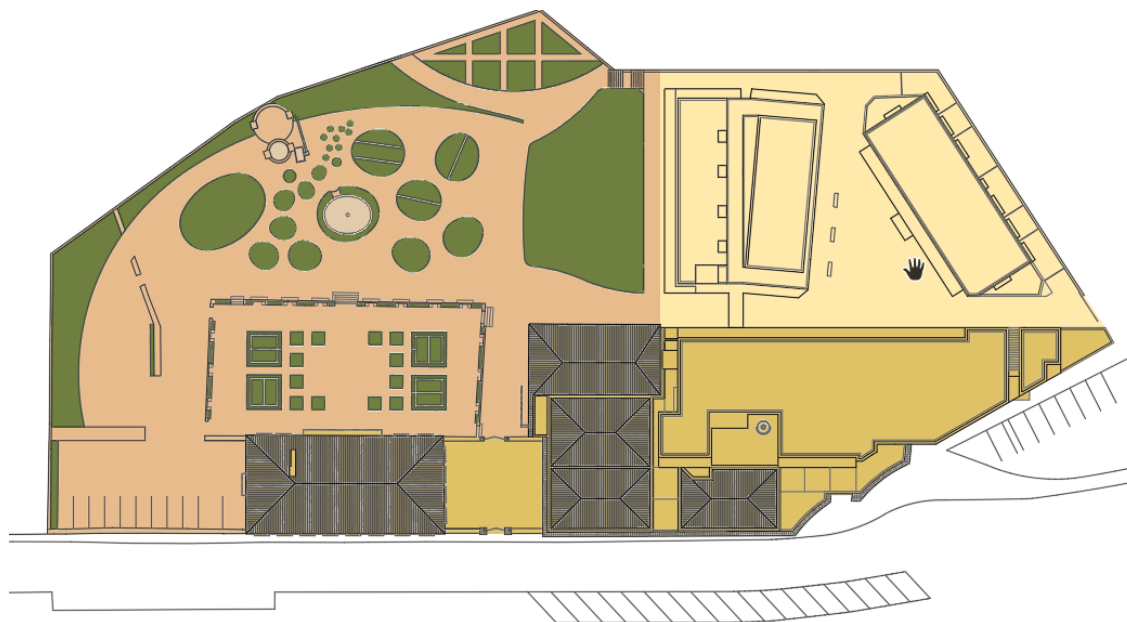
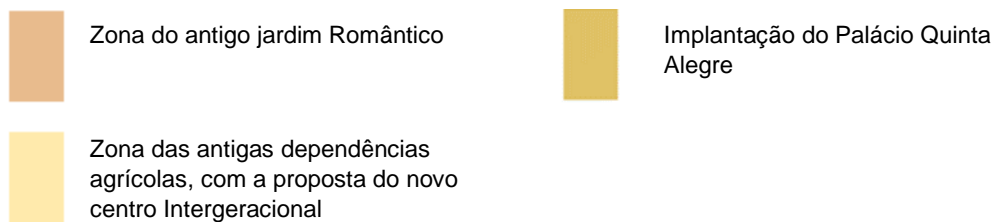


Figura 50: Divisão de Zonas dentro do perímetro da quinta



pelo jardim Romântico e pelas dependências de apoio agrícola (CÂMARA, et al., 2019)<sup>74</sup>.

Esta quinta foi mandada construir por Manuel Telles da Silva, 1º Marquês de Alegrete, e 2º Conde de Villar Mayor entre (1641- 1709), construída na Estrada da Charneca. A principal quinta da família ficava em Torres Vedras, a Quinta das Lapas, surgindo a necessidade de adquirir uma habitação mais próxima da capital, foi construída a Quinta Alegre. Naquele tempo, na Quinta Alegre havia grandes festejos e receções da corte, representado o aparato tão procurado e vivido dentro do estilo barroco (CÂMARA, et al., 2019)<sup>75</sup>.

Este é um imóvel do século XVIII e adquirido pela Santa Casa da Misericórdia no ano de 1983. Esta propriedade originalmente era uma quinta de veraneio tendo este sido revitalizado e adaptado a novas funções, passando a ser uma habitação intergeracional, com espaços lúdicos e culturais abertos à comunidade, permitindo criar uma proximidade/interação entre diferentes faixas etárias (CÂMARA, et al., 2019)<sup>76</sup>.

No ano de 2018, o palácio da Quinta Alegre foi premiado pelo Prémio Nacional da Reabilitação Urbana na área do restauro, por ter salvaguardado um património de interesse Público e acrescentado novas funções, mantendo a vitalidade do edifício imune a decadência e abandono (CÂMARA, et al., 2019)<sup>77</sup>.

O projeto de reabilitação teve em conta dois pontos muito importantes, o primeiro relativamente à reabilitação do edifício que lhe devolveu a sua originalidade e o segundo consistiu na criação de um

---

<sup>74</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>75</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>76</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>77</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

programa que se adaptou à estrutura existente, criando o encontro entre duas gerações (CÂMARA, et al., 2019)<sup>78</sup>.

Este projeto abordou 10 aspetos essenciais dentro do conceito de reabilitação, tornando-o deste modo um projeto de reabilitação muito completo. Estes foram Reabilitação, Conservação e Restauro, Azulejos, Estuques, Revestimentos decorativos, Madeiras, Metal, Pedra, Alvenarias e por fim Rebocos (CÂMARA, et al., 2019)<sup>79</sup>.

Deste modo, é de grande interesse perceber o modo de intervir em alguns pontos que diretamente se relacionam com o objeto de estudo apresentado na vertente prática (Palácio da Porcalhota). Sendo estes, estuques, revestimentos decorativos, madeira e pedra.

De uma forma geral, todos os elementos de interesse histórico ou arquitetónico mapeados na fase de levantamento de dados sobre a Quinta Alegre, passaram por uma fase de avaliação, sendo detetados as possíveis anomalias que o tempo provocou nos mesmos.

Deste modo e pegando em alguns tópicos que foram analisados, os estuques passaram por um faceamento das zonas mais enfraquecidas.

A técnica do faceamento, não só foi aplicada nos estuques como também foi introduzida nos rodapés e alizares que foram retirados.

---

<sup>78</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>79</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.



*Figura 51: Materiais policromáticos para restauro*



*Figura 52: Técnicas de restauro dos elementos originais*

Nas zonas mais críticas, foram introduzidos escoramentos necessários. Estas técnicas possibilitaram que não houvesse perda de dados históricos nem património. Este tipo de intervenção para além de salvaguardar património e dados históricos, também possibilitou que a execução dos trabalhos planeados decorresse conforme planeado, possibilitando a avaliação do estado do sótão, sendo detetado um estado muito avançado de deterioração do seu conjunto. Foram detetadas várias lacunas na estrutura dos tetos, o que originou a construção de novos elementos estruturais em madeira, idênticos aos existentes (CÂMARA, et al., 2019)<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.



*Figura 53: Elementos pictóricos dos tetos em ruína*



*Figura 54: Elementos pictóricos dos forramentos das portas em ruínas*



*Figura 55: Elemento pictóricos dos tetos*



*Figura 56: Elementos pictóricos dos tetos*



*Figura 57: elementos pictóricos das paredes*



*Figura 58: Elemento pictóricos das paredes*



Passando aos revestimentos decorativos, foi feito um mapeamento dos diversos padrões presentes em todas as salas do palácio, mapeando sala por sala, e analisando quais as anomalias e posteriormente aplicando-lhes tintas adequadas, que tem uma melhor reação á evaporação do vapor da água, e com o passar dos anos estes não perdem as suas características pictóricas (CÂMARA, et al., 2019)<sup>83</sup>.

A madeira é um elemento que tanto funciona construtivamente como em revestimento. Neste caso, foram feitos tratamentos tanto em elementos estruturais como em matérias policromados, sendo estes portas, janelas, rodapés, etc. (CÂMARA, et al., 2019)<sup>81</sup>.

Relativamente à estrutura, foi feita uma limpeza rigorosa em todos os vigamentos, recorrendo a escovagem, aspiração e remoção de elementos metálicos que estavam sem uso. Posteriormente a limpeza, foi feita uma desinfestação de modo a prevenir e eliminar os agentes xilófagos e fungos detetados nas mesmas (CÂMARA, et al., 2019)<sup>82</sup>.

Foi tido em conta todos os elementos metálicos que não foram possíveis retirar, o seu tratamento foi feito no próprio local, tendo sido estabilizados com conversor de corrosão e posteriormente revestidos por resina acrílica diluída em acetona (CÂMARA, et al., 2019)<sup>83</sup>.

Relativamente aos elementos em madeira policromada, estavam planeadas sofrer uma intervenção em tudo o que não estivesse a funcionar, no entanto, com o passar dos trabalhos, foram sendo detetados elementos relativamente recentes o que levou a perceber que nem tudo o que estava

---

<sup>81</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>82</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>83</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

sendo feito era exatamente original. Neste sentido, foi exigido um ajusto na metodologia de trabalho, para que todo o percurso da obra fosse homogéneo (CÂMARA, et al., 2019)<sup>84</sup>.

E por último a pedra, elemento fundamental de uma alvenaria em pedra, começou logo pela limpeza e desinfestação/ eliminação da colonização biológica existente, tendo sido aplicado um biocida concentrado a 4% em água e posteriormente feito o refechamento de juntas (CÂMARA, et al., 2019)<sup>85</sup>.

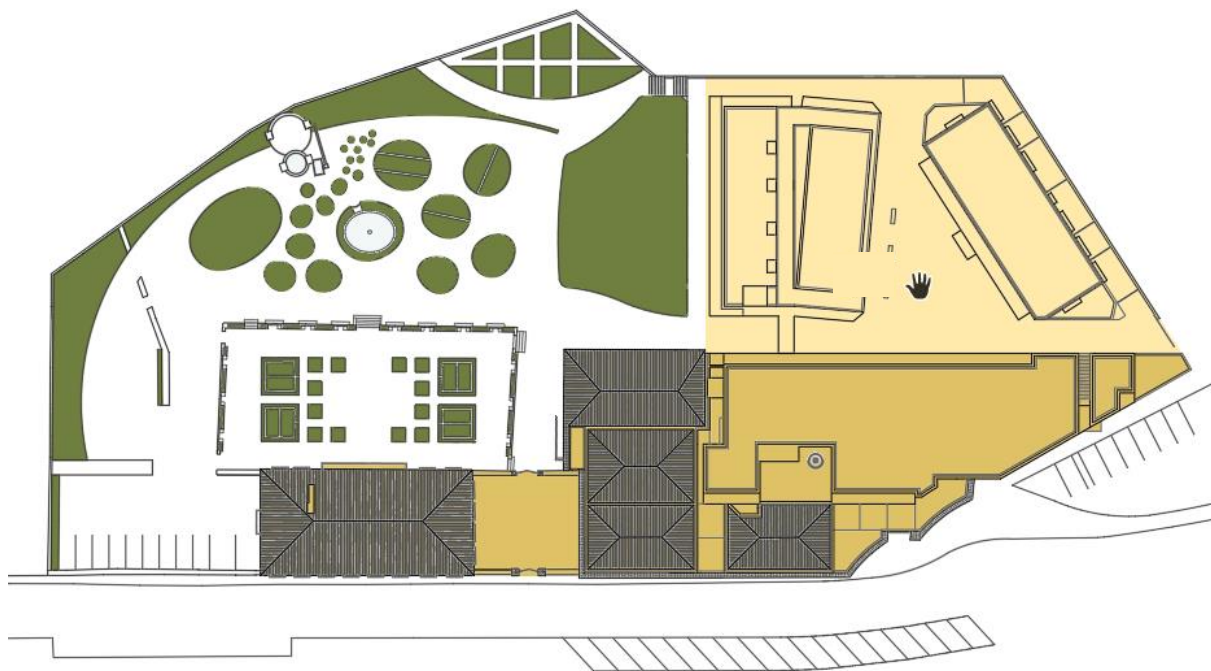
As cartas que aparentemente fundamentaram esta intervenção foram, mais uma vez, as cartas de Cracóvia e Veneza. Tal como o caso de estudo anterior, o principal objetivo deste projeto foi devolver à sociedade aquilo que o palácio foi um dia, um lugar de aparato e que servia um determinado públ

---

<sup>84</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

<sup>85</sup> CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - Quinta Alegre-Volume II. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018.

ico. Naquele tempo servia a aristocracia, atualmente este serve para acolher e dar conforto tanto a um público jovem como mais envelhecido. Também, tendo em conta a leitura feita sobre a obra, esta contempla principalmente a recuperação do palácio e a construção de um novo edifício para fazer face a novas funções a desempenhar.



*Figura 59: Planta de cobertura do existente e do proposto*



Pré-existência



Proposto

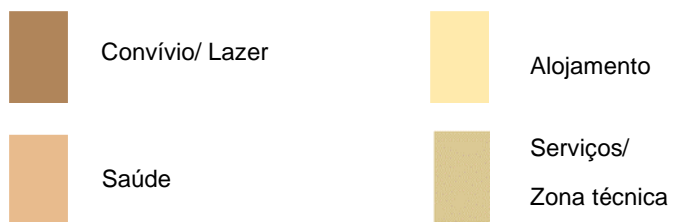


Figura 60: Estrutura habitacional intergeracional (piso térreo)





Figura 61: estrutura habitacional intergeracional (1º piso)



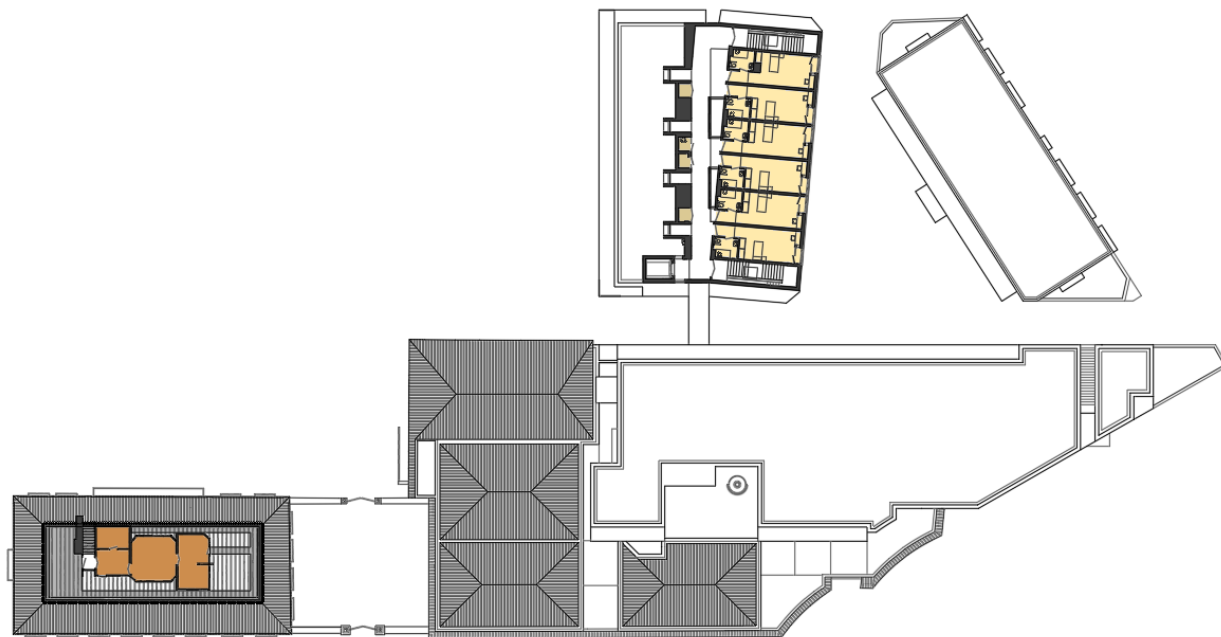


Figura 62: Estrutura habitacional intergeracional (2º piso)



Saúde



Administração



Serviços/  
Zona técnica

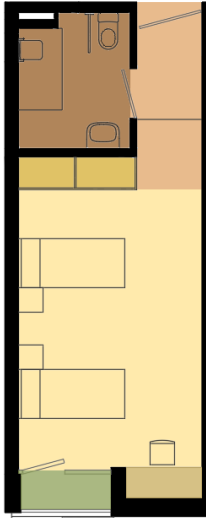


Figura 63: Módulo do apartamento T0



Figura 64: Módulo do quarto duplo

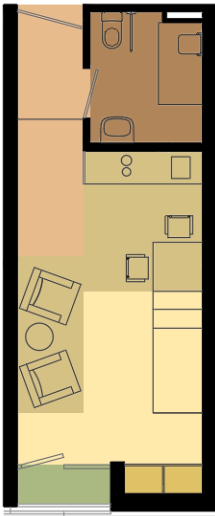


Figura 65: Módulo do apartamento T0 (3º fase)



Figura 66: Módulo do apartamento T1

Relativamente às tipologias desenvolvidas que compõem o alojamento intergeracional, foram desenvolvidas quatro diferentes tipologias sendo estas, quartos duplos, apartamentos T1, Apartamentos T0 e numa 3ª fase foram desenvolvidos novos T0. Tem, num total, 27 quartos duplos e 27 apartamentos. Dos 27 apartamentos, 15 apartamentos são T0, construídos na 1ª fase, 12 apartamentos T0 na 3ª fase e 3 apartamentos T1. Estes têm áreas compreendidas entre os 30 e os 60 m<sup>2</sup>. Os quartos duplos têm aproximadamente 30m<sup>2</sup>, os apartamentos T0, da 1ª fase, têm em média uma área de aproximadamente 30m<sup>2</sup>, enquanto os da 3ª fase têm uma área de aproximadamente 40m<sup>2</sup>, já os apartamentos T1 têm aproximadamente 63m<sup>2</sup>.

Em suma, o projeto de reabilitação que foi desenvolvido na Quinta do Alegrete é um projeto que se pode considerar extremamente completo, pois abordou diversos temas dentro do conceito da reabilitação. Este é um exemplo fiel de um processo completo de reabilitação/ revitalização e uma boa referência para o entendimento do objeto em estudo (Palácio da Porcalhota), visto ser um trabalho que aborda, de uma forma geral, todos os pontos que caracterizam o Palácio da Porcalhota. Para além de ser um palácio datado do século XVIII (Sistema construtivo em alvenaria de pedra) e de estilo Barroco português, também foi revitalizado em um edifício residencial, para um público diferente, mas com um conceito semelhante, a partilha de espaços comuns e sociais.



### **4.3. Residência universitária das Laranjeiras (Açores)**

Para uma melhor compreensão das necessidades existentes dentro de uma Residência Universitária, optei por visitar pessoalmente a Residência Universitária dos Açores (SASE), situada na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel. Este foi um projeto nomeado para o Prémio Secil de Arquitetura 2008 e ganhou o Prémio de Arquitetura FAD 2007.

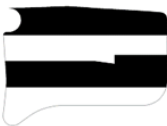
Através desta visita foi possível perceber quais os principais critérios para a execução de um projeto com a mesma finalidade. A visita foi acompanhada por uma funcionária da residência que prontamente disponibilizou-se para apresentar os vários compartimentos da residência e esclarecer dúvidas pré-existentes, como por exemplo, áreas mínimas de dormitórios, espaços necessários para o bom funcionamento do edifício, tipos de espaços de arrumação, equipamentos necessários dentro de cada cozinha, assim como problemas inerentes às decisões tomadas em projeto.

Esta residência dispõe de um total de 144 quartos com casa de banho privativa, sendo que na sua maioria são quartos duplos. Estes encontram-se distribuídos por 4 blocos, em cada bloco existe, para além dos quartos comuns, um quarto adaptado a alunos com mobilidade reduzida, dois quartos de casal e um pavilhão de multiusos. Os residentes podem usufruir em cada bloco de uma sala de estudo e de convívio com TV, copas equipadas com TV, fogões, frigoríficos, arcas congeladoras, e micro-ondas.

O conceito que fundamentou este projeto surgiu de uma forma inusitada uma vez que este quando começou a ser desenhado e desenvolvido deparou-se com muitas diferenças entre os quatro edifícios o que originou o conceito ``Spice girls``, já que cada edifício tem uma identidade própria tal como acontece com a conhecida banda, em que cada elemento tem uma personalidade própria.



edifícios



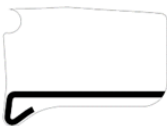
verde



acontecimentos



percursos



estacionamento

*Figura 67: Diagramas conceptuais do projeto*

Como já foi referido, o projeto divide-se em quatro blocos individuais, que se interligam por um percurso exterior e que se desenvolve desde a entrada principal até ao último bloco.

Os quatro blocos se relacionam com o exterior de uma forma muito peculiar, o que acabou por os caracterizar individualmente, como é o caso do primeiro bloco que é conhecido como sendo o bruto, relativamente ao segundo bloco este foi classificado por segundo, o que originou um número 2 na cobertura que é utilizada atualmente para estendal da roupa. O terceiro bloco chama-se o desportivo, isto porque todos os seus acessos criam um percurso mais extenso, que obriga aos seus utilizadores a fazerem um percurso maior. Por fim, o último bloco, chamado destemido, assenta sobre pilotis e é um bloco que está diretamente virado para a rua (Estrada Regional da Ribeira Grande), afirmando a sua presença de uma forma muito direta sem qualquer tipo de constrangimentos. Entre os quatro blocos, vão surgindo espaços de lazer diferenciados, como campos desportivos ou simplesmente zonas de permanência.

Relativamente à distribuição do programa, só no primeiro e terceiro bloco é que existem quartos no piso térreo, sendo o segundo e quarto bloco são zonas de convívio.

Pode-se observar que no piso térreo existe aproximadamente 10 quartos em cada bloco, maioritariamente duplos, e uma cozinha. Os acessos verticais diferenciam-se em todos os blocos, não por uma questão de organização de programa, mas sim pela definição do conceito do projeto.

Relativamente aos primeiros pisos, a lógica passa pela mesma do primeiro, diferindo essencialmente pelo facto de existirem em todos os blocos quartos. Existe uma média de 10 quartos para uma cozinha, o que implica na maioria das vezes a existência de 2 cozinhas por piso, já que existe uma média de 20 quartos nos 1º pisos de cada bloco.

Relativamente aos acessos verticais, estes estão presentes nas extremidades e no centro de cada bloco, o que implica um afastamento entre eles de aproximadamente 30m entre cada ponto.

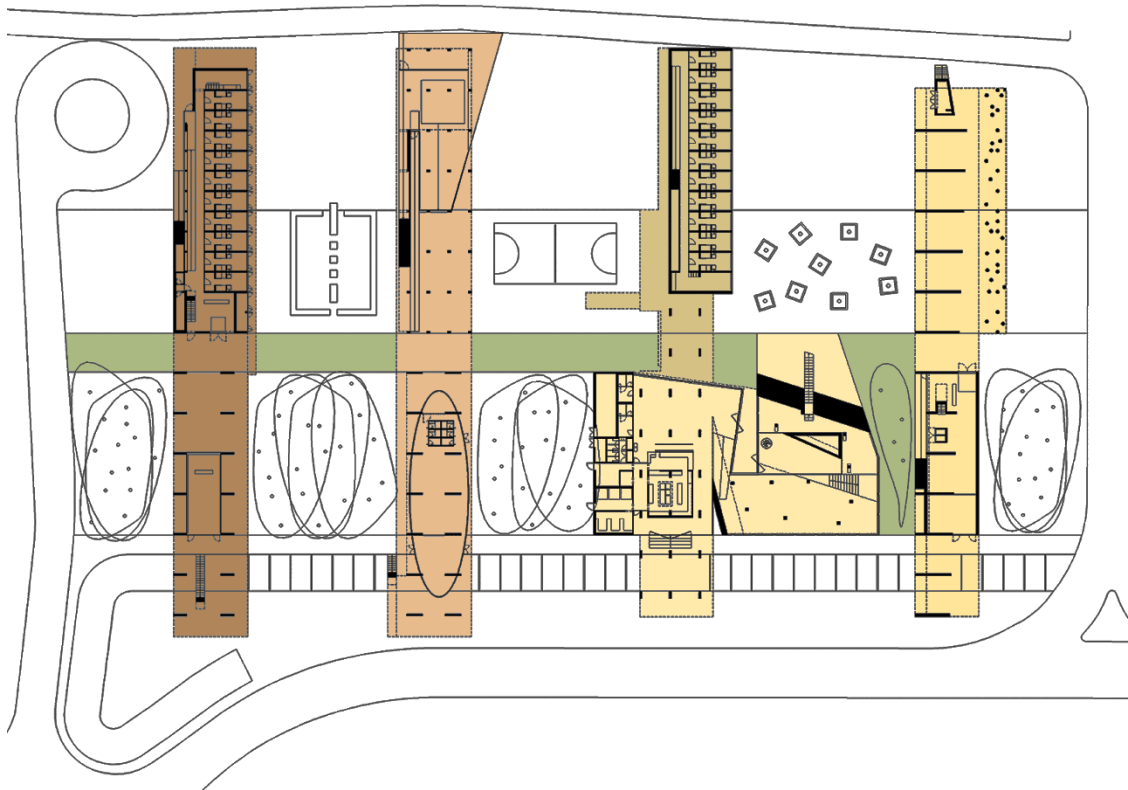


Figura 68: Diagrama do piso térreo



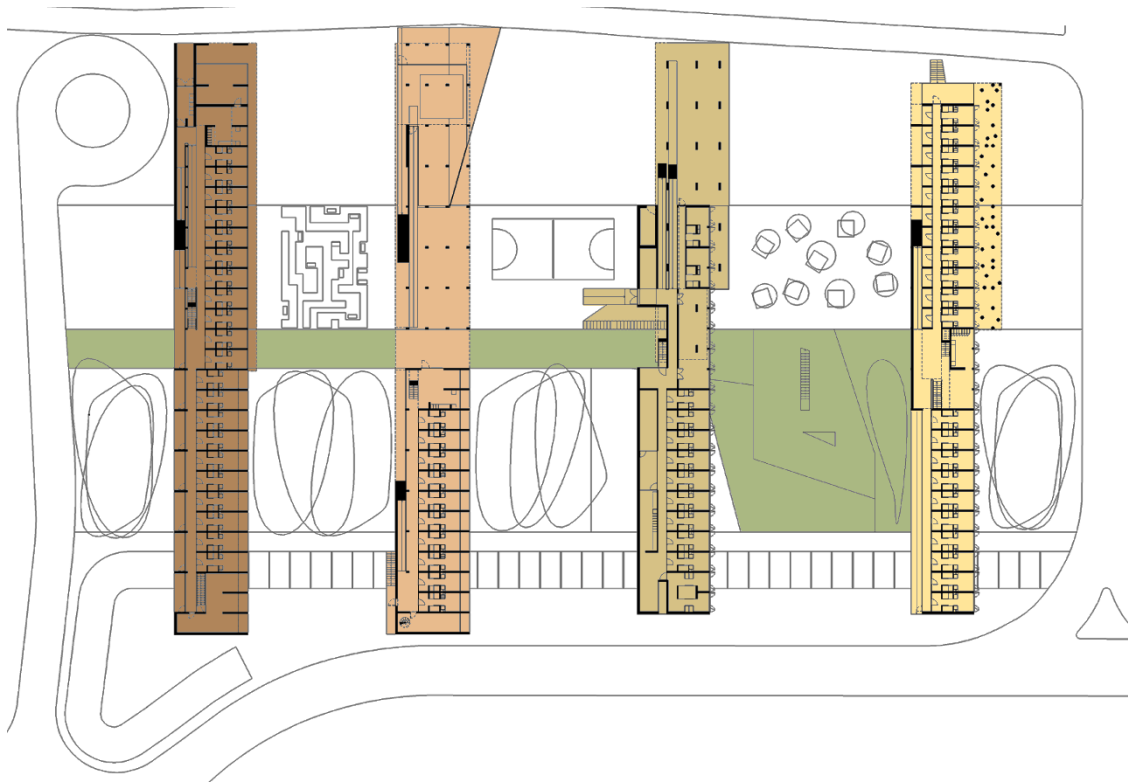
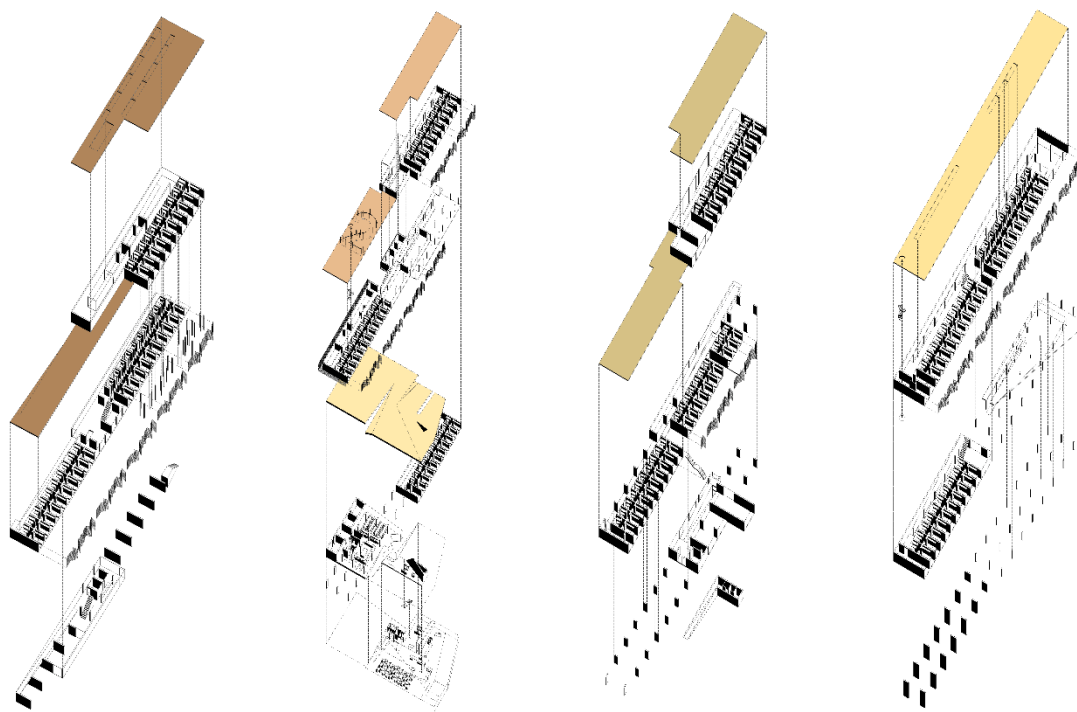
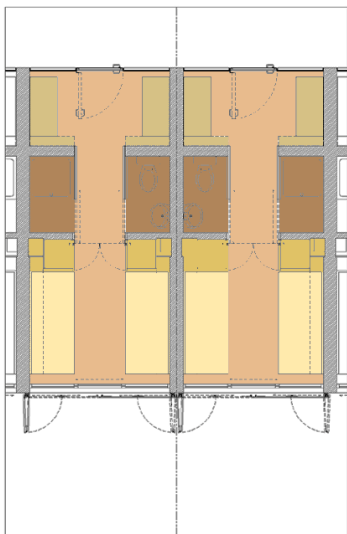


Figura 69: Diagrama do 1º piso

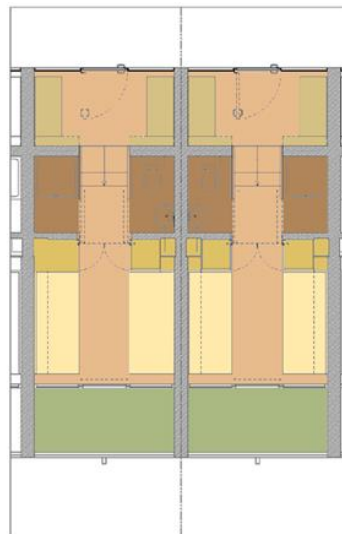
Tal como nos mostram as axonometrias, os blocos não assentam diretamente no terreno, pois maioritariamente os edifícios encontram-se sobre pilotis, permitindo entradas individuais para cada bloco cobertas e a ligação entre os quatro volumes através do percurso exterior, tal como foi referido no início da análise.



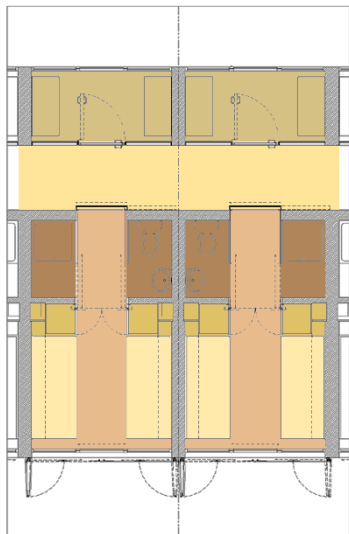
*Figura 70: Axonometrias explodidas dos 4 blocos de quartos*



*Figura71: Modulo do quarto duplo separado da zona de trabalho*



*Figura72: Modulo do quarto duplo com zona de trabalho*



*Figura73: Modulo do quarto duplo com varanda*

Relativamente ao quarto, foram definidos três modelos de quarto, tendo estes uma relação entre áreas rondando os 14.30 m<sup>2</sup> cada.

Para além dos três módulos de quarto, também foram desenhados quartos de casal e quartos adaptados a pessoas com mobilidade condicionada.

Neste sentido, o quarto tipo 1 organiza-se da seguinte forma: na entrada encontra-se a zona de trabalho com uma área de 3m<sup>2</sup>, a seguir as zonas húmidas separadas por dois cubos, num tem uma cabine de duche e no outro a zona de lavatório e sanita, ambos com uma area de 2 m<sup>2</sup>. A zona de guarda roupa encontra-se virada para o acesso de distribuição ao longo do quarto, acompanhada pela zona de dormir com uma área de 2 m<sup>2</sup>. Este módulo encontra-se no piso térreo dos blocos, o que possibilita um acesso direto para o exterior, através dos próprios quartos.

Relativamente ao quarto tipo 2, a lógica de organização e áreas é a mesma, diferenciando na zona de trabalho que está dividida do quarto pelo corredor de acesso aos quartos, e estes, apesar de estarem no segundo piso do bloco 4 designado por destemido, são encerrados pelo vão, uma vez que foi utilizado mais área para ser desenhado o corredor que passa no interior do quarto.

E por último, o quarto do tipo 3, também mantém a mesma lógica, o que diferencia é o fato de estes terem uma varanda privada para cada quarto e isto acontece porque este modelo encontra-se no segundo piso do bloco 4, conhecido como o destemido.



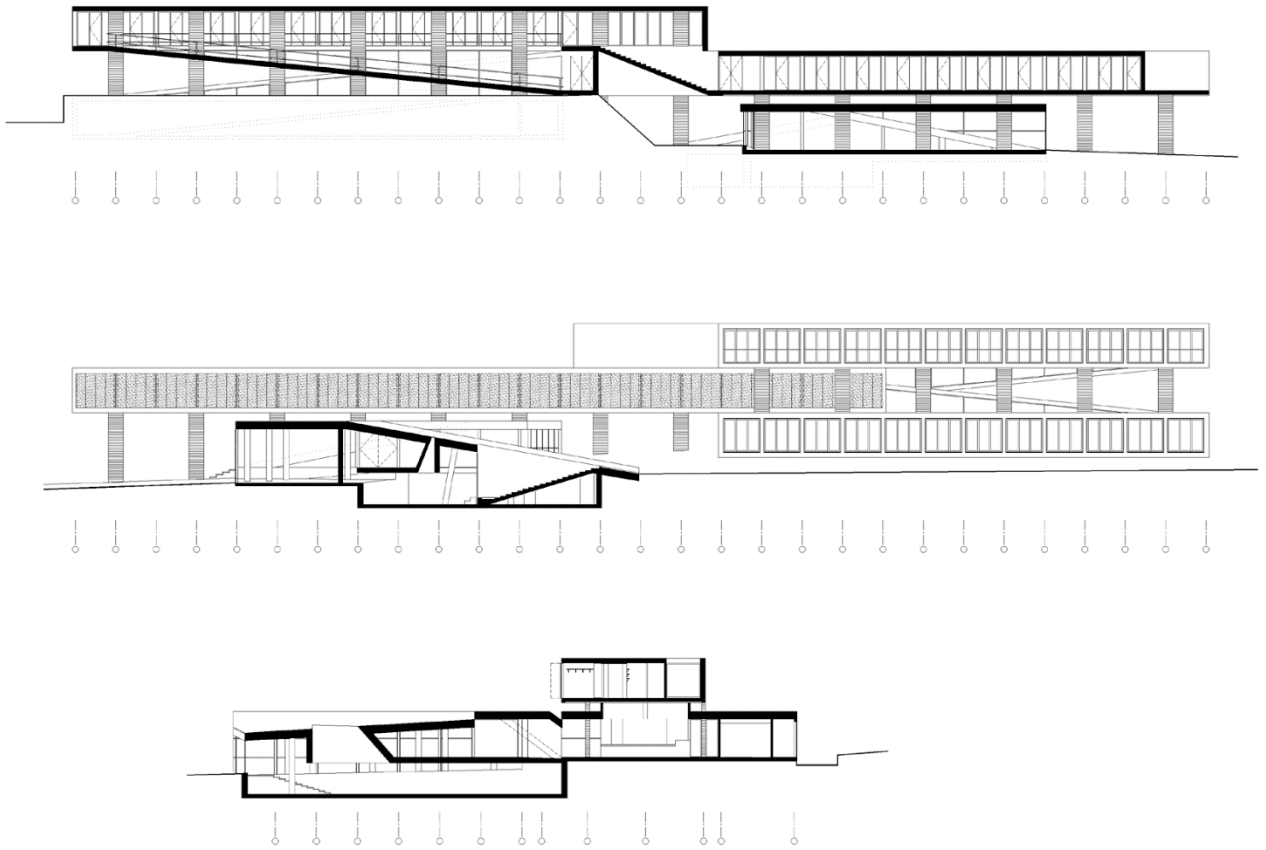


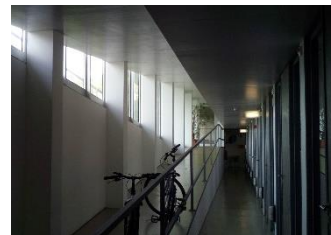
Figura 74: cortes longitudinais



*Figura 75: Alçado do edifício bruto*



*Figura 76: Ligação exterior entre os blocos*



*Figura 77: Rampa de acesso aos quartos*



*Figura 78: Alçado do edifício desportista*



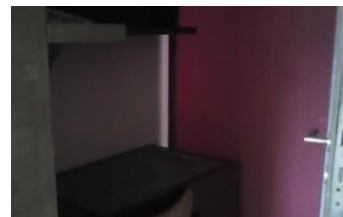
*Figura 79: Distribuição dos quartos*



*Figura 80: Rampas de acesso aos*



*Figura 81: Hall de entrada dos blocos*



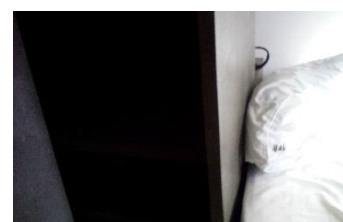
*Figura 82: Zona de trabalho nos quartos*



*Figura 83: Zona de copa*



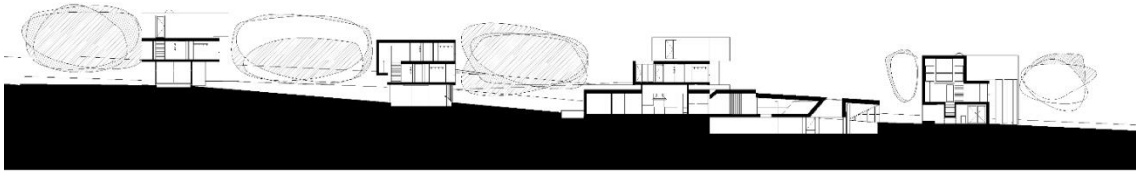
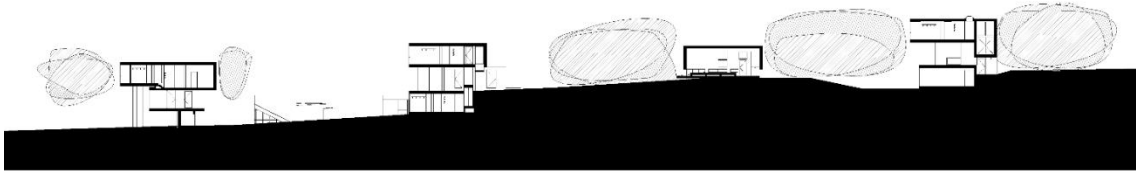
*Figura 84: Despensa por quarto*



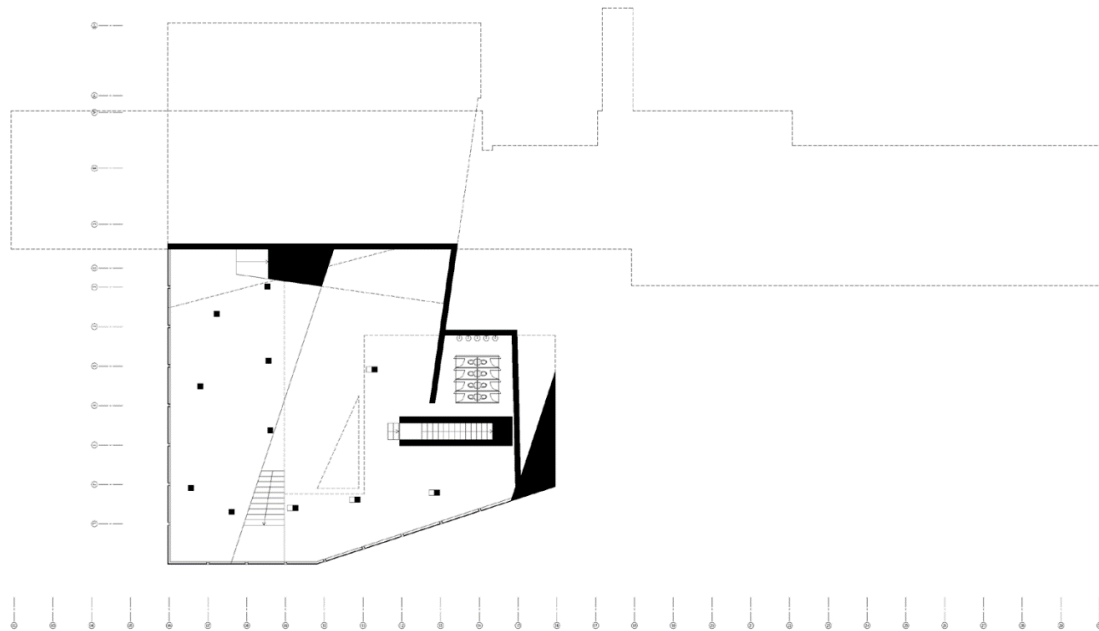
*Figura 85: Guarda roupa*



*Figura 86: Lavandaria*



*Figura 87: Cortes transversais*



*Figura 88: planta do refeitório*

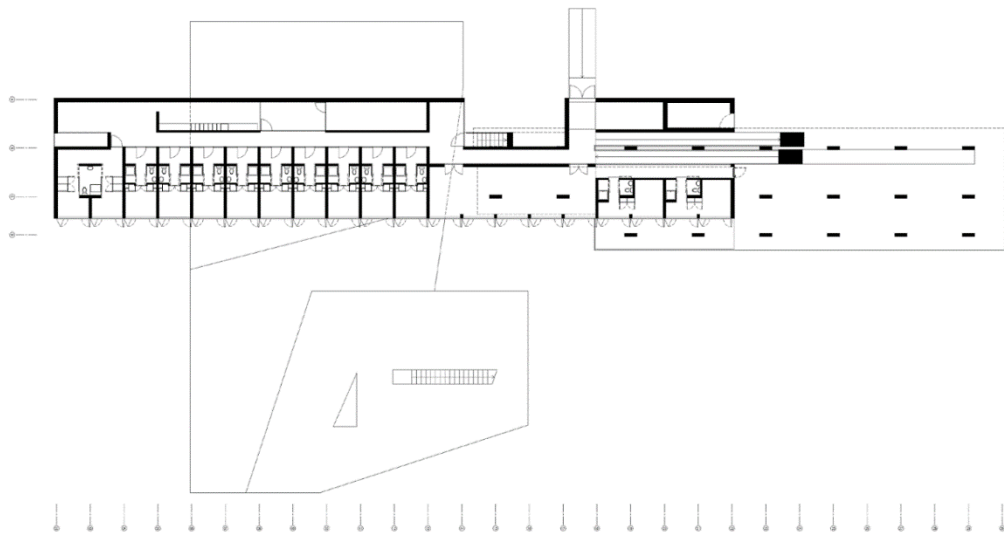


Figura 89: Planta do 2º piso

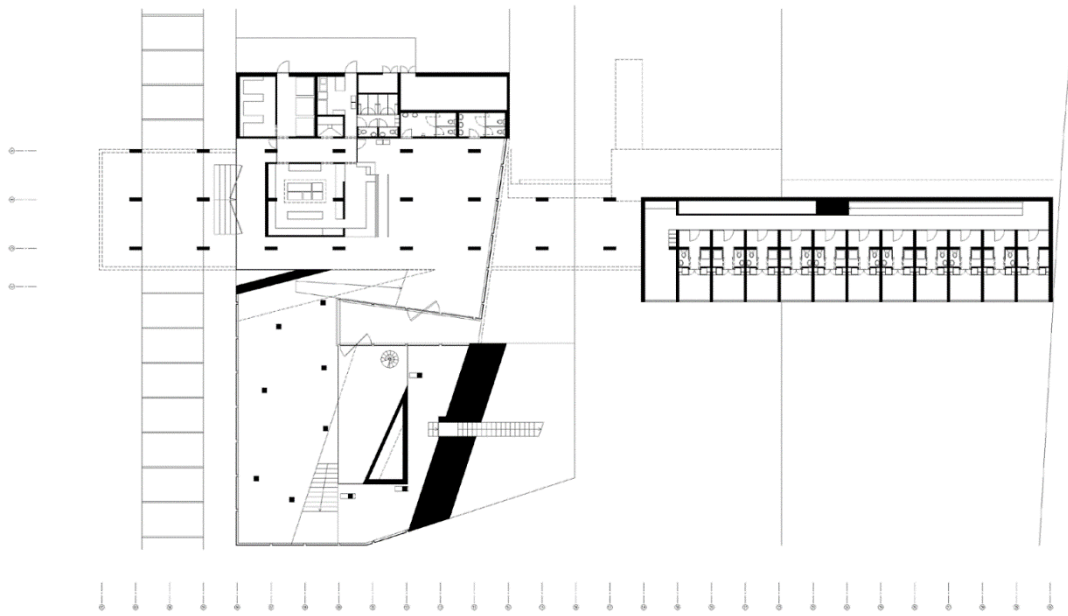


Figura 90: Planta do piso da cave

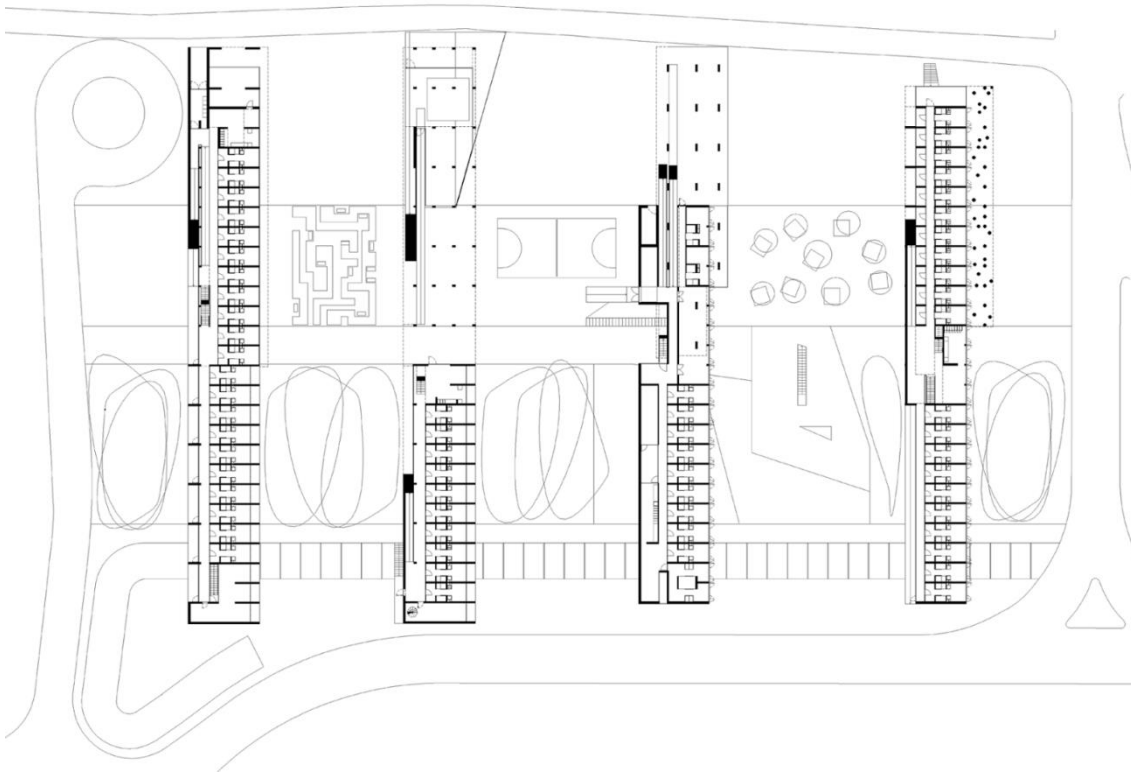


Figura 91: 1º piso

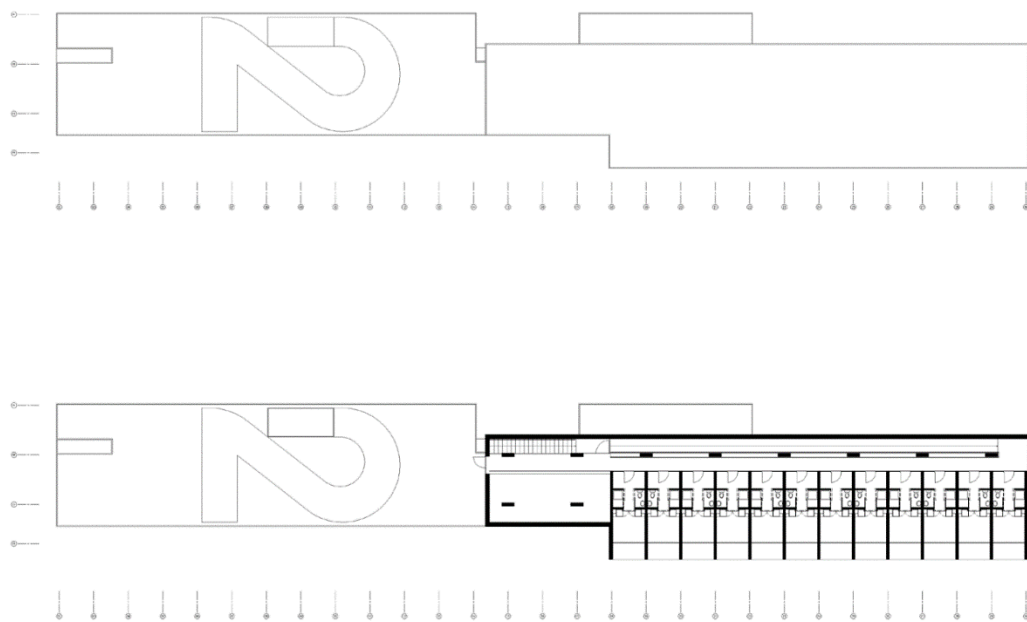


Figura 92: Planta de cobertura e do 2º piso



Em suma, o projeto da Residência das Laranjeiras na Ilha de São Miguel, é um projeto que foi pensado para se relacionar diretamente com a envolvente, daí não ter presente uma barreira visual, contudo, e de modo a garantir a segurança dos seus habitantes, foi colocada uma rede metálica, muito evidente em torno de todo o perímetro residencial. Deste modo não só os moradores da residência podem utilizar o espaço exterior, como também podem criar uma relação com residentes internos e externos.

Este caso de estudo serviu de exemplo para perceber a relação entre áreas e principalmente a relação e distribuição dos espaços e programa, que de certo modo influenciou-me, direta ou indiretamente, na minha perspetiva relativamente à organização do programa de uma residência. Este, não tem de se desenvolver num único edifício, podendo criar uma filosofia que sustente o conceito do projeto.

**PARTE III – Vertente Prática**

**PROJETO DE REABILITAÇÃO/ REVITALIZAÇÃO DO PALÁCIO DA PORCALHOTA EM UMA  
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA**



## **5. Proposta de reabilitação do Palácio da Porcalhota**

O presente projeto visa abordar temas de grande sensibilidade, como a reabilitação, conservação e revitalização de património. Neste sentido, inicialmente foi feita uma pesquisa teórica que auxiliou na realização do projeto de intervenção.

Procurou-se fazer uma proposta que permitisse uma cuidada recuperação de toda a área do palácio, de modo a salvaguardar a identidade do edifício.

O projeto baseia-se principalmente na recuperação, integrando, também, um novo corpo paralelo ao Alçado Norte do Palácio. Este último albergará um novo programa, que servirá de apoio à residência, marcando, propositadamente, diferentes épocas arquitetónicas sobre o mesmo edifício.

De um modo geral, a nova proposta apresenta elementos muito minimalistas, com o propósito de não criar conflito entre estes dois estilos arquitetónicos.

### 5.1. Descrição do projeto

O Palácio da Porcalhota ou Casa do Infantado como também é conhecido, foi o lugar escolhido para desenvolver o projeto de reabilitação e reconversão do mesmo em uma residência universitária.

A *Carta de Atenas (1931)*<sup>86</sup>, que defende a importância do restauro dos monumentos de interesse histórico e os protocolos assinados pela CMA, foram os principais pontos de partida para a decisão de reabilitação/ revitalização do Palácio da Porcalhota. Com a reabilitação/revitalização garante-se a ocupação dos edifícios históricos, mantendo-os em permanente manutenção sem que se perca a sua originalidade e funcionalidade, e não correndo o risco de abandono.

Começou-se por fazer um levantamento tanto histórico como arquitetónico do palácio, no entanto, não foi possível encontrar toda a informação necessária para fazer um bom levantamento. Recolheu-se informação através do arquivo arqueológico da Amadora e na CMA obteve-se alguns desenhos técnicos que nos permitiram fazer uma leitura mais aprofundada, porém com algumas lacunas devido à inexistência de documentação.

---

<sup>86</sup> SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS - Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

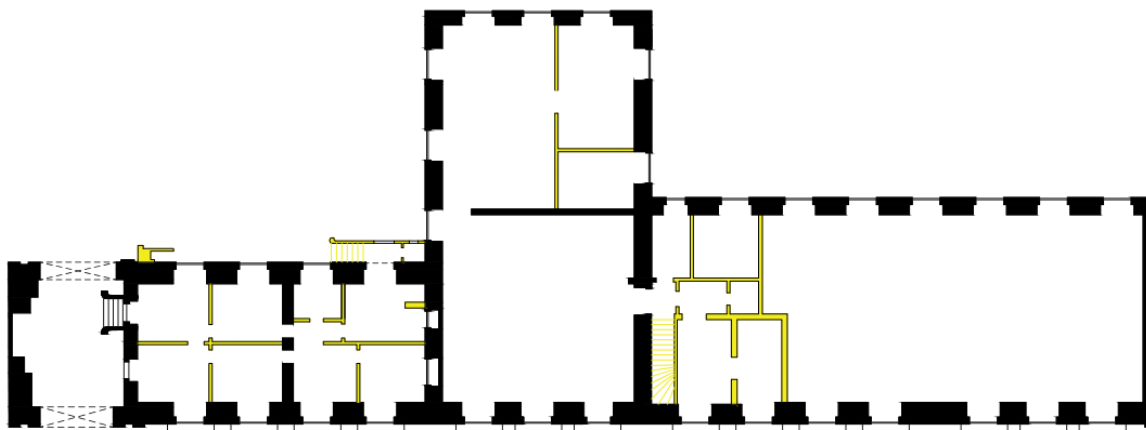


Figura 93: As adaptações ao Externato Verney



Paredes interiores a demolir

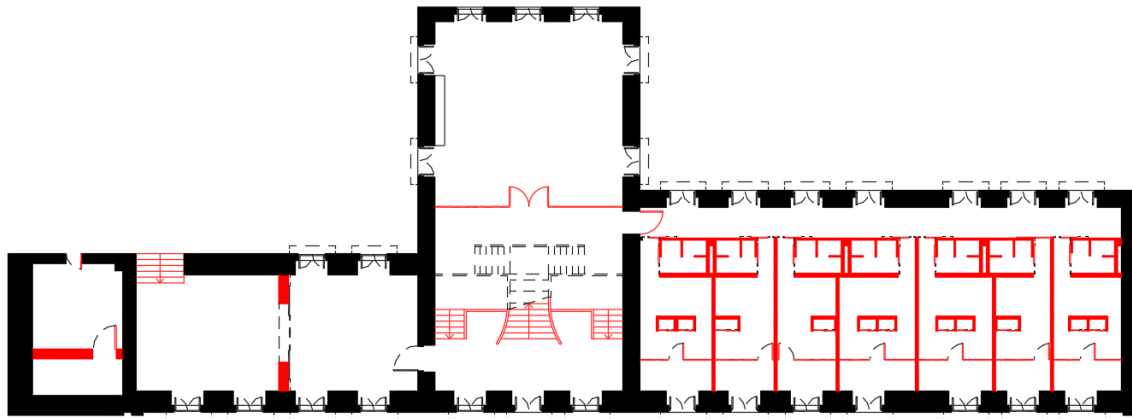


Figura 94: proposta para o piso térreo

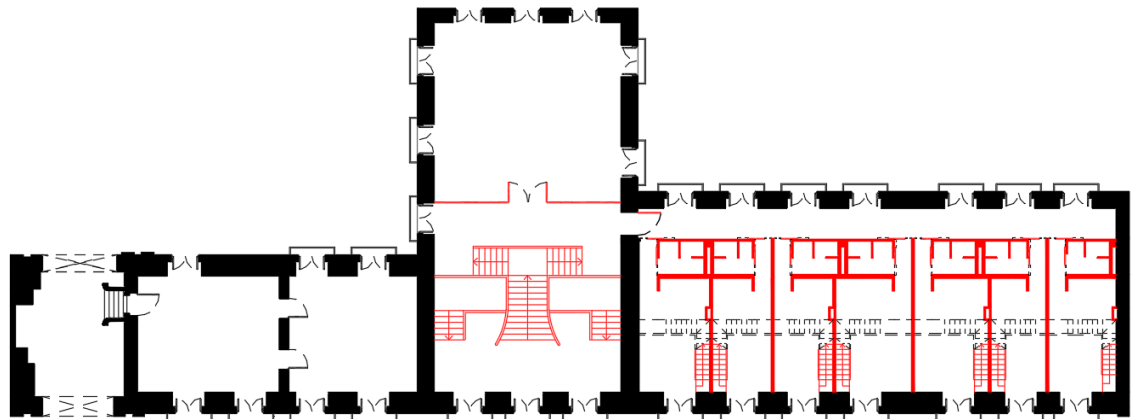
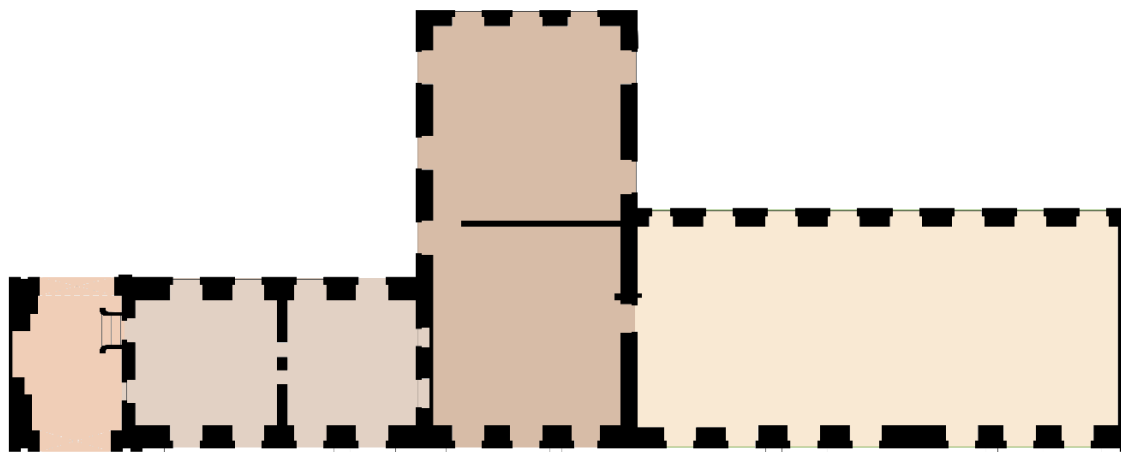


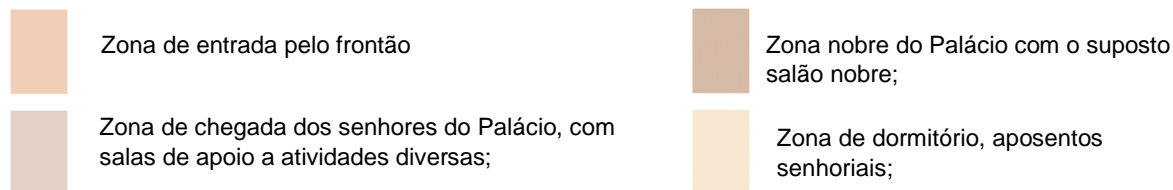
Figura 95: Proposta para 1º piso

Foi desenvolvida uma planta que permitiu perceber o que era original da época de construção e o que foi sendo implementado posteriormente, neste caso o que está a amarelo serviu de apoio ao que foi o Externato Verney, sendo proposto a sua demolição de modo a recuperar a originalidade inicial do edifício.

Posteriormente a este levantamento, e com base em dados históricos sobre o modo de vida no período do barroco português, começou-se por fazer uma leitura dos espaços e por perceber de que forma eram vividos os mesmos. Conseguiu-se, então, fazer a uma leitura generalizada que originou a seguinte planta do edifício.



*Figura 96: Programa original do Palácio*





A Implantação da proposta divide-se em três edifícios, nomeadamente o palácio e dois novos edifícios, um perpendicular ao alçado Norte do palácio de um único piso, que faz a ligação entre ambos os edifícios e um terceiro edifício, composto por 4 pisos, paralelo ao alçado Norte do palácio que funciona maioritariamente como dormitório.

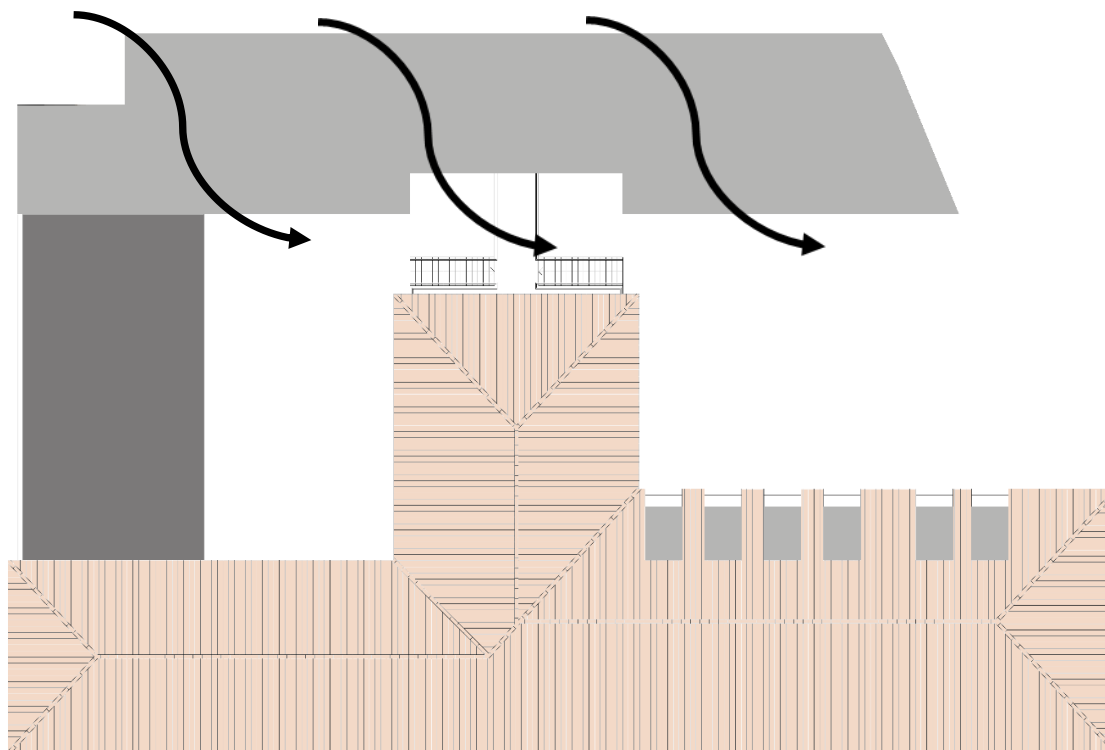
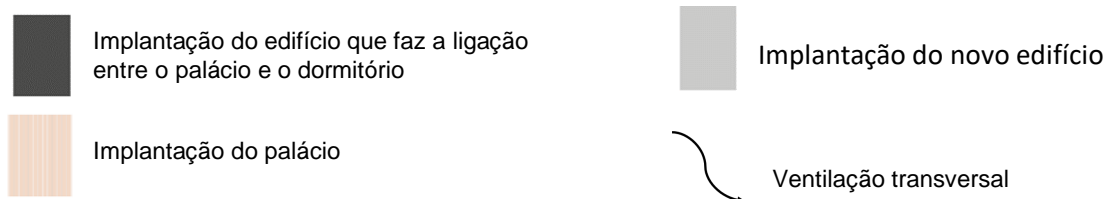


Figura 97: Implantação original e nova implantação



Relativamente à distribuição do programa, esta foi feita com base no entendimento feito sobre o modo de viver no palácio. O palácio concentra atividades maioritariamente mais nobres e administrativas, demarcando dois hall de entrada, sendo que a entrada principal esta marcada pela escadaria e duplo pé direito, enquanto que a segunda entrada, marcada pelo frontão desempenha uma função mais pós-laboral, sendo que esta encontra-se numa zona mais estratégica, onde permite uma distribuição rápida para o interior da residência, uma biblioteca, sala de estudo, zonas de convívio e uma ala que funciona como dormitórios.

Relativamente ao edifício paralelo ao alçado norte do palácio, este desempenha funções maioritariamente de dormitório, pequenas copas de apoio aos residentes da mesma, e zonas de apoio aos funcionários.

Por último, temos o edifício perpendicular ao alçado norte do palácio que possibilita uma ligação entre ambos os edifícios. Essa ligação tanto pode ser feita exteriormente, visto que o 1º piso do novo edifício esta á cota 1.00, mas, também, pode ser feita pelo interior através das zonas sociais do palácio.

O projeto do novo edifício surgiu após ter sido feita uma análise das diferenças de cotas existentes no lote circundante ao palácio e, também, após ter-se verificado que a área útil do palácio não respondia ao programa necessário para implementar uma residência universitária. Optou-se por desenvolvê-lo paralelamente ao palácio por três fatores, 1) para garantir a ventilação transversal do edifício; 2) para criar uma conexão entre ambos os edifícios, de épocas distintas, com algum distanciamento entre os mesmos, tornando o novo edifício irreversível. Isto vai ao encontro da estrutura da residência das Laranjeiras, que também apresenta diferentes blocos residenciais, porém o acesso só é possível pelo exterior, e da Quinta Vista Alegre, que apresenta um distanciamento entre ambos os estilos arquitetónicos, zelando pelo protagonismo que procuraram recuperar ao longo da intervenção;

3) para acentuar a ideia de pátios existentes no exterior do palácio, este é composto por quatro pisos e desenvolve-se paralelamente ao alçado Norte do Palácio.

O projeto, tem a capacidade para albergar 76 Alunos, distribuídos em 11 quartos de casal/duplos que podem funcionar como pequenos apartamentos T1, 9 quartos individuais, 21 quartos duplos e 3 quartos adaptados a residentes com mobilidade condicionada. Procurou-se criar um modelo de quarto que permitisse rentabilizar a área e ter o melhor aproveitamento do espaço disponível. Nesta sequência foi desenvolvido um modelo de quarto duplo com uma área de aproximadamente 20m<sup>2</sup>, tendo sido esta área suficiente para desenvolver os modelos acima mencionados, salvo algumas exceções. Este modelo de quarto foi influenciado pelo modelo existente na residência universitária das Laranjeiras nos Açores, com um bom aproveitamento da área útil dos quartos, sendo estes maioritariamente quartos duplos. A partir do módulo do quarto duplo foram surgindo outras tipologias, consoante a necessidade de adaptação tanto ao palácio como ao novo programa desenvolvido.

Dentro do programa ainda encontramos as zonas administrativas, responsáveis pela gestão do espaço e seu bom funcionamento, zonas sociais, de lazer e de estudo comuns a toda a residência, uma biblioteca, zona de refeições, lavandarias, pequenas copas que dão apoio aos estudantes na preparação de refeições rápidas, e por fim zonas verdes.

Quando começou a ser desenvolvido o projeto, procurou-se implementar um desenho que fosse reversível, como é defendido na carta de Atenas, embora tentando seguir o que se pressupôs poder ser a malha estrutural do edifício original, para que este não colocasse em causa a estabilidade estrutural do edifício, se um dia houvesse a necessidade de revitalizá-lo para outra função. Para tal, foram analisados diferentes casos de estudo, que apresentam tanto um programa de uma residência como, também, intervenções em infraestruturas em alvenaria de pedra.



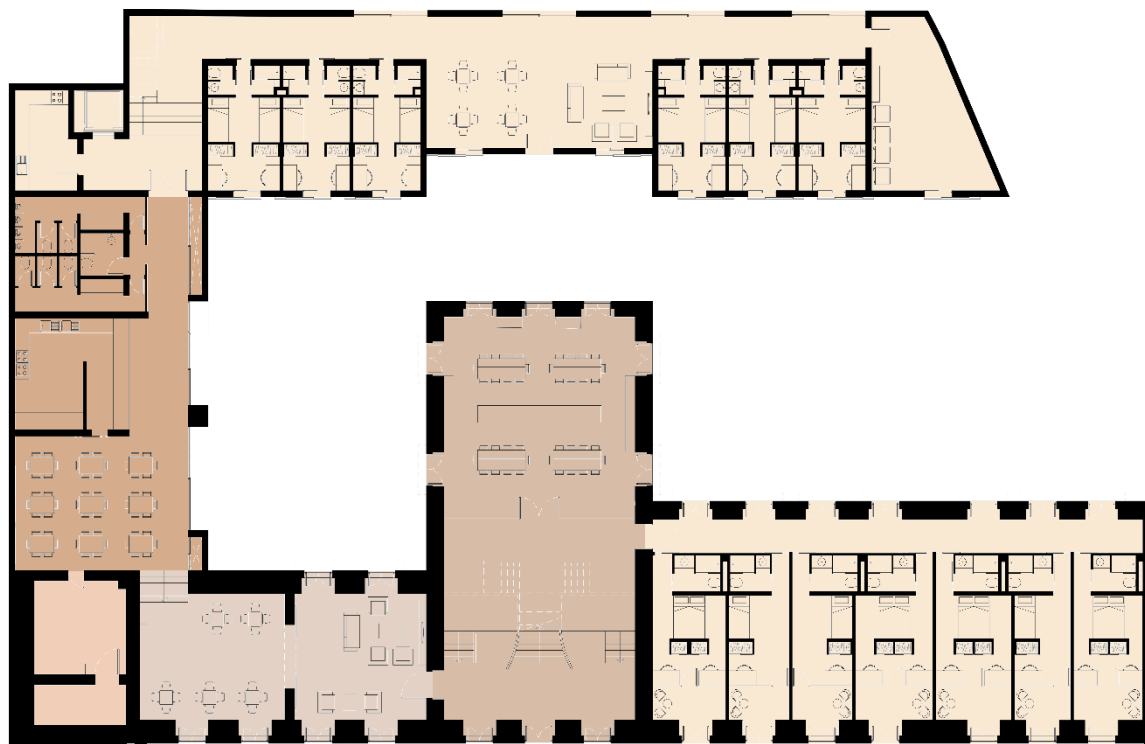


Figura 98: Distribuição programática no piso térreo



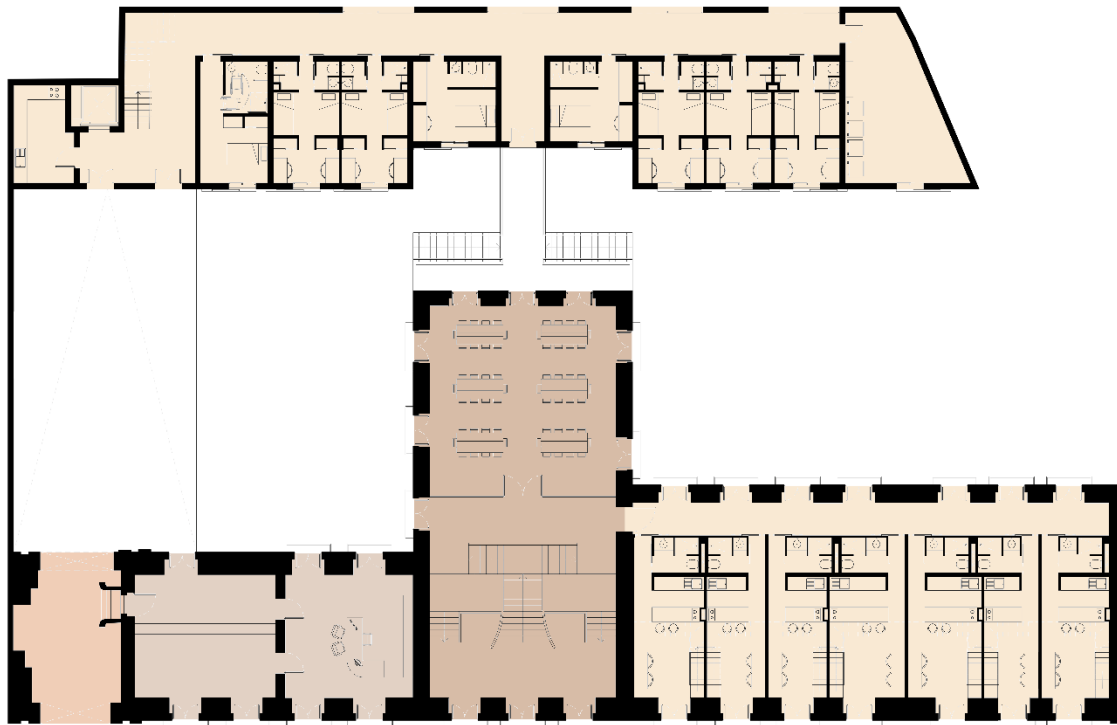


Figura 99: Distribuição programática no 1º piso





Figura 100: Planta do piso térreo

1. Hall de entrada com duplo pé direito;
2. Biblioteca;
3. Sala de espera/ convívio;
4. Zona de atividades diferenciadas;
5. Zona de armazenamento de produtos alimentícios;
6. Refeitório;

Redução da escala 1/100



7. Cantina;
8. Instalações sanitárias de serviço;
9. Zona de distribuição vertical;
10. Pequenas copas de apoio aos residentes;
11. Quartos duplos;
12. Sala de convívio;
13. Lavandaria;
14. Pátios exteriores

A planta do piso térreo, cria uma conexão direta entre os diferentes espaços programáticos com os espaços verdes exteriores. Este piso apresenta um conjunto de atividades mais relacionadas com o convívio social do que propriamente individual, excecionalmente nas alas dos dormitórios. Fez-se uma distinção entre tipologias de quartos, no interior do Palácio encontram-se todos os quartos de casal, diferenciando-se, dentro da mesma tipologia, por uma questão de adaptação estrutural existente.





Figura 101: Planta do 1º piso (Piso nobre)

Redução da escala 1/100



1. Hall de entrada com duplo pé direito;
2. Sala de estudo;
3. Zonas administrativas e controle de entradas e saídas;
4. Zona de receção;
5. 1º Piso dos quartos com mezanino,
6. Pequenas copas de apoio aos residentes;
7. Lavandaria;
8. Elementos de ligação entre os edifícios;
9. Pátios exteriores
10. Quartos duplos;
11. Quartos individuais;
12. Quarto adaptado a mobilidade condicionada

Relativamente ao 2º piso, ou piso nobre a considerar pelo palácio, este não diferencia muito do piso térreo, à exceção das zonas administrativas e sala de estudo que estão implantadas neste piso.

sendo que uma das principais características desse piso é que ele mantém a mesma cota do 1º piso do novo edifício, permitindo deste modo uma ligação continua.



Figura 102: Planta do 2º piso (piso do sótão)

Redução da escala 1/100



1. Hall de entrada com duplo pé direito;
2. Dormitórios com mezanino;
3. Quartos duplos;
4. Quartos individuais;
5. Quarto adaptado a mobilidade condicionada,
6. Elementos de ligação entre edifícios;
7. Arrumação;
8. Vestuário para funcionários;
9. Pátios exteriores;

Foi feito um aproveitamento do sótão, a partir do 2º piso do Palácio, permitindo, mais uma vez, uma tipologia de quarto de casal diferenciada das restantes, com a zona de dormir elevada no mezanino. Estes quartos são semelhantes a pequenos apartamentos de tipologia T1.

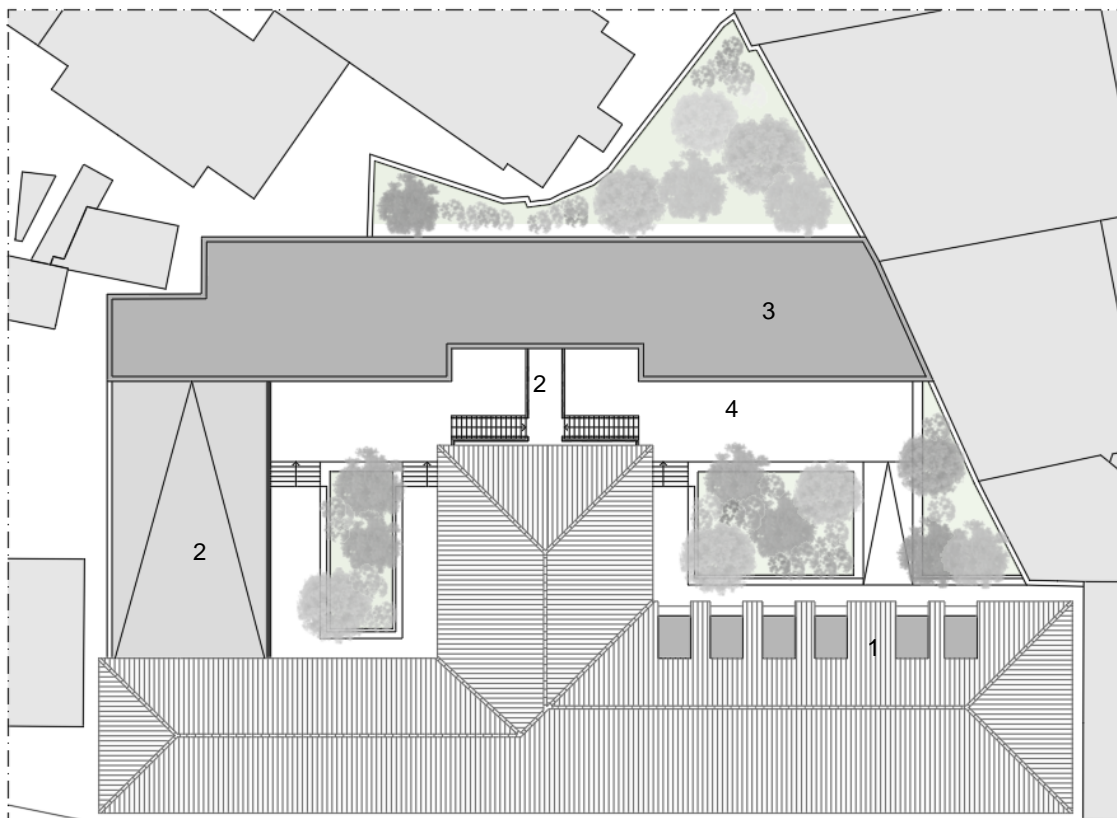


Figura 103: Planta de cobertura

1. Cobertura do palácio com mansardas;
2. Elementos de ligação entre edifícios;
3. Cobertura do Novo edifício de dormitório;
4. Pátios exteriores

Redução da escala 1/100



A planta de cobertura, também considerada como o 5º alçado de uma proposta, não sendo esta menos importante, teve um tratamento cuidado de modo a não interferir tanto com o existente como com o proposto. As aplicações feitas, principalmente no palácio, serão revestidas em chapas de zinco para criar uma harmonia com a cobertura inclinada do palácio. Estas aplicações correspondem às mansardas, que permitem a entrada de luz natural para os mezaninos desenvolvidos na tipologia do quarto de casal.

Relativamente à cobertura dos novos edifícios, estas serão coberturas planas para que seja marcado um distanciamento entre o que é proposto com o que é existente, marcando-se deste modo no tempo.

Também no Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda toda a cobertura foi substituída por uma cobertura em chapas de zinco, criando uma ligação em todo o complexo palaciano. Neste caso de estudo não é proposto nenhum novo edifício, porém esta ideia funciona como elemento de ligação de toda a estrutura. Já na presente proposta de reabilitação do palácio da Porcalhota, esta exige uma diferenciação nas coberturas, mais uma vez, para reforçar um distanciamento entre ambos os edifícios. Sendo assim, propõe-se manter a cobertura em telha de marselha na zona do palácio, enquanto que nas novas coberturas, estas serão planas, revestidas por lajetas de betão, no caso do edifício de ligação, e gravilha no edifício que funciona maioritariamente como dormitório.

O corpo que funciona maioritariamente como dormitório, surgiu paralelamente ao alçado Norte do palácio, para além de garantir a ventilação transversal do edifício, permite ter uma vista, predominante, para o palácio e possibilita criar dois pátios regulares e independentes entre si.

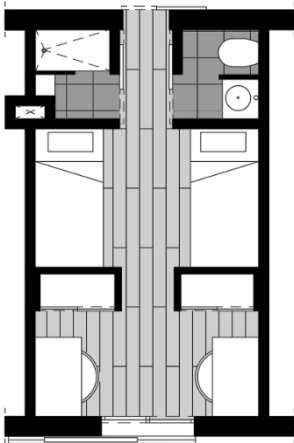


Figura 104: Módulo do quarto duplo

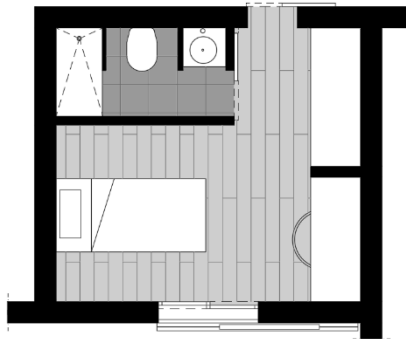


Figura 105: Módulo do quarto individual

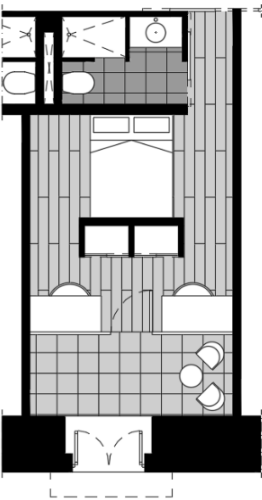


Figura 106: Módulo do quarto de casal

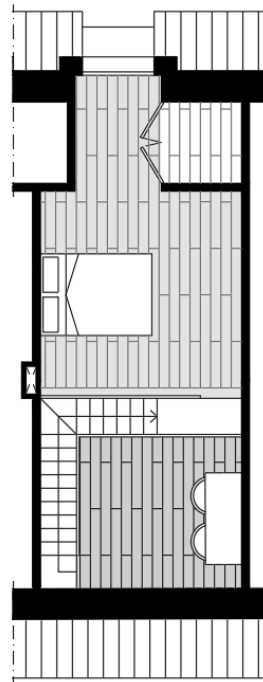
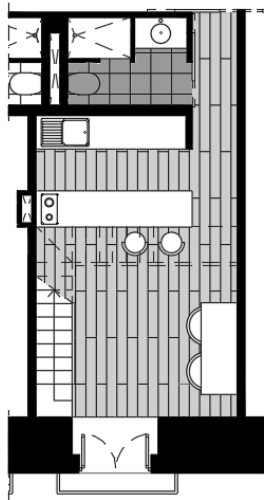


Figura 107: Módulo do quarto de casal (Apartamento T1)



Zona húmida



Zona de dormir, em quarto com mezanino



Zona de dormir/ trabalho

A organização dos quartos, baseou-se principalmente no projeto da Residência das Laranjeiras nos Açores, representando um dos pontos mais trabalhados para que fosse possível encontrar um modelo de quarto que correspondesse às necessidades dos seus ocupantes.

Deste modo, e com base no que foi identificado na visita feita a Residência das Laranjeiras, procurou-se trabalhar o que menos bem resolvido ficou na mesma com base nos comentários recolhidos no local, ou seja, a falta de arrumação no interior do quarto e a questão da privacidade entre as pessoas que partilhavam o mesmo espaço.

Procurou-se privilegiar todas as zonas, dando-lhes o conforto necessário e criando sempre, independentemente do quarto ser duplo, um aspeto de quarto individual. A zona de wc divide-se sempre em dois cubos, a zona de dormir é separada da zona de trabalho pelos guarda-roupas, permitindo haver uma zona de descanso mais reservada e independente da zona de trabalho.

A ideia foi replicada em todos os módulos diferenciando em pouco coisa, exceto nos quartos de casal que, como já foi referido, foram adaptados à estrutura palaciana existente.



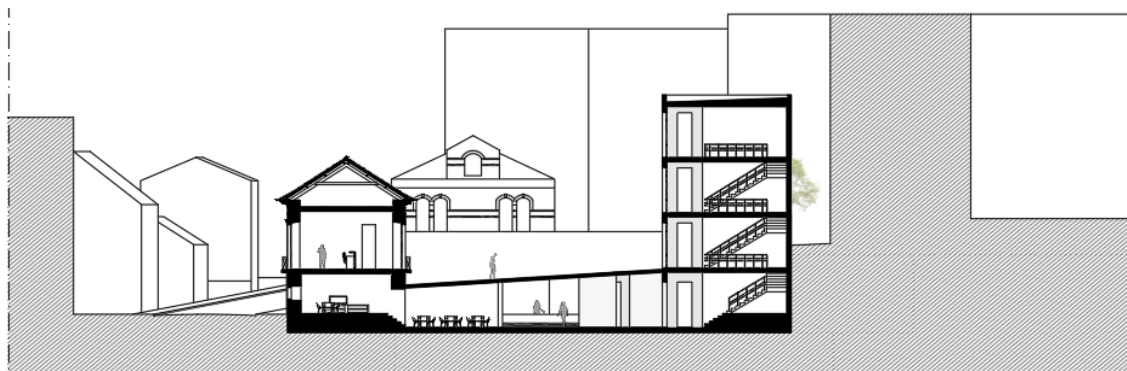


Figura 108: Corte A A'

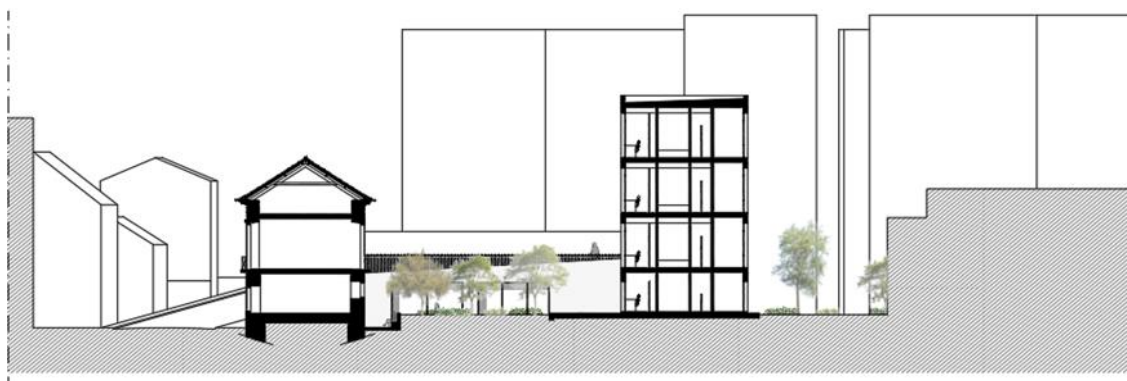


Figura 109: Corte B B'

Redução da escala 1/100



Figura 110: Corte C C'



Figura 111: Corte D D'

Redução da escala 1/100



Figura 112: Corte E E'



Figura 113: Corte F F'

Redução da escala 1/100



Figura 114: Corte G G'



Figura 115: Corte H H'

Redução da escala 1/100



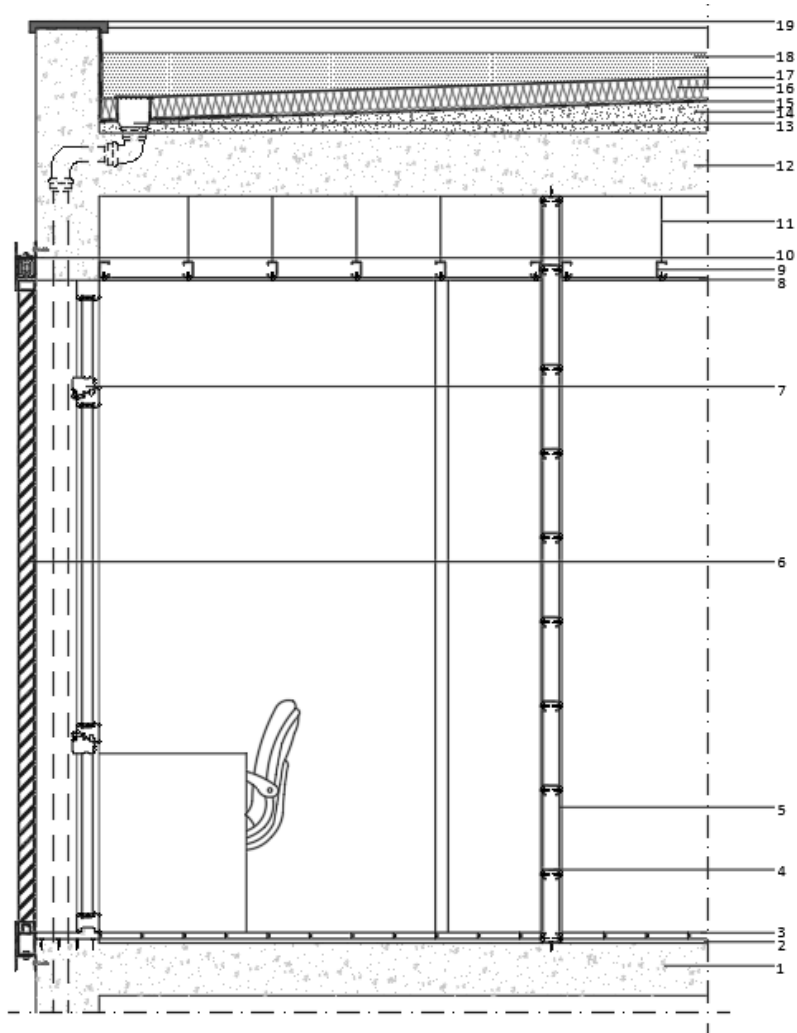
## **Sistemas de construção**

De modo a melhor exemplificar o recurso as cartas estudadas anteriormente e perceber até que ponto se deve intervir num edifício que se propõe a ser reabilitado, ira ser apresentado alguns pormenores construtivos que irão exemplificar a melhor forma de intervir no mesmo.

Relativamente à materialidade assumida no novo edifício, foi escolhido uma estrutura de betão armado rebocado e acabamento a branco, para poder realçar os elementos metálicos que vão ser utilizados como também para criar uma harmonia entre a cor dos forramentos do palácio com a nova construção.

Outro material que servirá para compor elementos será o ferro, por ser um material de manuseamento e principalmente por ser um dos materiais que melhor responde a uma intervenção de reabilitação. Este vai surgindo, pontualmente, ao longo do edifício principalmente nos elementos dos acessos verticais.

Na zona exterior do palácio optou-se por aplicar um reforço estrutural nas fundações do edifício com uma manta geotêxtil e preenchimento de betão, exigindo uma adaptação a nível de cotas. Esta técnica introduzida, é a que melhor garante a reversalidade pretendida e um bom funcionamento estrutural, ao mesmo tempo, com a aplicação da manta geotêxtil consegue-se criar um afastamento entre o que existe e o que está a ser acrescentado.



- 1- Laje de betão armado com 25 cm
- 2- Reguas de madeira 2 cm para assentamento do soalho flutuante
- 3- Tabua do soalho de madeira com 20 x 3 cm
- 4- Estrutura metálica do gesso cartonado
- 5- Gesso cartonado com 1.2 cm
- 6- Ripado metálico das persianas do novo edifício
- 7- Caixa metálica das janelas do novo edifício
- 8- Gesso cartonado com 1.2 cm dos tetos falsos
- 9- Estrutura metálica de suporte dos tetos falsos
- 10- Sistema de rolamentos metálicos das persianas
- 11- Varão riscado para suporte do teto falso
- 12- Laje de betão armado com 30 cm
- 13- Sistema de drenagem de águas pluviais na cobertura
- 14- Camada de betão leve para regularização da pendente
- 15- Camada de impermeabilização com 0.05 cm
- 16- Camada de isolamento térmico XPS com 10 cm
- 17- Manta geotextil com 0.05 cm
- 18- Camada de gralha miuda para acabamento da cobertura
- 19- Remate em pedra de calcário para remate da sanca da cobertura

Figura 116: Corte construtivo da cobertura e persianas

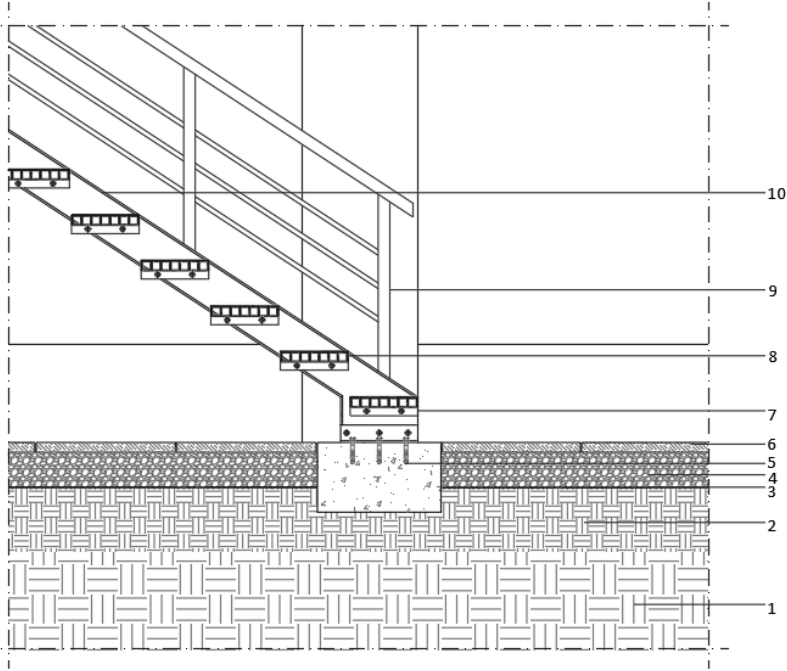
Redução da escala 1/10

O seguinte corte construtivo, corresponde ao corte da cobertura plana do edifício de dormitório, que demonstra o método de drenagem das águas pluviais, em conjunto com o sistema de persiana que fará sombreamento para os quartos.

Este sistema de persiana, constituído por uma estrutura metálica com acabamento a preto e com um ripado metálico, surgiu pelo facto dos vãos dos quartos estarem virados a Sul. A decisão deste material para a construção das persianas baseou-se nas recomendações da Carta *de Atenas* (1931), que defende o uso de materiais modernos. Todavia, no nosso caso, este sistema de persianas será utilizado no edifício novo, porém não deixa de fazer parte do projeto de reabilitação do palácio, visto que todos os elementos de ligação entre edifícios serão em ferro. Com as persianas metálicas procurou-se criar harmonia entre materiais propostos e materiais existentes.

Também no caso de estudo do Passo dos Vasconcelos em Santiago da Guarda, todos os elementos de ligação, passagens e acessos verticais, são constituídos por estruturas metálicas. Nas escadas, o passo é sempre composto por chapas perfuradas, de modo a permitir a passagem de luz.





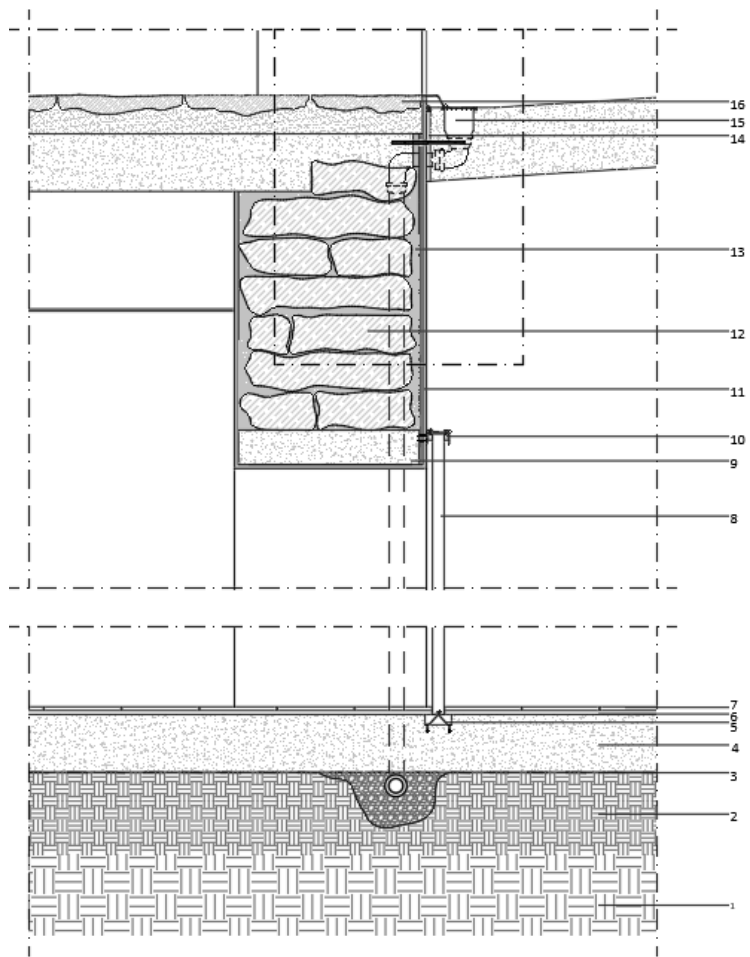
- 1- Camada de terra
- 2- Camada de terra comprimida
- 3- Manta geotextil com 0.05 cm
- 4- Camada de gravilha miuda
- 5- Buchas metálicas
- 6- Lagetas de betão com 60 x 40 cm
- 7- Perfil metálico para suporte das grelhas dos passos
- 8- Grelha metálica dos passos da escada
- 9- Guarda metálica com acabamento a preto
- 10- Viga H para braço da escada

Figura 117: Corte construtivo da escada metálica exterior

Redução da escala 1/10

Relativamente ao corte construtivo apresentado na figura 117, este apresenta o método de ligação entre um acesso vertical exterior ao palácio a ao novo edifício. O acesso será feito por uma escada metálica, indo novamente ao encontro da Carta de Atenas (1931), incluindo os passos que serão feitos com chapa perfurada.

Este tipo de escada foi aplicado para fazer ligação com as persianas metálicas. Para além disso, permite que estas sejam reversíveis, uma vez que este material e método de aplicação permite uma fácil montagem e desmontagem, sem pôr em causa a estrutura do palácio, comparativamente com o betão que, apesar de ser um material muito utilizado na reabilitação, implica um forte contato com a estrutura do palácio.



- 1- Camada de terra
- 2- Camada de terra comprimida
- 3- Tela de impermeabilização com 0.05 cm
- 4- Sapata corrida com 30 cm
- 5- Perfil metálico da porta de correr
- 6- Cimento cola para cerâmicas
- 7- Pavimento cerâmico com 40 x 40 cm
- 8- Porta de correr em madeira
- 9- Viga de betão
- 10- Sistema de rolamentos metálicos das portas de correr
- 11- Camada de reboco final com 2 cm
- 12- Pedras de calcário
- 13- Enchimento para regularização
- 14- Junta de dilatação
- 15- Copo para escoamento das águas pluviais
- 16- Lajetas de padra calcária

Figura 118: Corte construtivo da ligação do novo edifício com o palácio

Redução da escala 1/10

O desenho apresentado na figura: 83, representa o método de separação entre o que é proposto com o que é existente. Optou-se por propor uma junta de dilatação, tal como está representado no desenho ao lado, permitindo que todo o conjunto proposta seja reversível. Para além disso, responde da forma mais segura em caso de sismos, evitando o risco de um edifício danificar o outro estruturalmente, para além da junta de dilatação, também se encontra representada a drenagem das águas pluviais, visto que apesar desta cobertura ser considerada uma cobertura plana, ela também é acessível, pois faz a ligação do palácio ao novo edifício.

A existência de diferentes cotas no interior do palácio, exigiu que se desenvolvesse a cobertura em rampa para poder vencer 1m de diferenças de cotas entre a cota 0.00 e a cota do piso nobre, garantindo que o projeto seja adaptado a pessoas com mobilidade condicionada, tornando-o acessível a todo o seu conjunto.

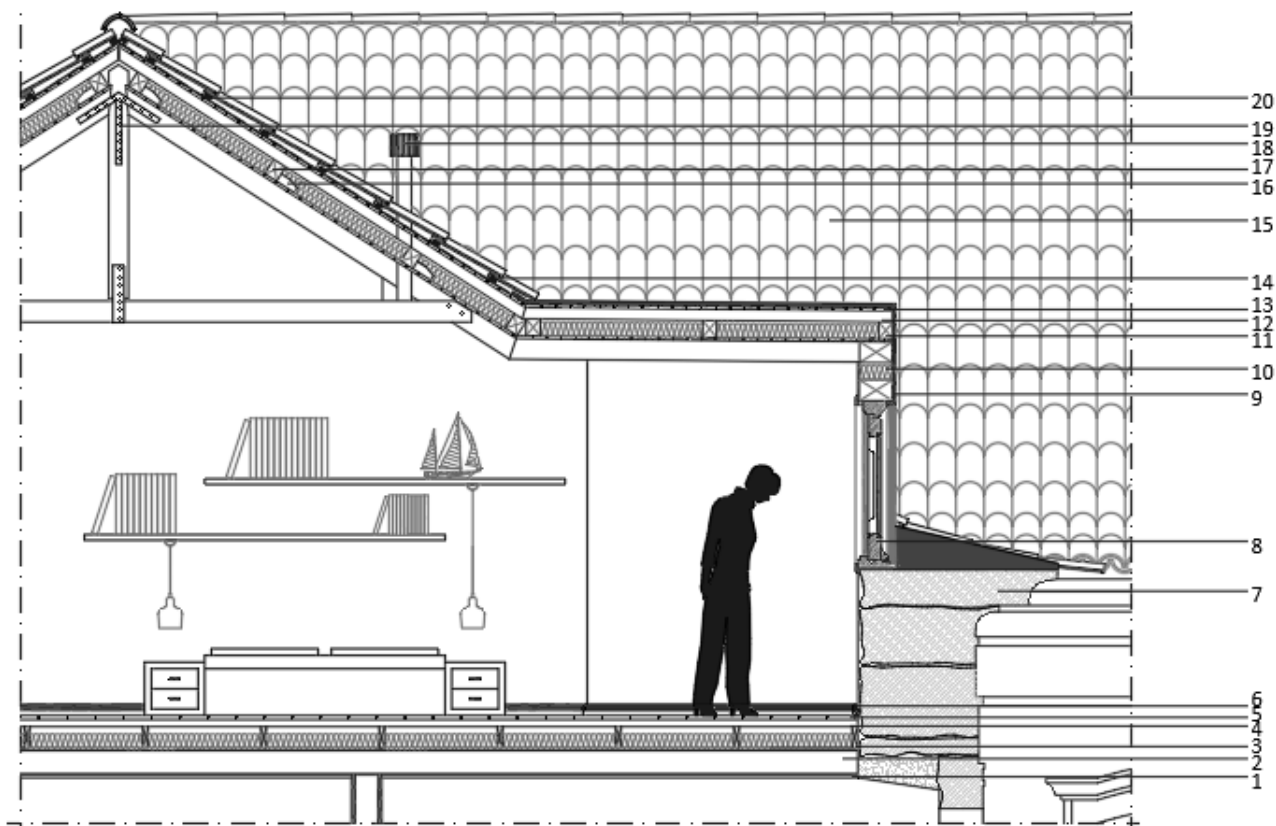


Figura 119: Corte construtivo da cobertura inclinada com a mansarda

Redução da escala 1/10

- |  |  |
|--|--|
| 1-Gesso cartonado  | 11-Extrutura em madeira da mansarda com barrotes de 10 x 10 cm |
| 2-Viga metálica H  | 12-Barrotes de madeira com 8 x 8 cm                            |
| 3-Estrutura de madeira do pavimento, com barrotes de 15 x 4 cm | 13-Forro em madeira da cobertura com 11 x 2 cm                 |
| 4-Barrote da estrutura do pavimento com 5 x 5 cm               | 14-Impermeabilização com 5 mm                                  |
| 5-Tabua do soalho de madeira com 20 x 3 cm                     | 15-Telha cerâmica Marselha                                     |
| 6-Rodape de madeira com 7 cm de altura                         | 16-Travamento dos barrotes da cobertura                        |
| 7-Forramentos do palácio em pedra calcária                     | 17-Barrotes da cobertura com 12 x 10 cm                        |
| 8-Caixilho de madeira  | 18-Tubo de inox para saída de gases                            |
| 9-Chapas de zinco  | 19-Pé de galo  |
| 10-Isolamento térmico XPS de 8 cm                              | 20-Réguas de madeira para suporte das telhas com 5 x 3 cm      |

Por último, o presente desenho construtivo apresentado na figura: 119 representa a intervenção feita na cobertura do palácio, permitindo a sua recuperação na totalidade e mantendo toda a sua estrutura de madeira, composta por asnas do tipo tesoura. tendo sido aplicado todas as camadas que garantem o conforto térmico no interior do edifício como se percebe na legenda da imagem.

Na zona de dormitório, foram introduzidas mansardas, estas também compostas por uma estrutura em madeira, com um revestimento em chapas de zinco, para que novamente fosse ao encontro da *Carta de Atenas (1931)*, que defende que quando feitos acrescentos em Património, estas intervenções devem ser assumidas. Isto consegue-se com a aplicação de novos materiais, sendo estes assumidos perante todo o conjunto para que não se perca a veracidade do que já existia.



## 6. Considerações Finais

A reabilitação ou revitalização de edifícios com grande valor histórico e patrimonial, torna-se cada vez mais uma prática crescente, tanto a nível nacional como internacional. Muita desta consciencialização se deve, em grande parte, às cartas e convenções sobre o património que visam responsabilizar a todos pela salvaguarda do património, impor regras/ limites que definem o que não deve ou não pode ser ultrapassado, definindo desta forma deveres e obrigações tanto dos proprietários como das próprias autarquias.

As cartas e convenções do património, são o regulador mais fiel que pode existir baseado na reabilitação, pois consiste no resultado de várias reuniões onde foram estabelecidos limites e regras dentro do conceito da reabilitação.

A reabilitação é uma vertente que cada vez mais tem tido aderência, pois as sociedades atuais são mais conscientes das problemáticas enfrentadas pelas atuais e futuras gerações, o que leva aos arquitetos a olharem para a revitalização de edifícios de uma forma mais alternativa e não como uma obrigatoriedade. A reabilitação desperta reações em vários aspetos, pois envolve o despertar ou retornar a tempos que o próprio arquiteto não viveu fisicamente, mas com a recriação do cenário e o levantamento que é feito do edifício permite contextualizar-se num tempo e espaço fora do habitual.

Um projeto de reabilitação requer uma sensibilidade extraordinária, pois, antes de se iniciar qualquer projeto desta envergadura, deve-se aprofundar conhecimentos sobre a funcionalidade original do edifício e o modo como se vivia na época da sua construção.

Contudo, é importante realçar que a reabilitação do património classificado, como é o caso do Palácio da Porcalhota, pode acabar por cair no exagero do Fachadismo. Esta vertente, tão usual nos dias de hoje, limita a recuperação no que toca à história e identidade. Ao limitar-se a reabilitação apenas à fachada, muitas vezes cria-se um corpo adjacente muito diferente daquilo que o edifício representou



um dia, perdendo-se toda uma estrutura que outrora teve a sua história e uma marca arquitetónica do seu tempo, e particularmente alterando de forma significativa o comportamento e o equilíbrio físico do edifício em questão.

Acredita-se que o investimento efetuado na recuperação de património, venha a ser uma solução sustentável de sucesso, fazendo face a receção económica, isto porque o investimento no restauro/ reabilitação gera diferentes postes de trabalho, ao contrário da construção de novos edifícios, apesar de estes necessitarem de muitas vertentes para que se realizem, quando se trata de património é indispensável recorrer às mais diversas vertentes de trabalho, começando pela arqueologia.

## **Bibliografia**

AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; APPLETON, João - **Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. Volume II.** Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002. ISBN 9789724917269

AMADORA, Câmara Municipal. Disponível em <http://www.cm-amadora.pt/> [Consulta 6 Novembro 2018]

ANDRADE, Hugo Miguel Castro - **Caracterização de edifícios antigos. Edifícios "Gaioleiros".** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Dissertação de Mestrado.

APPLETON, João - **Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção** (2ª ed.). Amadora: Edições Orion, 2011. ISBN 9789728620035

APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis – **Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais- Volume I.** Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2005. ISBN 9724917266

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA - **Pela preservação da memória da Amadora, salvar o que resta da antiga Estrada Real. Recomendação.** Amadora: Grupo Municipal do CDS-PP, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA – **Boletim Municipal nº 5.** Amadora: Câmara Municipal da Amadora, Junho de 2008.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da [et al.] - **Quinta Alegre-Volume II.** Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018. ISBN 978989871738

CASTELA, Carlos - Portugal Notável [em linha]. [s.l.], 2010. **Janela manuelina da Casa da Torre em Gouveia.** Disponível em <http://www.portugalnotavel.com/janela-manuelina-da-casa-da-torre-em-gouveia/> [Consulta 15 de Julho de 2019]

CARREGUEIRO, Nuno - Jornal de Negócios [em linha]. **Os preços das casas em todos os concelhos. De 130 euros em Pampilhosa a 2.753 euros em Lisboa.** 2018. Disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/mapa-os-precos-das-casas-em-todos-os-concelhos-de-130-euros-em-pampilhosa-a-2753-euros-em-lisboa> [Consult. 6 Novembro 2018]

CORTESÃO, Luísa – Um sedimento, uma ruína, um projecto : o Paço dos Vasconcelos, em Santiago da Guarda : a reabilitação. **Monumentos**. Lisboa. ISSN 0872-8747. N.º 25 (Set. 2006) p. 222-225

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

CONSELHO DA EUROPA - Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

CONSELHO DA EUROPA - Convenção para Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada, 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

CONSELHO DA EUROPA - Convenção de Faro, 2005. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

CORREIA, Miguel Brito - 280 anos da primeira lei do Património Cultural. Pedra & Cal. Lisboa. Nº 11 (Jul/Set. 2001), p. 37.

Decreto-Lei nº 66/2019, de 21 de Maio. (s.d.). Diário da República n.º 97/2019, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

DOMINGOS, Carlos Manuel Neves - Caracterização de edifícios antigos. Edifícios pré-pombalinos. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010. Dissertação de Mestrado.

FLORES-COLEN, Inês. [et al.] - **Paredes**. Lisboa: Instituto Superior Técnico, [s.n.].

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.; CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA - **Protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e a Câmara Municipal da Amadora**. Amadora, 2017. Disponível em [http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO\\_URBANA/PDF/REABILITAR\\_PR\\_ARRENDAR/protocolo\\_cma\\_ihru\\_8fev2017.pdf](http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO_URBANA/PDF/REABILITAR_PR_ARRENDAR/protocolo_cma_ihru_8fev2017.pdf) [Consulta 15 Agosto 2019]

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA; CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA – **Programa “Reabilitar para arrendar”**. Amadora, 2017. Disponível em [http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO\\_URBANA/PDF/REABILITAR\\_PR\\_ARRENDAR/programa\\_reab\\_arrendar\\_8fev2017.pdf](http://www.cm-amadora.pt/images/TERRITORIO/REABILITACAO_URBANA/PDF/REABILITAR_PR_ARRENDAR/programa_reab_arrendar_8fev2017.pdf) [Consulta 6 Novembro 2018]

INE - Portal do Instituto Nacional de Estatística [Em linha]. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE) [Consulta 20 Novembro 2018]

LOPES, Margarida Balseiro – Diário de Notícias [em linha]. Lisboa, 2018. **Falta alojamento para estudantes e o governo não quer saber**. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/09-set-2018/falta-alojamento-para-estudantes-e-o-governo-nao-quer-saber-9815807.html> [Consulta 2 Agosto 2019]

MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA - **Património classificado: Município da Amadora**. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2009. ISBN 978-972-8284-55-8. p. 35-37

OLIVEIRA, Catarina - Património Cultural [em linha]. Lisboa, 2006. **Residência senhorial dos Castelo Melhor**. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70641> [Consulta 2 Agosto 2019]

RAMOS, Caroline Martins Rennó - Portal Educação [em linha]. São Paulo, [s.n.]. **Cartas patrimoniais**. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157> [Consulta 15 Agosto 2019]

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS - Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

SILVA, Samuel – Público [em linha]. Lisboa, 2018. **Plano para reforçar residências é “claramente insuficiente”**. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/10/10/sociedade/noticia/plano-para-reforçar-residencias-e-claramente-insuficiente-1846770> [Consulta 15 agosto 2019]

SOLDADO, Camilo – Público [em linha]. Lisboa, 2018. **Plano de alojamento para o ensino superior não resolve problema**. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/17/sociedade/noticia/plano-de-alojamento-para-o-ensino-superior-nao-resolve-problema-1830433> [Consulta 15 agosto 2019]

UNESCO - Carta de Veneza, 1984. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

UNESCO - Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

UNESCO – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, 2002. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]

WIKIPEDIA, enciclopédia Livre - Amadora [em linha]. [s.l.], 2018. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Amadora> [consulta 6 Novembro 2018]

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre - Retábulo Joanino [em linha]. [s.l.], 2017. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo\\_joanino](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A1bulo_joanino) [consulta 6 julho 2019]

4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) - Declaração de Viena/09 - Um incentivo ao património em período de recessão económica, 2009. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> [Consulta 15 Agosto 2019]